

JULIANE GONÇALVES DOS SANTOS

**A AUSÊNCIA PRESENTE E O SILÊNCIO QUE FALA:
IMPASSES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de “Magister Scientiae”.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2005

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

S237a
2005

Santos, Juliane Gonçalves dos, 1977-

A ausência presente e o silêncio que fala : impasses
da extensão universitária / Juliane Gonçalves dos Santos.
– Viçosa : UFV, 2005.
xi, 131f. : il. ; 29cm.

Inclui apêndice.

Orientador: Maria Izabel Vieira Botelho.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 83-86.

1. Extensão rural. 2. Comunidade e universidade.
3. Extensão universitária. 4. Movimentos sociais.
5. Análise do discurso. 6. Barragens e açudes -
Minas Gerais – Aspectos sociais. I. Universidade Federal
de Viçosa. II. Título.

CDD 22.ed. 630.715

JULIANE GONÇALVES DOS SANTOS

**A AUSÊNCIA PRESENTE E O SILÊNCIO QUE FALA:
IMPASSES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de “Magister Scientiae”.

APROVADA: 30 de junho de 2005.

Maria de Fátima Lopes

Denilson Santos de Azevedo

Maria Carmen Aires Gomes
(Conselheira)

France Maria Gontijo Coelho
(Conselheira)

Maria Izabel Vieira Botelho
(Orientadora)

AGRADECIMENTO

A Deus, a quem atribuo tudo em minha vida.

A meus pais, por acreditarem em mim.

À professora Izabel Botelho, pela paciência e compreensão de minhas limitações. À professora France Gontijo, pela presteza, admirável sensatez e constante disponibilidade. À professora Maria Carmen, por gentilmente ter aceitado mais esta empreitada. Ao professor Norberto Muniz, minha admiração, respeito e gratidão por ter contribuído na ampliação de meus restritos horizontes.

A Getúlio Martins, por todo incentivo e por ter acreditado no meu “sonho”, viabilizando, em 2002, meu retorno a Viçosa para cursar o Mestrado. A Renato Valadares, por também ter acreditado e “brigado” por meu sonho nos momentos em que isso foi necessário. À amiga Ângela Brant, pelas palavras sábias e de solidariedade em momentos difíceis desta caminhada.

À Cláudia Ávilla, pela disponibilidade e pelas injeções de ânimo. A Paulo César, que soube partilhar com fiel zelo e apoio as expectativas deste sonho e suas frustrações. À Aline Arruda, amiga fiel e solícita, que mesmo à distância esteve tão presente. À Cíntia Dantas, pela acolhida e “pousada”. À Dra. Ana Maria, cujo trabalho inigualável foi fonte de luz e discernimento em momentos confusos de minha trajetória de vida. A Carlos César, apoiador na etapa final deste trabalho.

Ao colega Edson Arlindo, o “filósofo”, que nas discussões calorosas sobre os “princípios da imanência e da transcendência” mostrou-se solidário e amigo. Aos funcionários do DER, pelo suporte oferecido.

À Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade de treinamento.

E, por fim, à comunidade atingida pela UHE Fumaça, a quem dedico este trabalho, na esperança de que sirva de reflexão aos atores envolvidos e engajados na luta contra as barragens, por um mundo ambiental e socialmente melhor e mais justo.

ÍNDICE

	Página
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	vi
RESUMO	viii
ABSTRACT	x
1. INTRODUÇÃO	1
2. UNIVERSIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL	8
2.1. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)	10
2.2. Universidades e Movimento de Atingidos por Barragens	16
2.3. Universidade Federal de Viçosa e Movimento de Atingidos por Barragens do Alto Rio Doce	20
3. REVISÃO TEÓRICA	27
3.1. A teoria da ação comunicativa	29
3.2. A análise crítica do discurso	31

	Página
4. A ORIENTAÇÃO INSTRUMENTAL E A AÇÃO COMUNICATIVA NA ASSESSORIA AOS ATINGIDOS DE FUMAÇA	38
4.1. Atingidos pela UHE Fumaça	38
4.2. Escopo metodológico: PDR e entrevistas	45
4.2.1. Plano de Desenvolvimento do Reassentamento (PDR)	45
4.2.2. Entrevistas	48
4.3. Análise e discussão dos dados	49
4.3.1. Do Plano de Desenvolvimento do Reassentamento	49
4.3.2. Das entrevistas	52
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
5.1. Das contribuições	81
5.2. Das sugestões	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	83
APÊNDICES	87
APÊNDICE A	88
APÊNDICE B	89
APÊNDICE C	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AABF – Associação dos Atingidos pela Barragem de Fumaça.

AIRCA – Associação Intermunicipal do Reassentamento Coletivo dos Atingidos da UHE Fumaça.

AMABAF – Associação dos Moradores Atingidos pela UHE Fumaça.

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente.

COPAM – Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais.

CPT – Comissão Pastoral da Terra.

CRAB – Comissão Regional dos Atingidos por Barragens.

EIA – Estudo de Impacto Ambiental.

FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente.

GESTA – Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais.

IPPUR – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional.

LI – Licença de Instalação.

LO – Licença de Operação.

LP – Licença Prévia.

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens.

MST – Movimentos dos Sem-Terra.

NACAB – Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens.

ONG – Organização Não-Governamental.

PCA – Plano de Controle Ambiental.

PCH – Pequenas Central Hidrelétrica.

RCA – Relatório de Controle Ambiental.

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental.

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais.

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

UFV – Universidade Federal de Viçosa.

UHE – Usina Hidrelétrica.

USP – Universidade de São Paulo.

RESUMO

SANTOS, Juliane Gonçalves dos, M.S., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2005. **A ausência presente e o silêncio que fala: impasses da extensão universitária.** Orientadora: Maria Izabel Vieira Botelho. Conselheiras: France Maria Gontijo Coelho e Maria Carmen Aires Gomes.

Este estudo problematiza as relações e interações da Universidade Federal de Viçosa junto ao Movimento de Atingidos por Barragens do Alto Rio Doce, com ênfase na assessoria prestada pela Universidade aos atingidos pela UHE de Fumaça, no município de Diogo de Vasconcelos (MG). Buscou-se, assim, identificar contribuições, impasses e prováveis conflitos advindos desta relação. A análise e discussão dos dados foi pautada não só nos pressupostos da Teoria Social do Discurso (TSD), uma das perspectivas atuais da Análise Crítica do Discurso (ACD), mas também a partir desta abordagem buscou-se situar a discussão seguindo as reflexões da Teoria da Ação Comunicativa (Habermas, 1984) e de conceitos nucleares como orientação instrumental, mundo da vida e mundo dos sistemas. Esta pesquisa permitiu reconhecer a relevância do papel da Universidade Federal de Viçosa nas atividades de extensão universitária que desenvolve, especialmente as que concernem à assessoria que, desde 1995, atua junto ao Movimento de Atingidos por Barragens do Alto Rio Doce. Entretanto,

também identificou-se que a assessoria aos atingidos pela barragem de Fumaça enfrentou problemas e questões que afetam a rotina da universidade, como maior disponibilidade para conjugar uma efetiva prática extensionista com o ensino e a pesquisa. Dentre outras questões, a experiência e os desencontros na assessoria aos atingidos pela UHE Fumaça, embora pareça ter sido uma questão pontual, apontam para a necessidade de se promover reflexão e discussão mais profundas acerca da possibilidade de se estar operando um modelo de assessoria vertical, pouco participativa e desvinculada dos reais interesses dos assessorados.

ABSTRACT

SANTOS, Juliane Gonçalves dos, M.S., Universidade Federal de Viçosa, June 2005. **The present absence and the silence that speaks: university extension drawbacks.** Adviser: Maria Izabel Vieira Botelho. Committee Members: France Maria Gontijo Coelho and Maria Carmen Aires Gomes.

This study addresses the relations and interactions between the Universidade Federal de Viçosa and the Alto Rio Doce Dam Victims Movement, emphasizing the consultancy provided by the university to those affected by the UHE-Fumaça, in Diogo de Vasconcelos (MG). The objective of this work was to identify contributions, limitations, and likely conflicts originated from this relationship. Data analysis and discussion were based not only on the presuppositions of the Social Theory of Discourse (STD), one of the current perspectives of the Discourse Critical Analysis (DCA), but also on the discussion following the Communicative Action Theory (Habermas, 1994) also based on this approach (Habermas, 1984) and nuclear concepts such as instrumental guidance, living world and systems world. This research allowed to recognize the relevant role played by the Universidade Federal de Viçosa through its extension activities, especially concerning consultancy provided since 1995 to the Alto Rio Doce Dam Victims Movement. However, it was also verified that consultancy to

those affected by Fumaça Dam faced problems and questions affecting the university's routine, such as the need of greater availability to exert an effective extensionist practice involving teaching and research. Among other issues, the experience and drawbacks in providing consultancy to the UHE Fumaça victims, although seeming to be a relevant question, point to the need of promoting a deeper reflection and discussion about the possibility of operating a model of vertical consultancy, with little participation and distant from the real interests of those affected.

1. INTRODUÇÃO

A eminência de uma crise sócio-ambiental no século XX suscitou críticas ao modelo de desenvolvimento pautado na racionalidade econômico-tecnológica e colocou em discussão a construção de novos conceitos e condutas frente ao meio ambiente e à sustentabilidade ambiental. Tais questões fizeram emergir em todo mundo discussões em diversos setores da sociedade e ganharam forma a partir da publicação, em 1972, do manifesto *Limits to Growth*, fruto da reunião do Clube de Roma, uma articulação mundial de cientistas, industriais, políticos e empresários.

O Clube de Roma foi um dos pioneiros na discussão ampla de uma preocupação conservacionista para uma crítica contundente acerca do tipo de civilização construída na modernidade, de forma que os recursos não-renováveis não fossem explorados até sua exaustão e que a qualidade de vida no planeta fosse, além de mantida, melhorada. Outro importante marco da tomada de consciência foi a realização, no mesmo ano, da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo (BASTOS et al., 1999; REZENDE, 2003).

Nesse contexto, o Estado tem buscado regradar o uso adequado do meio ambiente rumo a um desenvolvimento sustentável e, para tanto, instituiu no Brasil a Política Nacional de Meio Ambiente. A Avaliação de Impactos Ambientais

(AIA) – instituída em janeiro de 1986 pela Resolução CONAMA 001/86 – e o Licenciamento Ambiental figuram como importantes instrumentos na avaliação dos custos ambientais e sociais de empreendimentos produtivos (BASTOS et al., 1999).

Inserido nesse contexto de discussão ambiental, a problemática em torno da construção de barragens hidrelétricas ganha força a partir da década de 80, especialmente após a projeção do conjunto de barragens para a bacia do Rio Uruguai. O papel dos movimentos sociais bem como a nova postura legislativa do Estado contribuíram para que a construção de barragens hidrelétricas fossem submetidas a critérios específicos, haja vista, que até meados da década de 80, eram construídas sem que se avaliasse devidamente seus impactos sócio-ambientais (REZENDE, 2003).

Foram reformulados então os processos de planejamento, gestão e avaliação ambiental, com a inclusão de instrumentos que, além de minimizarem os impactos dos empreendimentos, garantissem também medidas compensatórias justas aos atingidos direta ou indiretamente.

No que se refere ao licenciamento ambiental de projetos do setor elétrico, estes foram regulamentados pela Resolução CONAMA 006/87 que, como já previsto na Resolução 001/86, estabelecia que o processo de licenciamento de barragens deveria subordinar-se à elaboração e avaliação dos Estudos de Impactos Ambientais e Relatório de Impactos Ambientais, doravante EIA/RIMA. Tais instrumentos visam maior rigor na aplicação dos princípios da AIA, ou seja, análise da viabilidade do empreendimento além da lógica custo/benefício econômicos, a informação e prestação de contas ao público e a garantia da participação da sociedade no processo (BASTOS et al., 1999).

Em Minas Gerais o licenciamento é de competência do Conselho de Política Ambiental (COPAM) e, no caso de usinas hidrelétricas, os processos são julgados na Câmara de Recursos Hídricos. A Secretaria de Meio Ambiente dispõe de um órgão responsável pela execução da política estadual de meio ambiente nas atividades de fiscalização e controle, que é a Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM). Cabe a esta, na verdade, a condução do processo da

AIA: a avaliação técnica do EIA/RIMA, organização das audiências públicas, vistorias técnicas à área do empreendimento e emissão de pareceres técnicos recomendando, ou não, a concessão da licença ambiental (BASTOS et al., 1999).

Mesmo com o arcabouço legislativo incluindo mecanismos de participação da sociedade – previstos nas Resoluções CONAMA 006/86 e 009/87 – ainda assim a participação é relativa, pois, o órgão ambiental não incentiva, mas apenas garante a solicitação do público. Isso significa a exigência de um mínimo de organização e mobilização dos segmentos interessados no processo. A ocorrência da própria audiência pública pode ficar a critério do órgão ambiental caso não seja solicitada em tempo hábil pelos interessados. Além disso, as audiências se dão, em sua maioria, na fase conclusiva do processo. Outro agravante, e que deixa os atingidos em desvantagem, é que os EIA/RIMA não se apresentam em linguagem acessível à grande maioria do público. Neste momento, especialmente, é de suma importância o papel dos assessores, objeto de interesse desta pesquisa, conforme será descrito adiante.

Em um momento de hegemonia do pensamento liberal, somado à falta de recursos para investimentos no setor público e a continuação do crescimento da demanda de energia elétrica, o Governo Federal tem oferecido incentivos para a entrada de empresas privadas na geração de energia elétrica (ROTHMAN, 1998). Como resultado dessa reorganização do setor elétrico, verifica-se uma crescente proliferação de projetos de centrais hidrelétricas de pequeno e médio porte, sobretudo para a Zona da Mata, na bacia do Alto Rio Doce, no Estado de Minas Gerais.

Mesmo com a disposição do governo estadual em apoiar a iniciativa federal, justificada pelo potencial hídrico apresentado pelo Estado, os projetos de barragens raramente são assimilados e compreendidos positivamente pela população das regiões para onde são planejados. Entre a concepção da intervenção, o deslocamento, o reassentamento, o monitoramento e a assistência técnico-social à população atingida pelo empreendimento, há mais dúvidas que certezas, mais conflitos do que consensos acerca do comprometimento de

algumas condições sociais fundamentais para a reprodução sócio-econômica e cultural do grupo atingido.

Resulta, disso, o conflito entre a racionalidade dos atingidos e a da intervenção planejada na trajetória da privatização do setor elétrico implementada pelo Estado. Isto porque tudo indica que as intervenções orientadas por uma racionalidade planejada para fins de produção energética não comportam os benefícios aos atingidos direta nem indiretamente, pois, ao terem de se deslocar para outras áreas, vêm desestruturar seu modo de vida, sem a garantia da reprodução das mesmas condições de vida e infra-estrutura que tinham anteriores ao deslocamento. Esse desenraizamento tem efeitos não previsíveis ou incontrolláveis sobre os modos de vida rural.

LIMA JÚNIOR (1996) admite que os *enfrentamentos* decorrentes dos movimentos sociais, como os atingidos pela construção das barragens, bem como as ocupações de terras, no caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), podem ser tomados como indicadores sociais não só de participação, mas de conscientização política. As ações do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) podem ser inseridas

“em um contexto mais amplo de uma antropologia – ou sociologia – das barragens, que tomaria como objeto os impactos e os efeitos sociais das barragens (deslocamentos compulsórios, reassentamentos...) e a constituição de movimentos sociais” (LIMA JÚNIOR, 1996:261).

Estes movimentos, por sua vez, seriam reações à desestruturação de um modo de vida ou de relacionamento com a terra e entre pessoas.

Nesse contexto, a informação, bem como a comunicação, tem papel decisivo na organização e mobilização de grupos sociais contra a construção das barragens. A dinâmica pedagógica temporal tem, também, importância no processo. Saber “em cima da hora” ou com antecedência é determinante para o tipo de reação da comunidade atingida, mesmo que tardia. Tardia no sentido de que, se a barragem não pode ser indeferida pela mobilização de atingidos e assessores, que ao menos se garanta medidas compensatórias justas aos interesses dos atingidos e não somente aos interesses do órgão ambiental deferidor.

LIMA JÚNIOR (1996), investigando a natureza das ações de enfrentamento na construção da barragem de Machadinho, Rio Grande do Sul, destaca que no vilarejo atingido, e por ele pesquisado, Lajeado Pepino,

“a diferença entre o ouvir falar da construção da barragem e o acreditar passou pela intervenção do padre, alguém com autoridade e credibilidade frente aos colonos, e pela participação na Romaria da Terra, quando os colonos ouviram bispos e padres, que respeitavam, falar sobre as barragens como um problema para a comunidade, pois forçaria o deslocamento compulsório dos colonos” (p. 96).

No caso específico das barragens do Alto Rio Doce (MG), esse papel cabe à Comissão Pastoral da Terra (CPT), que figura como importante mediadora e articuladora do movimento dos atingidos, pois, vem desenvolvendo há anos trabalho pedagógico de conscientização e mobilização daqueles. Assim, se no passado a comunidade atingida agia efetivamente contra a barragem apenas após seu deferimento, ou seja, após ver e sentir a real alteração e desestruturação no seu modo de vida, hoje pode-se dizer que o quadro é diferente.

Atualmente, a ação “pró-ativa” de mediadores, assessores e atores políticos que mantêm o MAB informado sobre intenções de projetos de barragens, faz com que a reação se organize antecedendo mesmo a chegada da empresa à área para levantamentos dos EIA/RIMAs.

As ações iniciam quando mediadores, que não deixam de ser por si só atores políticos, que têm acesso prévio à informação das intenções da construção de barragens, se reúnem com a comunidade com o objetivo de discutir a veracidade da notícia, as variadas implicações da inundação das futuras áreas onde residem ou não as famílias e as condutas esperadas frente a um possível deslocamento compulsório, considerado o pior dos riscos engendrados por um projeto de construção de barragem.

O deslocamento representa o fato de as famílias terem de deixar suas terras, o que implica, freqüentemente, na incerteza de conseguirem indenizações a contento ou terras em regiões próximas com as mesmas condições de acesso e infra-estrutura anteriores.

O curto espaço de tempo pelo qual a pesquisadora pode participar num Projeto de Pesquisa, e ao mesmo tempo de Assessoria a comunidades atingidas

por barragens na zona da mata mineira, permitiu suscitar algumas questões. A principal motivação para a realização deste trabalho foi a constatação de pouca abordagem sobre as relações entre universidades e o MAB, com destaque para o contexto da Zona da Mata mineira.

Esta dissertação constitui-se, portanto, numa tentativa de discutir e entender as relações e interações entre universidade e MAB, identificando contribuições e impasses advindos desta relação. Pelos limites impostos à pesquisa, como recursos e tempo, optou-se por fazer um recorte no bojo dessas relações, focando-se o MAB da Zona da Mata mineira e a Universidade Federal de Viçosa, MG, que possui um Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens Hidrelétricas (NACAB). O objeto estudado foi o caso de assessoria aos atingidos pela barragem de Fumaça, no município de Diogo Vasconcelos, MG.

Esta barragem, já em funcionamento, foi uma das poucas na Zona da Mata mineira cuja organização, mobilização e resistência dos atingidos não foram suficientes para barrar a concessão da Licença de Operação (LO). A barragem de Fumaça também é a primeira em Minas Gerais cujo processo de negociação resultou em reassentamento coletivo da população atingida.

Seria importante uma reconstituição das relações entre universidades e o movimento de atingidos de outras regiões, mas tal tarefa extrapola os objetivos traçados para este trabalho. Entretanto, mesmo com as limitações impostas por recursos, pelo tempo e pela pouca bibliografia específica sobre o tema, este trabalho pretende, ainda assim, contribuir de alguma forma para a reflexão necessária sobre a inserção e papel da universidade junto a movimentos sociais, pelas vias do ensino e da pesquisa.

A metodologia consistiu em analisar, a partir dos pressupostos da Teoria Social do Discurso (TSD) e da Ação Comunicativa, o Relatório sobre o Plano de Desenvolvimento do Reassentamento dos atingidos de Fumaça. Este Plano foi construído pelos atingidos, sob a coordenação de uma equipe técnica multidisciplinar, vinculada à UFV.

Para complementar e avaliar as informações e dados ausentes percebidos neste Plano, recorreu-se a entrevistas não só com membros e representantes dos atingidos, mas também com o coordenador do Projeto de Extensão e das atividades de assessoria ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) da zona da mata mineira.

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma: o segundo capítulo aborda a relação entre universidades e movimentos sociais. É apresentado um histórico sobre o MAB em nível nacional, seguido do histórico de atuação da UFV junto ao Movimento em nível da zona da mata mineira.

O terceiro capítulo apresenta revisão sobre os conceitos das teorias que deram suporte ao trabalho: Ação Comunicativa, de Jürgen Habermas (1984) e Teoria Social do Discurso (TSD), de Norman Fairclough (2001). O quarto capítulo apresenta a análise e discussão dos dados, seguido das Considerações Finais, em que são apresentadas as contribuições e as sugestões levantadas por este trabalho.

2. UNIVERSIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

Diante da diversidade de variáveis que perpassam a constituição de um movimento social, torna-se quase que impossível recorrer a uma única definição ou conceito. Por este motivo, recorreremos à definição construída por GOHN (1997), mesmo que incompleta conforme assume a autora, tendo em vista que nos pareceu mais aproximar-se com o ideal de conceituação para o tema:

“Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada [...] Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam” (p. 251-252).

Dois pontos chamam atenção nesta conceituação: o primeiro refere-se ao espaço não-institucionalizado em que se dão os movimentos sociais e, em segundo, o caráter político que os permeiam.

Os movimentos sociais sempre têm lugar em espaços tidos como não-institucionalizados, tais como a esfera não-governamental ou não-estatal. Apesar dessa não-institucionalização, eles só são viabilizados porque se apóiam em instituições e em organizações da sociedade civil e política. Em suas bases e lideranças estão aglutinadas forças diversas como entidades sociopolíticas, Igrejas, sindicatos, ONGs, universidades.

É deste encontro que emerge o caráter político imbuído nos movimentos sociais: não há somente uma demanda por um bem material, mas também por um ideal simbólico. Para GOHN (1997), a ideologia de um movimento corresponde ao conjunto de crenças, valores e ideais que fundamentam suas reivindicações. E as assessorias, no Brasil, têm sido grandes responsáveis na constituição da ideologia que permeia os movimentos. Num sentido simplista, podemos dizer que a ideologia constitui-se em marco referencial para criar a identidade dos movimentos.

Apesar das contradições, é pelos movimentos sociais que os diferentes segmentos sociais fazem valer seus interesses, agrupando-se, aliando-se e enfrentando as outras classes e o Estado, forjando-se a si mesmos como sujeitos coletivos históricos. As mobilizações em massa de trabalhadores rurais tiveram início com as Ligas Camponesas, na década de 50. Entretanto, foi a partir das décadas de 70 e 80 que as mobilizações e manifestações ganham vigor e se massificam, alastrando-se por todo o país (GRZYBOWSKI, 1987).

Como assinala este mesmo autor, a diversidade de movimentos sociais no campo é determinada pela também diversidade de contradições engendradas nos próprios movimentos, visto que suas bases são marcadas pelas diferentes formas de inserção na sociedade, percepção de interesses comuns ou contrapostos. Tal heterogeneidade não descredencia os movimentos, mas ao contrário, demarca-os como desbravadores de novos espaços e reconhecimento na arena sócio-política, na tentativa de fazer valer uma democracia que não se opera pelas vias institucionais.

Os movimentos sociais também se destacam enquanto espaço de socialização política e coletiva, pois, permitem a seus participantes o aprendizado

prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar. Ensinam também sobre a formação de uma identidade social, cujo fio condutor é aquele em que se agregam comuns interesses, reivindicações, práticas e representações sócio-culturais. E permitem que seus participantes se integrem a outros mundos, conhecendo e reconhecendo a diversidade de formas de vida, aprendendo a buscar alianças, reforçando os laços de solidariedade e educando, assim, para uma efetiva participação social (GRZYBOWSKI, 1987).

2.1. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

A história do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) remonta ao período da ditadura militar, com a construção de três grandes usinas hidrelétricas no final dos anos 70: Sobradinho, no Nordeste, Tucuruí no Norte e Itaipu no Rio Grande do Sul. O processo de deslocamento das famílias atingidas por tais empreendimentos se deu mediante grande insatisfação, quando então demarcou-se o início das discussões e contraposições a projetos de usinas hidrelétricas.

Entretanto, a articulação enquanto movimento organizado só se deu com a realização, em abril de 1989, do I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, visto que nesta época os projetos de barragens já estavam pulverizados por todo o país, como parte da política de privatização do setor elétrico, que ganhou força na década de 90.

O movimento dos atingidos talvez seja aquele que mais representa a luta contra a expropriação da terra. Entretanto, ao contrário do Movimento dos Sem-Terra (MST), em cuja bandeira está a oposição a grandes latifundiários, a bandeira de luta do MAB concentra-se atualmente sobre o capital privado e, embora bem menos do que nas últimas décadas, ainda sobre o poder estatal. Neste último caso, a expropriação é feita pelo Estado em nome da sociedade, configurando-se uma situação de expropriação legitimada, baseada no princípio legal da utilidade pública (GRZYBOWSKI, 1987).

No caso do capital privado, ao contrário do que se pensa, configura-se uma situação em que o Estado também é co-responsável pela expropriação. Isto porque a política de privatização do setor elétrico, impulsionada a partir dos anos 90, permitiu às indústrias que mais consomem energia gerarem a sua própria eletricidade. A idéia que orienta esta forma de privatização se baseia no propósito de que com o capital privado, as empresas vão gerar sua própria energia como autoprodutoras e vender o excedente para a população.

As diretrizes da atual política energética postulam que

“As principais oportunidades de negócios no mercado de energia elétrica nacional estão ligadas à oferta de novos empreendimentos de geração para exploração pela iniciativa privada e à construção de linhas de transmissão, bem como à privatização de ativos de sistemas de distribuição e de geração” (AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL, 2005).

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) tem definida em suas atribuições, conforme sua Lei de Criação (9.427/96), a promoção de licitações para a outorga de concessões para aproveitamento de potenciais hidráulicos. O Programa Indicativo de Licitação de Geração de Usinas Hidrelétricas abre aos investidores a possibilidade de disputar em leilões futuras usinas. A ANEEL coordena todo processo de licitação, desde o lançamento do edital até a assinatura do contrato de concessão, além de gerenciar a viabilidade da construção dessas novas usinas, através dos órgãos regionais do meio ambiente.

Tais usinas destinam sua energia para autoprodução ou para produção independente. Os autoprodutores têm a energia utilizada para seu uso exclusivo, podendo comercializar excedentes, eventual e temporariamente, mediante autorização da ANEEL. Os produtores independentes podem comercializar livremente toda ou parte da energia gerada por sua conta e risco. As usinas são licitadas com os estudos de engenharia já aprovados e processo de licenciamento ambiental já iniciado.

A tramitação do licenciamento ambiental é gestada, em Minas Gerais, pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM). É requerido das empresas pretendentes à construção da barragem, a apresentação dos Estudos e Relatórios de Impactos Ambientais, os chamados EIA/RIMA. Tais estudos é que fornecem

subsídios para que o órgão ambiental, na figura do Conselho de Política de Ambiental (COPAM), ateste ou não a viabilidade sócio-econômica-ambiental do Projeto, concedendo a licença pleiteada.

Vale ressaltar que a FEAM tem função mais técnica dentro do processo. É este órgão quem avalia os Estudos e Relatórios, além de fazer visitas ao local atingido para dirimir eventuais dúvidas. Este órgão também coordena e preside as audiências públicas, que serão descritas à frente. E, por fim, cabe à FEAM emitir parecer técnico, recomendando ou não a concessão da licença. Este parecer subsidia a análise e decisão final, que é tomada pelo COPAM.

O COPAM, muitas vezes, fica sujeito a pressões políticas, até porque sua própria composição agrega diversos setores sociais. Se se considerar que é grande o interesse do poder público na política de privatização do setor elétrico, pode-se dizer que a dificuldade dos atingidos se acentua, já que a decisão final é tomada por um órgão com função mais política e que, portanto, está propenso a decisões de caráter também político, mesmo que subsidiadas por argumentos técnicos emitidos pela FEAM.

No caso de Minas Gerais, a autorização para a construção de UHEs passa pela liberação de três tipos de licenças: a Prévia (LP), a de Instalação (LI) e a de Operação (LO). A LP é concedida na fase preliminar do planejamento, após a apresentação do EIA/RIMA pela empresa. Ela sinaliza que a empresa deve efetuar novos estudos, desta vez mais específicos, geralmente relacionados ao cumprimento de determinantes ou condicionantes apontados pelo órgão ambiental, como insuficiência de abordagens no EIA/RIMA. Estes novos Estudos são denominados Plano de Controle Ambiental (PCA) e geralmente visam a minimizar os impactos e prejuízos causados pelo empreendimento.

Se o órgão ambiental julgar que foram satisfeitos os condicionantes, é concedida a segunda licença, a de Instalação, que permite que a obra/usina seja construída. Após a concessão desta Licença, iniciam-se as negociações com os atingidos no que se refere à compra ou venda de terras, indenizações, reassentamentos. E a última, a Licença de Operação, é que autoriza o início

propriamente dito da atividade de geração de energia elétrica, com o fechamento das comportas e enchimento do lago.

Vale ressaltar que esta última Licença só é concedida quando o órgão ambiental entende que foram satisfeitas todas as exigências para cumprimento das medidas mitigadoras e compensatórias, bem como de todas as condicionantes.

Todo o processo de licenciamento ambiental é perpassado pela existência de um importante mecanismo, regulamento pela Resolução CONAMA 009/87, com vistas a garantir a participação social. Trata-se da audiência pública, com o objetivo de garantir vez e voz aos atingidos direta ou indiretamente pelo empreendimento. De acordo com o artigo 1.º da Resolução 009/87,

“Art. 1.º: A Audiência Pública referida na RESOLUÇÃO CONAMA n.º 001/86, tem por finalidade expor aos interessados o conteúdo do produto em análise e do seu referido RIMA, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito” (REZENDE, 2003:39).

Desta forma, é importante dizer que embora a inserção da audiência pública configure, sem dúvida, um avanço no processo de licenciamento, sua função é meramente consultiva, já que não tem caráter deliberativo. E a participação social permitida pela Lei aos interessados nela se encerra, tendo em vista que é o único espaço institucional. A audiência apenas valida a vontade manifesta de quem deseja ser ouvido, o que não implica que será atendido.

Segundo dados na ANEEL (2005), apesar de sua importância na composição da matriz energética brasileira, a geração que vem das barragens e quedas d'água aproveita “apenas” 25% do potencial hidráulico nacional. No entanto, essa percentagem não elimina a insatisfação advinda das hidrelétricas em funcionamento, cujo processo de compensação não vem sendo satisfatório do ponto de vista dos atingidos, bem como também não elimina o receio e a resistência a novos projetos.

Informações veiculadas no site do MAB nacional dão conta que o Brasil possui, em operação, em torno de 141 usinas hidrelétricas (UHEs) e 246 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). Há cerca de 50 barragens em construção e mais de 200 projetos autorizados pelo governo. Não há também estatísticas

oficiais sobre o número total de pessoas que serão atingidas ou deslocadas por tais projetos, mas a representação do MAB nacional fala em mais de 100 mil famílias (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGEM – MAB, 2005b).

Uma das características marcantes do Movimento dos Atingidos por Barragens diz respeito à preocupação e defesa de elementos sócio-culturais, incluída aí a terra. Quando organizados, geralmente os atingidos discordam que a avaliação sobre tudo o que irão perder sob as águas resulte apenas em indenização monetária. O desacordo nos juízos de valores do Movimento e do empreendedor é apenas o início de uma ferrenha contraposição à construção da barragem.

A defesa da terra implica na defesa de um espaço social e culturalmente organizado, onde se desenvolvem relações de parentesco, solidariedade e amizade (GRZYBOWSKI, 1987), relações estas que constituem o próprio cerne e identidade da população atingida. Esta identidade, valendo-se de definição empregada por VELHO (2001), é constituída *“através da memória, retrospectivamente, e dos projetos, prospectivamente”* (p. 27). Isso explica porque, a exemplo do caso estudado, a população deslocada preferiu reassentar-se coletivamente, num novo projeto de vida em que prospectava preservar essa memória e identidade.

A solidariedade, de uma forma geral, parece ser um núcleo de articulação interna nos movimentos sociais. No MAB isso não é diferente, tanto que é um dos itens listados na Cartilha de Princípios e Valores do Movimento (MAB, 2005a). Esta Cartilha, sob o título de “Coletivo de Educação”, é enfática e categórica na definição de determinados conceitos. “Princípios” são por ela definidos como *“fundamentos orientadores da vida e da organização dos atingidos. Por esse motivo, jamais devem ser negociados ou esquecidos”* (MAB, 2005a:11). São eles¹:

- a) dignidade e o protagonismo;
- b) organização nacional;

¹ Elencados em MAB (2005a).

- c) elaboração de um modelo energético alternativo e popular;
- d) direção coletiva;
- e) articulação política e solidariedade;
- f) de orientação socialista;
- g) auto-sustentação financeira;
- h) avaliação e planejamento permanente.

No mesmo documento, “valores” são definidos como

“a maneira como os atingidos vivem a organização e a luta, revela a própria identidade do Movimento. Todos, militantes e colaboradores do MAB, engajados na construção da sociedade socialista, devem se identificar e vivenciar os valores que orientam o Movimento” (MAB, 2005a:12).

Os valores elencados, portanto, são:

- a) alegria, auto-estima, esperança;
- b) fé, paixão e amor pelo povo oprimido e pela causa popular;
- c) solidariedade em todo momento;
- d) indignação e rebeldia contra qualquer injustiça;
- e) coragem alimentada por convicções;
- f) humildade, simplicidade e coerência, sem arrogância, submissão ou ingenuidade;
- g) honestidade, verdade, transparência, compromisso e responsabilidade;
- h) respeito a todo ser humano, sem discriminação ou preconceito;
- i) disciplina consciente e voluntária;
- j) capacidade de trabalho em equipe;
- k) companheirismo mais forte que os laços de sangue;
- l) disposição e espírito de sacrifício.

Conforme relatado acima, a solidariedade aparece elencada tanto nos princípios como também nos valores que, segundo a Cartilha, “devem” nortear a luta dos atingidos. Assim como os outros itens, percebe-se que a solidariedade se desenvolve a partir de uma base referencial comum de valores, ideologias, práticas cotidianas e tradições partilhados pelo grupo. Entretanto, e segundo GOHN (1997),

“quando se fala em solidariedade não se quer dizer que os movimentos sejam internamente espaços harmoniosos ou homogêneos. Ao contrário, o usual é a

existência de inúmeros conflitos e tendências internas. Mas a forma como se apresentam no espaço público, o discurso que elaboram, as práticas que articulam nos eventos externos, criam um imaginário social de unicidade, uma visão de totalidade” (p. 253).

Outra característica interessante dentro do MAB é a heterogeneidade social dos participantes, pois, os atingidos nem sempre são trabalhadores rurais, mas também médios ou grandes proprietários. A unidade na luta se estabelece pela comum situação de atingidos, embora se saiba que no interior do grupo há conflitos de interesses e juízos de valores divergentes, tal como em qualquer outro movimento social.

Todavia, as bandeiras de luta do MAB não se pautam apenas em contraposição e resistência aos projetos de barragens. A pauta de discussão e reivindicações também contempla propostas alternativas à política de construção de usinas hidrelétricas, como investimento em outras fontes de geração de energia que sejam alternativas às hidrelétricas. Segundo documentos oficiais do Movimento

“por entender que o modelo de construção de barragens fortalece o capital privado e internacional, o MAB lidera as lutas contra as grandes barragens em favor de um modelo de desenvolvimento, produção e consumo de energia elétrica com base em fontes alternativas e de acesso a todos. Por fontes alternativas de energia se entende a energia eólica (energia dos ventos), a energia solar, a energia a partir da biomassa (utilizando resíduos orgânicos, como a casca do arroz, o bagaço da cana, a serragem, etc.), a repotencialização das hidrelétricas e a redução das perdas na transmissão e distribuição da eletricidade” (MAB, 2005a:10).

A grande dificuldade do movimento, porém, é fazer valer tais alternativas numa economia industrial e internacionalizada, como a brasileira, em que as opções de produção de energia “*dependem muito pouco da rebeldia camponesa*” (GRZYBOWSKI, 1987:26).

2.2. Universidades e Movimento de Atingidos por Barragens

A assessoria ou a extensão deve ser vista como espaço que possibilite “*intercâmbio de conhecimentos, no qual a universidade aprenda a partir do*

saber popular e assessorar as populações no sentido de sua emancipação crítica” (GURGEL, 1986:176).

Segundo este mesmo autor, uma análise histórica da extensão universitária no Brasil mostra a existência de pelo menos três importantes momentos: o período das experiências pioneiras; o período das experiências isoladas e o período de uma efetiva institucionalização da extensão universitária.

O primeiro período situa-se entre 1912 e 1930, quando da criação da Universidade Livre de São Paulo e da fundação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa. Fundamentadas nos moldes dos *Land Grant Colleges* dos Estados Unidos, tais instituições, especialmente a de Viçosa, foram as primeiras a introduzirem os chamados cursos de extensão, mais como forma de prestação de serviços.

O segundo momento – das experiências isoladas – compreendeu o período de 1930 a 1968 e caracterizou-se pela disseminação de idéias e ações a partir de movimentos sociais. É creditado ao movimento estudantil as maiores contribuições com relação à extensão neste período, haja vista o impulso dado às mais diversas formas de expressão artístico-cultural, com ênfase nas manifestações populares, notadamente ênfase nas populações carentes.

O terceiro período – conhecido como época em que houve maior institucionalização da extensão universitária – centrou-se entre 1969 e 1976. Foi marcado pela criação da Lei de n.º 5.540, pós-revolução de 64, que “exigia uma universidade moderna em sua estrutura administrativa, orgânica em seu funcionamento interno, funcional ao sistema político vigente, racional e eficiente em sua atuação” (GURGEL, 1986:81).

A ênfase à extensão universitária estava nos artigos 20 e 40 da Lei, que previa que as universidades deveriam “estender” à comunidade as atividades de ensino e os resultados da pesquisa sob a forma de cursos e serviços especiais (GURGEL, 1986). Estava, pois, “decretada” a indissociabilidade entre ensino e pesquisa vigente nas universidades brasileiras até hoje.

No âmbito brasileiro, foi o educador Paulo Freire (FREIRE, 1983) um dos pioneiros a alertar para o perigo da extensão universitária se converter em

instrumento de imposição cultural ou invasão cultural, que ele situa como uma das características de sua teoria antidialógica da ação. Para este autor, o próprio termo ‘extensão’ já traz consigo a conotação de invasão e uma verdadeira ação dialógica passa pela concepção de problematizar, criticar e inserir o homem em sua própria realidade como único e verdadeiro sujeito da transformação que se deseja.

A universidade, de acordo com SANTOS (2003), por muito tempo foi concebida enquanto espaço privilegiado onde predominam o rigor e a excelência na produção da alta cultura e conhecimento científico, a liberdade de idéias, o espírito crítico e a autonomia. Tais características fizeram da universidade uma instituição diferente das demais, considerada imprescindível para formação das elites.

Entretanto, esta concepção de universidade hoje enfrenta o que este autor chama de *crise de legitimidade*. Para ele, esta ocorre sempre que uma dada condição social deixa de ser consensualmente aceita ou quando os objetivos traçados passam a não serem mais assumidos coletivamente, caminhando para a sua falência. No caso da universidade brasileira, especialmente as públicas, os entraves atuais referem-se, na maioria das vezes, aos poucos recursos injetados pelo governo e à dificuldade das mesmas de se auto-gestarem.

Não existe pesquisa com o fim em si mesma, mas sim aquela que está em função de atender à demanda de algum interesse específico, seja ele político, empresarial ou governamental. É notório o interesse de estudiosos nas universidades brasileiras sobre o tema das barragens. Mas este empenho, na maioria das vezes, vai além do ensino/pesquisa e aponta para um desejo pessoal do pesquisador social, aquele cuja curiosidade provém de suas próprias crenças ou descrenças na causa dos movimentos sociais.

Assim, a própria escolha do tema, na maior parte das vezes, envolve opção política, que pode ser declarada ou velada. É por esta razão que a ação do pesquisador-mediador, conforme será discutido no próximo subitem, deve “*ser entendida como um projeto, mais ou menos consciente*” (KUSCHNIR, 2001:159).

É inegável a contribuição dos movimentos sociais enquanto espaço para conquista e exercício da cidadania, pois, é na militância que trabalhadores rurais adquirem consciência de cidadãos e de seus direitos. Esta socialização política conta com a participação de outros atores sociais, como sindicatos, Igrejas, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Organizações Não-Governamentais (ONGs), associações diversas e universidades.

A relação entre universidades brasileiras e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) fortaleceu-se na década de 90, com o envolvimento direto de professores que contribuía, inicialmente, por meio de avaliações técnicas – e voluntárias – do empreendimento, a pedido da população atingida que os procuravam, como é o caso do contexto desta pesquisa.

Atualmente, são as universidades públicas que mais se destacam no trabalho de assessoria a populações atingidas. Dentre aquelas, e de nosso conhecimento, destacam-se a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Federal de Viçosa (UFV), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), dentre outras.

A UFMG conta com o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA), que atualmente assessora dois casos: a Usina Hidrelétrica de Murta, no Vale do Jequitinhonha, e a Pequena Central Hidrelétrica de Aiuruoca, no sul de Minas. O trabalho é desenvolvido desde 2001 via projeto de extensão que conta com a participação de professores, estudantes de graduação e pós-graduação das mais diversas áreas.

Na USP, a referência são os trabalhos do Prof. Célio Berman, do Programa de Pós-Graduação em Energia. Seus estudos têm mostrado que é desnecessária a construção de novas hidrelétricas e que apenas a repotenciação, ou modernização, das que já existem seria suficiente para suprimento de energia elétrica no país. Segundo o professor, crítico da problemática brasileira das barragens, a questão é política, pois, a vontade dos governantes em mostrar obras soma-se ao forte lobby das grandes empreiteiras (INSTITUTO CENTRO DE VIDA – ICV, 2005).

Na UFRJ destacam-se as atividades do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), através de projeto denominado “Setor Elétrico, Território, Meio Ambiente e Conflito Social”, que há mais de 10 anos presta assessoria técnica e educacional ao MAB.

Com relação à atuação da UFV em particular, esta será descrita no próximo item deste capítulo.

Algumas universidades se envolvem com esse tipo de demanda em função da proximidade com o problema das barragens, como é o caso da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e até mesmo da UFV. Neste contexto destaca-se também a atuação da UFRGS. As populações da região sul são pioneiras a enfrentarem a problemática das barragens. Exemplos de destaque se referem às Barragens de Machadinho e de Itá, ambas construídas na Bacia do Rio Uruguai, sob longo histórico de conflitos e enfrentamentos².

Observa-se que todos esses grupos de assessoria possuem uma característica em comum: o caráter interdisciplinar que permeia a composição dos pesquisadores. Parece ser consenso a crença de que pesquisa e extensão podem ser mais bem sucedidas se empreendidas por pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, para o alcance de uma visão multidisciplinar dos problemas e de suas soluções.

2.3. Universidade Federal de Viçosa e Movimento de Atingidos por Barragens do Alto Rio Doce

Em 1995, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que na Zona da Mata mineira vinha atuando como parceira e mediadora de conflitos entre atingidos e empresas, procurou a Universidade Federal de Viçosa (UFV) solicitando apoio e assessoria técnico-científicos para algumas comunidades rurais na região, que estavam “ameaçadas” por diversos projetos de construção de pequenas e médias barragens. Inicialmente, a principal demanda requerida por tais comunidades afetadas referia-se à informação sobre os planos e o cronograma dos projetos,

² Sobre os enfrentamentos no caso da Barragem de Machadinho (RS), recorrer a LIMA JÚNIOR (1996).

mas principalmente, as interessava saber em que grau tais obras afetariam suas vidas.

A iniciativa de procurar a assessoria técnica da universidade, pode-se admitir, sinalizou a clara necessidade de tais comunidades também acercarem-se dos mesmos instrumentos racionais (técnico-científicos) de que dispõem as empresas construtoras de barragens, as quais sempre recorrem à investigação científica para a elaboração do EIA/RIMA, requerido pela Instituição fiscalizadora do Estado. O que se depreende é que a estrutura do licenciamento ambiental de barragens permite que tanto empreendedor quanto população atingida possam construir alianças com outros atores da sociedade a fim de fazer valer suas vontades políticas.

A esta mesma época – 1995 – estava em gestação na UFV um “*grupo multidisciplinar de quatro professores, com afinidade ideológica*” (ROTHMAN, 2002), que se propunham a pesquisar a problemática das barragens que começavam a “afligir” a zona da mata mineira, motivados pela ênfase na pluralidade temática e teórico-metodológica. A iniciativa partiu de um professor pesquisador que acabara de retornar do doutorado, em que pesquisara o movimento de atingidos por barragens nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

A partir de 1997, com o financiamento da Fundação de Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), tiveram início as atividades de pesquisa dos projetos de iniciação científica. Dentre estes, estava o que esta pesquisadora participou, intitulado “A Questão da Água na Avaliação de Impactos Ambientais da Construção de Usinas Hidrelétricas”, conforme mencionado na Introdução deste trabalho.

Estes projetos de iniciação científica, embora contassem cada um com objeto e tema específicos, estavam todos vinculados a um Projeto maior, intitulado “Estado, Setor Privado e Populações locais: interação nos projetos de construção de barragens na Bacia do Alto Rio Doce de Minas Gerais”. Deles participavam estudantes bolsistas e professores dos Departamentos de

Engenharia Florestal, Economia Rural, Engenharia Civil, Direito, Letras, Solos e Economia Doméstica.

Entretanto, rapidamente as atividades de pesquisa evoluíram para a extensão, tendo em vista a constante procura de apoio e suporte técnico a comunidades da zona da mata mineira que enfrentavam, desde 1995, problemas com construção de barragens. E o grupo passou a denominar-se Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (NACAB). O trabalho deste grupo, inicialmente, consistia em “decodificar” e interpretar para a comunidade os EIA/RIMA, a fim de que a mesma conhecesse do que se tratava o conteúdo dos estudos. O Núcleo também emitia pareceres técnicos à FEAM sobre aspectos que julgam deficientes nos EIA/RIMA.

Seus membros também participavam nas audiências públicas, durante o processo de licenciamento ambiental, representando a comunidade, e por ela “falando”, no que tangia aos aspectos técnico-científicos, demanda que inicialmente justificou a presença do Núcleo entre os atingidos. De forma geral, o que se observa é que comunidades atingidas “amparadas” por assessoria técnica-científica, além de acesso ao órgão ambiental, conseguem também maior grau de participação e intervenção em projetos que lhes afetam diretamente.

Os atingidos identificam a inserção do grupo NACAB no movimento contra as barragens enquanto ação da universidade em suas atividades de extensão. Esta observação é possível ser feita à medida que a autora desta pesquisa pode vivenciar, junto com outros membros da universidade e do próprio movimento, experiências de articulação e lutas.

O que é interessante destacar neste fato é que as ações do grupo da UFV através de seus professores e estudantes, sejam quais forem, são legitimadas porque se dão em nome da instituição, reconhecida como lugar de saber legítimo – portanto, de poder – e também como uma estratégia de mediação do conflito que se instala ao longo desses processos de desenraizamento e construção de barragem.

Em função da quantidade de demandas que não paravam de chegar ao Núcleo, seus membros entenderam que seria o momento de transformá-lo numa

ONG. E em novembro de 2001 foram aprovados o Estatuto e a sua Ata de Fundação, que permaneceu com a mesma denominação (NACAB).

Vários foram os processos de licenciamento acompanhados por este Núcleo, embora a maioria tenha ocorrido antes da instituição da ONG. Dentre aqueles, destacam-se os projetos das UHEs de Emboque, Cachoeira da Providência, Cachoeira Grande e Pilar, sendo que nestes três últimos o pedido da licença foi indeferido pelo órgão ambiental, considerado como vitória e expressiva contribuição do Núcleo.

O trabalho técnico-político-pedagógico desenvolvido pelos assessores da UFV junto aos atingidos por barragens, foi nesta pesquisa denominado de assessoria e, ou, *mediação*, fazendo-se pertinente recorrer ao conceito de mediação operacionalizado por NOVAES (1994) e por MEDEIROS e ESTERCI (1994). Basicamente, a mediação decorre da necessidade de diálogo e negociação entre dois pólos. Para MEDEIROS e ESTERCI (1994), a representação, bem como a mediação “implica em formas mais ou menos sutis de controle (...). Esse controle parece indicar, em última instância, certa desconfiança e deslegitimação em relação aos caminhos que supostamente seriam seguidos”.

A temática do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), em nível nacional, e o que passou a ser considerado o sucesso de suas demandas – garantia de medidas compensatórias e não apenas indenizatórias – parecem ter sido objeto de estudo e interesse de diversas dissertações, teses e trabalhos científicos de acadêmicos das mais diversas áreas do conhecimento, no Brasil e no exterior (LIMA JÚNIOR, 1996; ROTHMAN, 1996 e 1998; SIGAUD, 1986; VIEIRA, 2000; REZENDE, 2003). Entretanto, no que se refere ao envolvimento de diferentes atores em projetos de construção das barragens, pouco se investigou sobre a atuação e papel dos mediadores e assessores em termos da **relação** entre eles e os atingidos e as implicações advindas dessa relação.

A tarefa do mediador extrapola o simples ato de intermediar e se torna mais ampla quando, além de transportar informações, ele também “*interfere*”, fazendo de seu trabalho uma atuação criativa, que gera novas condutas e juízos de valores (KUSCHNIR, 2001).

A este argumento, VELHO (2001) acrescenta que, ao lidar com códigos variados, vivenciar diferentes papéis sociais, estabelecer comunicação entre grupos e categorias sociais distintos, os mediadores tornam-se agentes de transformação, pois, nesse movimento de ir e vir, transitam com informações e valores que podem alterar e transpor as suas próprias fronteiras e as fronteiras de quem estão mediando.

Embora haja tipos de processos de mediação, a que este autor se refere como “mediação tradicional”, em que o trabalho do mediador não avança para além de manter seu próprio *status quo*, controlando informações, VELHO (2001) aposta numa outra dimensão “dinâmica” de mediação: aquela que está ligada à noção de liberdade, cujo resultado seja aquele em que o mediado tenha diante de si a opção de escolha de seu próprio caminho, muito diferente no caso dos atingidos.

NOVAES (1994) acredita que o isolamento, a assimetria, a dominação política e econômica é que são responsáveis pela necessidade de uma mediação para o ‘bem’ ou para o ‘mal’, ou seja, para a reprodução ou o questionamento da dominação e do controle. A autora ainda classifica mediação em três esferas: a externa, em que situam-se a Igreja Católica, universidades, ONGs; a mediação de cima, que compreende o Estado e a mediação de dentro, adequada a representantes e dirigentes de sindicatos. Em todas essas esferas, fazer mediação, para a autora, é tradução, introdução, fala, linguagens. Embora as fronteiras sejam tênues, a designação de mediação cabe mais comumente “*aos que são considerados comprometidos com os interesses dos trabalhadores*” (NOVAES, 1994:181).

Nesse sentido, para esta pesquisa operamos com o conceito de *mediação externa*. No caso do grupo de assessoria da UFV, segundo os pressupostos teóricos defendidos por NOVAES (1994), a extensão universitária caracteriza, basicamente, esse grupo como um mediador externo. Nessa condição ele é portador de recursos humanos (no caso os professores e estudantes pesquisadores) e materiais ou financeiros (infra-estrutura institucional, como

bibliografia, internet, computadores...) que viabilizam as ações de apoio ao movimento.

Pode-se afirmar que o papel dos mediadores ou assessores, no caso das barragens, constitui-se basicamente em problematizar a proposta de intervenção das empresas construtoras por meio de reuniões periódicas, envolvendo discussões e análises técnicas, com o propósito de gerar dados e argumentos para que os interesses dos atingidos sejam contemplados junto ao projeto de intervenção. Espera-se, assim, que ocorra uma apreensão por parte dos atingidos, de certa racionalidade técnico-instrumental, sobre a qual o processo de licenciamento ambiental de barragens também se fundamenta.

Entretanto, por estarem na condição de assessores de movimentos sociais que, por sua vez coloca-os dentre os grupos de interesses conflitantes, o papel de assessoria ou mediação muitas vezes desloca-se de agente formador para o de representante “que fala por”.

Diante dessas considerações, cumpre destacar que o interesse deste trabalho se restringiu em pesquisar as relações entre a assessoria prestada pela UFV e o Movimento de Atingidos por Barragens do Alto Rio Doce, com ênfase na assessoria ao caso da UHE de Fumaça, no sentido de identificar contribuições, impasses e prováveis conflitos.

Conforme discutido anteriormente, se para LIMA JÚNIOR (1996) os enfrentamentos no caso das barragens poderiam ser tomados como indicadores sociais de participação e de conscientização política por parte dos atingidos, aqui discutimos a relação atingidos x mediadores/assessores no sentido de identificar como essas ações têm contribuído, ou não, para certa “conscientização” dos primeiros.

Ao tratar do juízo de valor do atingido sobre a barragem, a literatura que analisa esses contextos comumente atesta “unanimidade” de opinião entre eles de que as barragens são definitivamente negativas e por isso devem ser “combatidas”. Em linhas gerais, os estudos não revelam opiniões diferenciadas, fato que faz emergir um questionamento: como qualquer grupo social, entende-se que os atingidos não compõem uma categoria social monolítica, o que significa a

presença de indivíduos que podem, num determinado momento e partindo de suas próprias pretensões e interesses, valorar a barragem positivamente.

Esta atitude, em princípio dissonante do resto do grupo e da opinião defendida pelos assessores, ilustra a possibilidade de um cálculo diferenciado das oportunidades que podem ser geradas com o deslocamento compulsório. Uma demonstração disso é que dados colhidos em levantamento exploratório, através de depoimentos e conversas informais que subsidiaram a construção do problema, apontam, por exemplo, que na região do Alto Rio Doce a sociedade civil, incluindo atingidos, vê a barragem como melhoria para o município e também para a comunidade que será diretamente atingida e deslocada.

Medidas compensatórias do pós-barragem como melhores ou novas estradas vicinais, energia elétrica onde antes não havia, casas novas em lugar das antigas e empregos, mesmo que temporários, por se tratarem de “benefícios” de percepção imediata são vistos como ganho para a região afetada pela barragem.

Mas o que se observa é a ausência dessas vozes “dissonantes” no movimento e entre os assessores, predominando, portanto, a voz uníssona da causa, que homogeneiza opiniões e condutas dissonantes. Essa unicidade é uma estratégia de força do MAB, que conta para isso com a ajuda e orientação intelectual dos assessores e mediadores da universidade no trabalho de formação e politização das bases.

3. REVISÃO TEÓRICA

A escolha das teorias da Ação Comunicativa (HABERMAS, 1984) e da Teoria Social do Discurso (FAIRCLOUGH, 2001) como referenciais teórico-metodológico para esta pesquisa se justifica pela adequação de suas discussões aos objetivos deste trabalho.

Na teoria habermasiana, dois conceitos nucleares são peças fundamentais: “mundo *da vida* e mundo *dos sistemas*”. No mundo da vida, situa-se a subjetividade e é o lugar onde quem fala e quem ouve se encontram, onde podem criticar ou validar seus intentos, solucionar desacordos e chegar a um consenso. Seria onde situa-se a racionalidade dos atingidos e seus valores, ponto de encontro entre eles, assessores e empresa construtora da barragem.

O mundo dos sistemas é o das esferas econômica e política, do poder e do dinheiro. Seria o espaço do Estado e da política de privatização do setor elétrico. Nele também podemos situar a empresa construtora da barragem.

Na visão de HABERMAS (1984), o que vem se operando na modernidade é a sobreposição do mundo dos sistemas sobre o mundo da vida, fazendo deste último um mundo tecnologizado e instrumentalizado, tal como de fato acontece quando um projeto de intervenção para construção de barragem é deferido. Prevalece aí a racionalidade do mundo dos sistemas, do dinheiro e do poder.

Embora distintos, HABERMAS (1984) acredita que os dois mundos são interligados pela comunicação. O autor critica o que chama de colonização de um sobre o outro e propõe que a razão comunicativa seja o projeto da modernidade. Este projeto consistiria na concretização dos “sonhos de reconciliação lingüística”, em que uma situação lingüística ideal seria aquela em que houvesse um diálogo consensual. Esta proposta é encarada como utópica por muitos críticos de sua teoria, a exemplo de LOWY (1992).

Uma situação lingüística ideal seria aquela em que houvesse a livre deliberação de todos os interessados com vistas a uma decisão consensual. A utopia racionalista de uma comunicação intersubjetiva baseia-se na concepção de substituir o paradigma marxista da produção pelo lingüístico, pois só por esta via é possível garantir a prevaência do mundo da vida sobre os sistemas (LOWY, 1992).

Acredita-se, portanto, que tal decisão consensual, num primeiro momento, é também buscada pelo órgão ambiental, que embora pertença ao mundo dos sistemas – pois subordina-se a um Governo que tem interesse na privatização do setor elétrico – utiliza-se do licenciamento ambiental com vistas a alcançar o que seria esta decisão consensual.

FAIRCLOUGH (1992 e 2001), teórico expoente da Análise Crítica do Discurso (ACD), compartilha da crença habermasiana sobre a crescente tecnificação e instrumentalização atuais, defendendo o paradigma lingüístico, semelhante à perspectiva habermasiana, através da Teoria Social do Discurso (TSD). Nesta perspectiva de análise, o autor admite o discurso como uso da linguagem em uma prática social, “tanto de representação quanto de significação do mundo, constituindo e ajudando a construir as identidades sociais, as relações sociais, os sistemas de conhecimento e as crenças” (MAGALHÃES, 2001:17).

Esta concepção situa como objeto de seu estudo os aspectos discursivos da mudança social contemporânea, em que o discurso configura-se como mecanismo de dominação e transformação social.

No caso de projetos de intervenção para construção de barragens, o discurso é uma importante ferramenta para consolidar e fazer valer interesses

múltiplos. É usado tanto pelos assessores para convencer o órgão ambiental de que a barragem se trata de um malefício para o meio ambiente e para a população afetada, quanto pela empresa para convencer o mesmo órgão de que é viável. O discurso pode ser ainda usado pelo próprio órgão ambiental, na figura do COPAM, para convencer de que a barragem é necessária, perfazendo as necessidades da racionalidade instrumental que rege a política energética do Governo.

A análise do discurso na pós-modernidade ecoa na proposta habermasiana quando esta postula uma colonização progressiva do mundo vivido pela economia e pelo Estado, envolvendo um deslocamento das práticas “comunicativas” pelas práticas “estratégicas” (MAGALHÃES, 2001). Estas, por sua vez, incorporam uma racionalidade que é puramente técnica-instrumental, como é o caso dos projetos de intervenção para construção de barragens.

A seguir, uma revisão dos pressupostos e conceitos de cada teoria necessários ao desenvolvimento desta pesquisa.

3.1. A teoria da ação comunicativa

A teoria da ação comunicativa de HABERMAS (1984) é considerada um marco exponencial dentro das correntes que compunham a chamada teoria interpretativa ou teoria básica do novo paradigma (GOHN, 1997). Sob influência da Escola de Frankfurt, HABERMAS (1984) destaca-se como um dos principais teóricos contemporâneos que discute, dentre outras questões filosóficas, questões relacionadas a movimentos sociais alternativos, como os ecológicos, o que só reforça nossa opção para suporte teórico a esta pesquisa.

Para melhor compreender a análise interpretativa da vida cotidiana, HABERMAS (1984) concentra suas reflexões no âmbito da esfera comunicacional ou da intersubjetividade, partindo de dois conceitos nucleares dentro da teoria da ação comunicativa: mundo da vida e mundo dos sistemas.

Segundo Arato e Cohen, citados por GOHN (1997), há duas dimensões que perpassam o mundo da vida:

“de um lado ele se refere a um reservatório de tradições implicitamente conhecidas e de pressupostos automáticos que estão imersos na linguagem e na cultura e são utilizados pelos indivíduos na sua vida cotidiana. Por outro lado, o mundo da vida, de acordo com Habermas, contém três componentes estruturais distintos: a cultura, a sociedade e a personalidade. Na medida em que os atores se entendem mutuamente e concordam sobre sua condição, eles partilham uma tradição cultural. Na medida em que coordenam suas ações por intermédio de normas intersubjetivamente reconhecidas, eles agem enquanto membros de um grupo social solidário [...] A reprodução de ambas as dimensões do mundo da vida envolve processos comunicativos de transmissão da cultura, de integração social e de socialização” (p. 137-138).

Os movimentos sociais, na visão habermasiana, apontam para o que o autor chama de crise do capitalismo tardio. Seriam focos de resistência aos processos engendrados pela racionalidade técnica dentro de todas as esferas da vida social, embora os movimentos também tragam consigo justificativas racionais nas esferas moral e cultural. As questões que compõem a pauta desses movimentos comportam itens como qualidade de vida, igualdade de direitos, auto-realização individual, participação e direitos humanos (GOHN, 1997).

HABERMAS (1984) acredita que as sociedades modernas estão vivenciando um constante e crescente movimento que visa ao controle cada vez maior da vida das pessoas. A este movimento, ele se refere como uma progressiva colonização do “mundo da vida” (família) pelo “mundo dos sistemas” (estado, mercado; poder e dinheiro), em que

“as relações familiares da esfera privada estão sendo invadidas pelas formas econômicas, fazendo com que estas relações sejam tratadas como mercadorias e as regras sociais mais burocratizadas e tecnocráticas, resultando numa mudança tanto social quanto discursiva” (GOMES, 2003:35).

Todavia, HABERMAS (1984) propõe o *agir comunicativo* como recurso para enfrentamento dessa colonização. Sua proposta de ação comunicativa viria no sentido de fortalecer os indivíduos através da comunicação e de um consenso entre esses dois mundos. Assim, pelo conceito de ação comunicativa, o autor procurou explicar uma ação em que todos os envolvidos buscam o entendimento sobre determinada questão mediante um consenso.

Criticada por alguns estudiosos por se tratar de uma proposta utópica, na visão de HABERMAS (1984) seria um formato ideal de ação social, à medida que os envolvidos teriam livre e igual deliberação para decidirem os rumos que

nortearão sua vida coletiva. No âmbito da ação comunicativa, os indivíduos se reuniriam com vistas a alcançarem o consenso acerca de suas divergências, a partir da articulação de práticas discursivas em proposições de interesse coletivo. Neste exercício, se consolidariam também identidades, reconhecimentos, vontades. Nesse sentido, o agir comunicativo, ou a racionalidade comunicativa, seria uma forma de atuação orientada pelo entendimento intersubjetivo entre os sujeitos.

A crítica à racionalidade instrumental no sentido de que esteja caminhando para uma eminente colonização da esfera comunicativa da vida cotidiana (mundo da vida), pode ser situada no contexto da problemática das barragens. Isto é possível à medida que se observa que a orientação instrumental ditada pelo mundo dos sistemas, ou seja, da política de privatização do setor elétrico, sobrepõe-se à orientação comunicativa das famílias que têm seus modos de vida e cultura arraigados quanto às tradições, costumes, laços de parentesco e amizade.

FREIRE (1983) comunga com a proposta habermasiana no sentido de que só pela comunicação enquanto um processo dialógico, cultural, educativo e de compartilhamento de experiências, é possível exercer uma ação extensionista sem que esta seja invasiva. Isso será discutido posteriormente, na análise dos dados.

3.2. A análise crítica do discurso

O interesse pelo estudo do discurso não é atual, remonta à Grécia antiga e atualmente é marcado pelo interesse também de disciplinas como a Sociologia, Antropologia e Psicologia, em discuti-lo numa perspectiva interdisciplinar. Dentro da própria Lingüística, o discurso tem cada vez mais espaço, desenvolvendo novas abordagens em seu estudo e pesquisa.

Dentre estas, nos ocuparemos aqui da perspectiva que nos pareceu ser mais adequada ao desenvolvimento de nossa proposta. Referimo-nos à Análise

Crítica do Discurso (ACD), sob os pressupostos da Teoria Social do Discurso (TSD), cunhada por FAIRCLOUGH (2001).

O interesse pelo estudo do discurso e suas dimensões, na visão de ROJO (2004), foi acentuada devido a dois movimentos gestados no final do século XX: o giro lingüístico e a reflexividade social. O giro lingüístico, sob a orientação pragmatista, foi demarcado quando a compreensão da linguagem passou a ser associada à prática, situada e regulada no social, um modo de ação sobre nós mesmos e sobre o outro. O outro movimento que contribuiu para a crescente atenção sobre o discurso, a reflexividade social, relaciona-se com o monitoramento e análise constante que fazemos de nossa própria prática discursiva e da prática do outro.

A ACD pode constituir-se em efetivo instrumento de desvelamento das ideologias de sustentação e das idéias fundamentais que permeiam os movimentos sociais, pois, desenvolve sua análise situando os posicionamentos ideológicos fundados em elementos lingüísticos.

Um dos precursores a discutir sobre o discurso, FOUCAULT (2004) afirma que ele (o discurso) “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (p. 10).

Este autor afirma que o discurso é atingido por três grandes sistemas de exclusão – a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade. Esta apóia-se sobre suportes institucionais, como livros, bibliotecas e laboratórios, e orienta a forma como o saber é aplicado, valorizado e distribuído na sociedade. Apoiada sobre um suporte institucional, o que a vontade de verdade faria, então, seria exercer o que FOUCAULT (2004) chama de poder de coerção sobre outros tipos de discursos diferentes dela.

Para este autor, os discursos são controlados por procedimentos, tais como a *rarefação*, em que “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (FOUCAULT, 2004:37).

A concepção foucaultiana de discurso define este como sendo disperso podendo, entretanto, ser regularizado e unificado sob o que o autor denomina de *formação discursiva*. O discurso seria, portanto, um conjunto de enunciados que se remetem a determinada formação discursiva. O enunciado é um produto da enunciação, mas assume caráter discursivo quando se *posiciona* em dada formação ideológica.

Logo, a formação discursiva pode ser entendida como unidades históricas que condensam determinada prática discursiva, estando submetida à formação ideológica e esta, por sua vez, a uma ordem do discurso. Esta ordem é regida por um sistema de restrições que lhe garante coerência a partir do momento em que não se permite ou não se diz “coisas” aleatoriamente.

Nesta perspectiva de estudo, FAIRCLOUGH (2001) retoma a concepção foucaultiana de que discurso é poder e a amplia, apresentando uma nova proposta metodológica de análise para além do estruturalismo, em que a novidade concentra-se em seu caráter constitutivo. Assim, o discurso não só é poder (FOUCAULT, 2004), mas constitui-se nas relações sociais de poder, sobretudo nas relações sociais institucionais. Ele é situado socialmente e tem importante papel na reprodução das estruturas e da organização social. Por esta razão, discurso, na concepção da Teoria Social do Discurso (TSD), é considerado uma prática social.

A TSD propõe uma visão tridimensional do discurso, centrada nas seguintes esferas: *prática textual* (institucional), *prática discursiva* (situacional) e *prática social* (societal). Desse modo, objetiva-se identificar como é realizada a construção discursiva dos eventos e das relações sociais, a partir da análise de aspectos lingüísticos e do contexto comunicativo em tempo e lugar definidos, e quais as implicações sociais de todo esse processo (ROJO, 2004).

O discurso enquanto *prática textual* está relacionado aos princípios da lingüística textual, dentre eles, à unidade lingüística, que compreende a organização da informação, a coerência e a coesão textuais.

O discurso enquanto *prática discursiva* traz contribuições da lingüística contemporânea e também da sociolingüística interacional, que aborda a

relevância do texto *no* contexto, ou seja, num dado espaço, tempo e situação. Nesta dimensão interessa o uso da linguagem envolvida nos processos de produção, distribuição e consumo dos discursos.

Já a dimensão do discurso enquanto *prática social* integra às duas visões anteriores a idéia de um discurso que constitui, ou seja, aposta no dialetismo entre a estrutura e as relações sociais e de poder. Discurso enquanto prática social implica, pois, em pensar a linguagem investida de poder e ideologias.

Nesta perspectiva, a TSD retoma a discussão gramsciana acerca dos conceitos de hegemonia e poder. A hegemonia

“constitui um foco de luta constante sobre pontos de instabilidade entre as classes e os blocos dominantes, com o objetivo de construir, sustentar ou, ainda, quebrar alianças e relações de dominação e subordinação, tomando formas econômicas, políticas e ideológicas” (MAGALHÃES, 2001:17-18).

A ideologia, por sua vez, está implícita e naturalizada na prática cotidiana do sujeito, sob uma visão de senso comum. É entendida, retomando-se Althusser,

“como significações ou construções da realidade, construídas nas várias dimensões das formas ou sentidos das práticas discursivas e contribuindo para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação” (MAGALHÃES, 2001:17).

Se se pensar nesta perspectiva tridimensional, é possível compreender, por exemplo, a “responsabilidade” do discurso na manutenção, fortalecimento e reprodução de determinada ordem social ou *status quo*, que impede a proliferação e circulação de discursos dissonantes, além de impedir também o acesso à esfera comunicativa.

Assim, torna-se interessante pensar como a orientação instrumental que rege o processo de licenciamento ambiental das barragens sobrepõe-se às vozes dissonantes do Movimento de Atingidos. Isto porque na própria estrutura “rígida” do processo de licenciamento não há lugar para uma efetiva participação dos atingidos que permita poder de decisão, a não ser pelas audiências públicas, conforme já exposto, que se constitui em espaço consultivo e não deliberativo.

Importa à ACD, portanto, a ordem social do discurso (como são produzidos e distribuídos socialmente) e como se constroem discursivamente as

representações sociais (forma como os discursos ordenados e organizados agem na leitura e interpretação que fazemos do mundo, incorporando ideologias). A análise destas questões passa pela consideração de algumas premissas (ROJO, 2004):

- para se investigar como se constroem as representações sociais, é necessário considerar as formas de designação, atributos, além de suas ações. É importante recorrer também à observação da polarização;
- a representação dos processos ou a quem é atribuída a responsabilidade por eles, passa pela questão dos papéis semânticos, o aspecto negativo ou positivo da responsabilidade por determinada ação;
- a argumentação utilizada para convencer sobre a veracidade ou pertinência de determinada ação e até mesmo para justificá-la;
- a (des)legitimação de representações, atores, acontecimentos e até do próprio discurso, através da desqualificação ou depreciação.

Assim, essas premissas são seguidas por estratégias de análise, quais sejam:

- estratégias de referência e nominalização;
- estratégias predicativas, em que se atribui de forma estereotipada ou até valorativa características positivas ou negativas. Isto pode ser feito explícita ou implicitamente;
- estratégias de intensificação e atenuação (mas, apesar de);
- estratégias de legitimação das ações bem como do discurso.

Ainda com relação à ordem do discurso, ROJO (2004) observa que a produção, recepção e circulação dos discursos passam pela competição dos diversos grupos que querem intervir nessas etapas, no intuito de submetê-las a seu interesse. Isso transforma o âmbito discursivo em palco de luta, onde interessa a esses grupos o controle e a apropriação. Isto porque

“as práticas discursivas contribuem para estruturar, exercer e reificar as relações de dominação e subordinação entre grupos e classes sociais e entre os gêneros. A regulação da produção, recepção e circulação dos discursos estabelece, por conseguinte, que tipo de discursos podem ser produzidos em que contextos; quais as características que fazem com que eles sejam apropriados; e quais os desqualificam ou os impedem de circular” (p. 221).

Diante disso, se pensarmos no contexto do licenciamento ambiental de barragens, percebemos que a institucionalidade do processo permite apenas a manifestação da racionalidade instrumental, ou seja, dos argumentos técnico-científicos.

Considerando, pois, que a população atingida apresenta dificuldades e limitações para produzir sozinha tais argumentos, resta-lhes contar com a assessoria técnica para participar do quadro de luta a que se refere ROJO (2004), na tentativa de fazer circular o seu discurso (oposição à barragem). Cabe à assessoria, portanto, proceder à adequabilidade dos argumentos da comunidade, regidos por elementos do “mundo da vida”, transformando-os em argumentos circuláveis na esfera do licenciamento ambiental, através da orientação instrumental.

Neste contexto, pode-se dizer que a produção, circulação e controle dos discursos é de competência, portanto, do órgão ambiental, que tem autoridade para impor as formas adequadas para participação na esfera do licenciamento ambiental, ainda que se trate de grupos socialmente relevantes, como as populações a serem atingidas pela barragem. Esta autoridade é conferida pelos princípios da Avaliação de Impactos Ambientais, conforme exposto na Introdução, através da Resolução CONAMA 001/86.

Assim, poderíamos afirmar que as regras do licenciamento ambiental por si só já são excludentes, pois, impõem uma ordem do discurso que não é do domínio da comunidade atingida, o que já configura uma situação de desigualdade e assimetria nas relações de poder entre os atores envolvidos no processo.

Por outro lado, a atuação dos assessores recai no que FAIRCLOUGH (2001) chama de “tecnólogos do discurso”.

“As tecnologias discursivas são cada vez mais adotadas em locais institucionais específicos por agentes sociais designados. Elas têm seus próprios tecnólogos especialistas: pesquisadores que cuidam de sua eficiência, especialistas que trabalham em seu aperfeiçoamento à luz da pesquisa e da mudança nas exigências institucionais e treinadores que transmitem as técnicas” (p. 264).

Em comunhão com a crença habermasiana da colonização do ‘mundo da vida’ pelo ‘do sistema’, o autor acredita que a tecnologia discursiva seria aquela em que há uma relação estreita entre o conhecimento da linguagem, do discurso e do poder.

Assim, na sociedade moderna as tecnologias discursivas seriam recursos, ferramentas, técnicas a serem usadas estrategicamente. Seriam um refinamento da linguagem que resultariam em escolhas programadas de vocabulário, léxico, entonação, expressão facial, movimentos. Desta forma, as tecnologias discursivas promoveriam a mudança através de uma construção consciente e estratégica, mas formatadas e adestradas, sem reflexão.

Se pensarmos na atuação dos assessores da universidade no âmbito das audiências públicas para construção de barragens, veremos que há razão em situá-los como tecnólogos do discurso, pois, naquele contexto se preparam estrategicamente para assumir uma posição não só técnica, mas também impactante do ponto de vista político-teatral.³

³ Sobre a atuação da assessoria da UFV em audiências públicas, recorrer a BASTOS et al. (1999).

4. A ORIENTAÇÃO INSTRUMENTAL E A AÇÃO COMUNICATIVA NA ASSESSORIA AOS ATINGIDOS DE FUMAÇA

4.1. Atingidos pela UHE Fumaça

A UHE Fumaça se enquadra na categoria das hidrelétricas de pequena potência, que são aquelas inferiores a 10 MW. Foi empreendida pela ALCAN Alumínio do Brasil, uma multinacional que, além de Fumaça, possui também outros projetos de UHEs na zona da mata mineira. Alguns destes projetos são consórcios com outras empresas privadas, como o caso da UHE de Pilar, que atinge os municípios de Guaraciaba e Ponte Nova, e é fruto de consórcio entre a ALCAN e a FIAT Automóveis.

A barragem foi construída sobre o Rio Gualaxo do Sul, da Bacia do Rio Doce, na Zona da Mata mineira, região circunvizinha aos municípios de Ouro Preto e Ponte Nova. Atingiu áreas dos municípios de Mariana e Diogo de Vasconcelos e os povoados de Barro Branco, Mainart e Miguel Rodrigues. Este último, pertencente ao município de Diogo de Vasconcelos, é tido como o povoado mais freqüentado pela população residente na área de entorno e onde também se concentrou o maior “foco de resistência” e mobilização contra a barragem em questão.

A UHE Fumaça tem capacidade de gerar 9,8 MW de energia elétrica e inundou uma área de 21,8 km², sendo 27 domicílios em Miguel Rodrigues, 60 em Barro Branco e 30 em Mainart (D'ÁVILA e BARRERO, 2004). A população atingida é composta basicamente por pequenos produtores rurais, artesãos, meeiros e garimpeiros.

O processo de licenciamento desta barragem passou pelas seguintes fases: desde a década de 60 a região tem sido sondada por estudos de inventário e viabilidade para construção de usinas hidrelétricas, em função do potencial hídrico apresentado e também em função da política de privatização do setor, que ganhou força a partir da década de 90. Entretanto, somente em 1997 é que a ALCAN Alumínio do Brasil comparece à região e faz estudos pleiteando concessão e licença ambiental para construção de uma UHE, para fins de auto-produção de energia para consumo de sua fábrica, instalada no município de Ouro Preto (MG). Estes estudos iniciais, denominados Relatório de Controle Ambiental (RCA), visam apresentar questões ambientais, econômicas, culturais, além da análise propriamente técnica do empreendimento.

De início, a população não acreditava que a barragem fosse efetivada, mas buscou informar-se sobre a problemática, que naquela época já afetava outros municípios próximos a Diogo de Vasconcelos. Orientados por um padre da Arquidiocese de Mariana, por membros da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (NACAB/UFV), que já prestava assessoria a outros atingidos por meio de projetos de pesquisa sobre o tema, a população de Miguel Rodrigues iniciou a organização e a mobilização para enfrentamento das intenções da ALCAN.

Em final de 1997, foi constituída a Associação dos Moradores Atingidos pela UHE Fumaça (AMABAF), que viria ser o principal elo de negociações entre os atingidos e a ALCAN, reconhecida pela FEAM enquanto representante legítima dos atingidos. A AMABAF contava com o suporte e assessoria de entidades como a CPT, o NACAB e um padre da Pastoral Mariana Leste.

Como parte dos trâmites legais, em agosto de 1998 ocorreu uma audiência pública, realizada na Igreja da comunidade de Miguel Rodrigues, em

que esta pesquisadora esteve presente como observadora, já que integrava o grupo da UFV de pesquisa e assessoria às comunidades atingidas. Na época, a pesquisadora desenvolvia na graduação um Projeto de Pesquisa interdisciplinar, entre os Departamentos de Engenharia Civil e de Letras da UFV, em que se estudou a abordagem conferida à água no EIA/RIMA da UHE Pilar. Esta UHE, conforme descrito anteriormente, afetava os municípios de Ponte Nova e Guaraciaba.

Na referida audiência presidida pela FEAM, a ALCAN, através da empresa contratada para elaboração do EIA/RIMA, fez a apresentação dos relatórios técnicos do empreendimento, assumindo a postura como se a barragem fosse um fato consumado. Sua apresentação pautou-se em recursos como slides, transparências, gráficos, mapas e termos técnicos complexos, totalmente fora da realidade local daquela população. Esta é, segundo estudiosos do tema (ROTHMAN, 1999; REZENDE, 2003; SANTOS, 2002), uma estratégia intencional da empresa para dificultar o entendimento e o consequente questionamento do empreendimento pela população.

Outra questão que deixa os atingidos em situação de desvantagem para com a empresa é o fato de que esta dispõe de recursos para acerrar-se de uma assessoria própria, enquanto aos atingidos resta contar com a atuação voluntária de assessores e simpatizantes à causa. Este fato foi um dos principais motivos para que em 2003, conforme será descrito à frente, os atingidos criassem juridicamente uma Associação, em que um dos objetivos era “resolver” as dificuldades financeiras e de recursos que por muitas vezes dificultaram sua organização.

Conforme já descrevemos anteriormente, é na audiência pública que a população tem a sua vez de “falar” ou pelo menos onde falam por ela. Desta forma, a participação da comunidade nesta audiência de agosto de 1998 foi marcada por intervenções maciças das mulheres da comunidade. Os recursos utilizados foram cartazes, poesias e falas que, ao contrário dos argumentos puramente técnicos empregados pelo empreendedor, traziam uma carga

emocional e afetiva que evidenciava a forte relação da população com o espaço pretendido para a barragem.

Outro recurso utilizado pelos atingidos era, durante suas falas, apresentarem aos presentes na audiência produtos agropecuários diversos, como arroz, feijão, milho, frutas variadas e também panelas de pedra e tapetes. Procuraram, com isso, demonstrar ao órgão ambiental que não se tratava meramente de aspectos de viabilidade técnica-ambiental, mas que se tratava de alterações profundas nos modos de vida, produção e sobrevivência daquela população. Mais do que isso, procuraram evidenciar a “riqueza” da produção local, contrapondo ao discurso dos EIA/RIMA, que apontavam a terra e as condições locais de produção desses agricultores atingidos como “precárias” e “pobres”, tomando por referência um tipo de racionalidade econômica diferente da lógica da região.

Para a audiência, a comunidade organizou-se previamente e buscou inteirar-se, dentro do possível, dos relatórios técnicos. Nesse contexto, a CPT e o NACAB tiveram papel fundamental, pois, na época membros das duas entidades atuaram, via reuniões, no sentido de decodificar os termos técnicos e preparar a comunidade para o que dizer nos turnos que lhe seria concedido na audiência. Nas intervenções realizadas pelas mulheres, elas chamaram a atenção, por exemplo, para equívocos nos relatórios, apontados pelos assessores nas reuniões com a comunidade antes da audiência. Dentre eles, o registro de que as mulheres não trabalhavam na produção rural, o que, segundo elas, era uma inverdade.

Há que se ressaltar que os assessores da UFV também se manifestaram durante a audiência, contestando, via pareceres técnicos, as informações registradas nos relatórios do empreendedor. Houve, também, outras manifestações em favor dos atingidos, que partiram de entidades como a Associação dos Pescadores e Amigos do Rio Piranga (ASPARPI), representantes do MAB em níveis regional e nacional e também da Igreja, através de padres da Arquidiocese de Mariana (MG).

Entretanto, a FEAM deu parecer favorável ao projeto, o que balizou a decisão do COPAM no sentido de conceder, em junho de 1999, a Licença Prévia

(LP) à construção da barragem, impondo, para tanto, condicionantes. Satisfeitos estes condicionantes, a empresa elaborou novos estudos, o Plano de Controle Ambiental (PCA) e obteve a segunda Licença, a de Instalação (LI), em junho de 2001. Em 11 de abril de 2003 a empresa finalmente obteve a Licença de Operação.

O período citado acima, o dos trâmites para concessão das licenças e negociação do pós-barragem – como vendas de terras, reassentamento e indenizações – foi marcado por inúmeros desentendimentos entre empresa e atingidos e também atritos entre estes. Demonstrando que nem sempre há consensos nos juízos de valores e interesses, é que em julho de 2001 foi instituída na comunidade atingida outra entidade, a Associação dos Atingidos pela Barragem de Fumaça (AABF), numa clara demonstração de insatisfação com a forma como a negociação vinha sendo conduzida pela Associação anterior, a AMABAF.

Em função da lentidão no processo de negociação entre empresa e atingidos, em 29 de outubro de 2001 membros da AABF, CPT e do MAB ocuparam o canteiro de obras da UHE, com mais ou menos 250 manifestantes. Esta ocupação, na visão dos próprios atingidos e participantes do movimento, desencadeou “progressos” na negociação. Foram firmados acordos reconsiderando e reconhecendo como atingidos meeiros, artesãos e garimpeiros que não haviam sido preliminarmente considerados pela Empresa.

Em novembro deste mesmo ano, a empresa firmou um acordo coletivo em que se comprometia com um reassentamento dos deslocados, além de reconhecer a Comissão de Atingidos UHE Fumaça como mediadora das negociações. Importante é salientar que esta Comissão foi gestada pela AABF e que era reconhecida pela empresa como interlocutora, sendo a AMABAF reconhecida pela FEAM.

Em abril de 2002, a UFV sediou uma reunião entre a ALCAN e os atingidos, em que estes esperavam que a empresa reconhecesse os artesãos como indiretamente atingidos. Esta reunião foi interrompida pelo negociador da empresa devido à não-concordância com os valores da indenização propostos

pelos atingidos. Em função deste fato, foi que em maio de 2002 cerca de 80 atingidos marcharam à fábrica da ALCAN no município de Ouro Preto, onde ficaram acampados por quatro dias à espera de alcançar o objetivo frustrado na reunião descrita acima.

Entretanto, somente em agosto de 2002 as negociações foram retomadas, após a entrega de um abaixo-assinado e de reivindicação junto à FEAM para que ela mesma nominasse um mediador. Nota-se aqui que foi preciso recorrer à autoridade e legitimidade do órgão ambiental para reabrir as negociações “à força”, tendo em vista o empreendedor ter fechado o processo de negociação com a Comissão que ele mesmo reconhecia como legítima. O ponto para deflagração do impasse, conforme relatado, era a ausência de consenso no que se referia a reconhecer artesãos como atingidos, atribuindo-lhes indenização no valor que os atingidos julgavam improcedente.

Em outubro de 2002 aconteceu a primeira reunião mediada, a partir de então, por uma funcionária do COPAM⁴, em que estavam presentes a Comissão de Atingidos e o representante do empreendedor. A partir de então, as ações para o reassentamento tornaram-se correntes e um ano depois foi criada a Associação Intermunicipal do Reassentamento Coletivo dos Atingidos da UHE Fumaça (AIRCA).

A AIRCA, fundada em 13 de outubro de 2003 e registrada em 20 de agosto de 2004 no município de Mariana, conta com 23 famílias associadas. O sócio, para ser votado, deve possuir mais de 16 anos de idade e no mínimo seis meses de filiação. Esta associação conta com um estatuto próprio e um de seus objetivos, conforme descrito no seu capítulo segundo, é primar pela “busca e melhoria das condições de vida de seus sócios; compra coletiva ou individual de insumos; aumento e comercialização da produção” (D’ÁVILA e BARRERO, 2004:23).

Todavia, sua constituição foi no intuito de “facilitar” a negociação entre as 23 famílias e a empresa. A constituição jurídica de uma associação foi também a forma legal e institucional das mesmas poderem contratar e empregar um

⁴ A exemplo do que havia ocorrido na barragem de Irapé, MG.

técnico para assistência integral ao planejamento e constituição do reassentamento. Há que se frisar que esta foi uma escolha enfática dos atingidos, o que sinaliza duas questões: a primeira é que demonstra um grau de autonomia no sentido de decidirem “sozinhos” quais caminhos optar; em segundo lugar, demonstra rejeição pelas assessorias técnicas que até então os acompanhavam, dentre elas, a assessoria prestada pela UFV.

As decisões da Associação não espelham o desejo de todos os sócios, o que é de se esperar de qualquer organização. Um fato interessante é que os cargos de presidente e secretário, bem como vários no Conselho Fiscal, foram ocupados por mulheres, o que evidencia a forte presença e mobilização femininas no movimento dos atingidos por Fumaça.

Esta característica já foi, inclusive, objeto de um estudo feito por SANTOS (2002). Nele, a pesquisadora concluiu que a liderança feminina em Miguel Rodrigues se destaca, se comparada a outros casos, graças a dois fatores pontuais: primeiro, nesta comunidade as mulheres tiveram que assumir a liderança das famílias em momentos que os maridos estavam ausentes; em segundo, é latente a influência da Igreja, sobretudo em função da Teologia da Libertação. A atuação nas pastorais e nos grupos de reflexão, segundo a pesquisadora, proporcionou o exercício prático das premissas bíblicas, desenvolvendo nas mulheres senso de preocupação incessante com “o futuro da família, dos amigos, dos parentes e da comunidade” (SANTOS, 2002:90).

Há que se destacar que no reassentamento, além das glebas individuais de terra recebidas por cada família atingida, ficou acordado a existência de uma área comum de três hectares. O objetivo dos atingidos era o de transformar tal área em espaço de uso coletivo, como estruturas para lazer e religião. Isso denota a valorização que atribuem à manutenção e continuidade da convivência que detinham entre si, evidenciada pela própria escolha inicial em serem reassentados coletivamente.

Em agosto de 2004, sob a coordenação de uma economista doméstica e de um engenheiro agrônomo, ambos formados na UFV, foi elaborado um Plano de Reassentamento, documento com vistas a subsidiar e orientar o processo de

negociação para consolidação do reassentamento. No início de 2005, com o enchimento do lago, as famílias começaram a ser deslocadas.

É importante deixar claro que a opção pelo reassentamento coletivo foi feita pelo grupo vinculado à AABF, criada em julho de 2001 após conflitos com a AMABAF. A outra parte de atingidos, vinculados a esta última associação, optou por negociar individualmente com a ALCAN.

Atualmente, quando questionados sobre a nova vida, os reassentados se dizem satisfeitos exceto pelo transporte escolar para as crianças, que ainda não se efetivou. As crianças têm que caminhar em média 8 km para assistir às aulas. Os atingidos culpam a ALCAN *“por não ter tomado as providências”*, mas a empresa alega que já repassou os recursos à Prefeitura do município, a quem compete providenciar o transporte.

Já o grupo de atingidos que preferiu negociar individualmente com a empresa enfrenta problemas com segurança na área onde suas casas foram construídas – à margem da barragem – e têm procurado a AIRCA solicitando ajuda para a solução de seus problemas. Quando questionada sobre a atitude do outro grupo de pedir ajuda à AIRCA, quando no passado optaram por negociar direto com a empresa, a presidente respondeu *“não se uniram, tá aí agora o resultado”*.

4.2. Escopo metodológico: PDR e entrevistas

4.2.1. Plano de Desenvolvimento do Reassentamento (PDR)

A escolha do Plano de Desenvolvimento do Reassentamento (PDR) de Fumaça enquanto corpus para análise e resposta ao questionamento desta pesquisa, foi em função daquele ser o documento oficial que balizou a negociação entre atingidos e empresa, com vistas ao cumprimento das medidas compensatórias explanadas e sugeridas no EIA/RIMA, após o deferimento da construção da barragem, via concessão da Licença de Operação. Dentre estas medidas, destacou-se o reassentamento dos atingidos deslocados.

Além disso, o PDR foi construído pelos próprios atingidos, sob coordenação geral de uma equipe técnica multidisciplinar. Uma das etapas deste Plano constou de levantamento, pelos atingidos, daqueles atores sociais que eles julgaram ter se destacado em sua trajetória de luta contra a barragem. Pelo fato, então, de constituir-se num Relatório oficial a ser encaminhado ao órgão ambiental, construído *pelos* atingidos e que espelhava seus juízos de valores, incluindo ainda sua avaliação sobre os atores sociais envolvidos no processo, entendeu-se que pelo PDR seria possível avaliar o grau de inserção e importância das atividades da universidade junto ao movimento, conforme interesse desta pesquisa. Isto porque se esperava que a UFV, enquanto parceira que tinha sido desde o início do processo, fosse aparecer no PDR, citada pelos atingidos como importante instituição.

Entretanto, curiosamente isto não aconteceu e os atores sociais elencados como importantes na trajetória dos atingidos, em ordem de grau de relevância atribuído por eles, foram: a Igreja Católica, o MAB nacional, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Diogo de Vasconcelos e Mariana, a CPT e a ALCAN.

Para identificação dos diversos atores junto aos atingidos, foi realizada, em reunião coletiva, a técnica denominada “Diagrama de Venn” ou “Jogo das Bolas”. Esta técnica consistiu em que, num primeiro momento, os participantes deveriam listar, espontaneamente, atores sociais (pessoas, instituições, grupos...) que, para eles, eram relevantes em suas vidas. Num segundo momento, foi sugerido pelos coordenadores da técnica que eles fizessem o desenho de uma bola para representar a Associação Intermunicipal do Reassentamento Coletivo dos Atingidos da UHE Fumaça (AIRCA).

A partir de então, a técnica passou para uma segunda etapa: a cada um dos atores sociais listados, os participantes deveriam atribuir uma bola e compará-la com a bola que representava a AIRCA, de forma que, quanto maior a relevância do ator, maior seria o tamanho atribuído para sua bola, sempre em comparação com a bola de referência inicial, que era a AIRCA.

Ainda como desafio interpretativo da relação do grupo com esses atores, os participantes deveriam posicionar a bola que representava o ator citado com

relação à bola da AIRCA, numa referência ao grau de distanciamento ou proximidade do ator social com a Associação⁵.

Este exercício foi precedido de uma discussão ampla sobre o que a AIRCA representava no contexto de todo o processo de licenciamento e reassentamento dos atingidos. Foi enfatizado que a criação da Associação não passava somente pela necessidade em se oficializar juridicamente um representante dos atingidos, mas antes, passou pela necessidade de, somente juridicamente, ser viável o emprego de um técnico exclusivo que atendesse às famílias do reassentamento.

Após esta discussão, os participantes listaram espontaneamente os atores sociais, resultando em:

- 1) Igreja Católica;
- 2) MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens;
- 3) CPT: Comissão Pastoral da Terra;
- 4) COPAM: Conselho de Política Ambiental, na pessoa da mediadora indicada por este órgão;
- 5) STR's: Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Diogo de Vasconcelos e Mariana;
- 6) EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural;
- 7) FEAM: Fundação Estadual do Meio Ambiente;
- 8) ALCAN: Alumínio do Brasil Ltda.;
- 9) Secretarias de Assistência Social de Diogo de Vasconcelos e Mariana;
- 10) UFOP: Universidade Federal de Ouro Preto;
- 11) Polícia Militar de Minas Gerais;
- 12) MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Todavia, os participantes decidiram priorizar e avaliar apenas cinco entidades, por julgarem que estas estavam mais próximas de seu cotidiano. E assim, elegeram:

- 1) Igreja Católica;
- 2) MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens;

⁵ Ilustração da técnica contida na página 34 do documento do Apêndice C.

- 3) STR's: Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Diogo de Vasconcelos e Mariana;
- 4) CPT: Comissão Pastoral da Terra;
- 5) ALCAN: Alumínio do Brasil Ltda.

4.2.2. Entrevistas

Diante da impossibilidade de avaliar, pelo PDR, o papel da UFV junto ao Movimento, tendo em vista não ter sido citada na avaliação dos atingidos em nenhum dos dois momentos descritos acima, somado a um novo questionamento – “por que não foi citada?” – é que se chegou à conclusão da necessidade de se recorrer a entrevistas, efetuadas em junho de 2005, a serem aplicadas a participantes da construção do PDR, escolhidos aleatoriamente. Este mesmo processo foi aplicado ao coordenador do grupo da UFV, também em junho de 2005, que executava as atividades de assessoria e extensão aos atingidos.

Com base nos objetivos da pesquisa, delineou-se as seguintes perguntas para nortear o processo de apreensão dos dados necessários:

- 1) *Na sua opinião, por que a UFV não aparece citada no PDR?*
- 2) *O que significou a UFV, até hoje, para o MAB da zona da mata mineira?*
- 3) *Em que a universidade contribuiu ou deixou a desejar?*

Entretanto, já ao marcar a data para as entrevistas com membros do reassentamento, a presidente da AIRCA avisou que seria marcada uma reunião com todos os membros, “*porque no assentamento tudo é feito em conjunto*”.

Desta forma, 22 pessoas compareceram à reunião para a entrevista. A presidente avisou que todo evento no assentamento era precedido de uma oração e pediu a uma integrante que a fizesse. Os presentes rezaram por um breve momento, quando a palavra foi passada à pesquisadora. É notável a presença da religiosidade entre os atingidos e do catolicismo como religião dominante. Não obstante, as falas são constantemente entrecortadas por invocações a santos ou apelos a “Deus”.

Instalada ali a impossibilidade de conduzir a entrevista individualmente, optou-se por fazer uso de uma técnica chamada grupo focal, mas que transcorre como um bate-papo grupal, orientado pela inserção de questões e perguntas correlatas ao interesse daquele momento. Desta forma, foi solicitado que cada um dos presentes se apresentasse e falasse um pouco de sua trajetória.

Em seguida, a pesquisadora fez um breve histórico de seu trabalho, mencionando que o interesse atual em pesquisar a relação entre instituições e MAB havia sido originado de observações no período em que desenvolvera pesquisa sobre a qualidade da água no caso da UHE Pilar, também na zona da mata mineira. Assim, foi esclarecido que o interesse daquele momento era o de aprofundar a avaliação que eles fizeram no PDR acerca das instituições e atores sociais que os haviam acompanhado em sua trajetória.

Foi pedido, então, autorização para a reunião ser gravada, o qual todos ficaram em silêncio e olhando para baixo. Perguntados novamente, a presidente da associação e seu esposo manifestaram-se a favor e todos ao mesmo tempo também manifestaram a mesma opinião.

Passou-se à abordagem das informações constantes no PDR. Durante toda a reunião, embora a pesquisadora dirigisse repetidas vezes as perguntas e também o gravador aos outros membros da reunião, ainda assim predominou por todo o tempo a manifestação e resposta, a praticamente todas as perguntas, de apenas quatro atingidos, quais foram: a presidente da AIRCA; seu esposo, que é suplente do tesoureiro; o suplente da secretária e o vice-presidente da AIRCA, porta-vozes do grupo, conforme será discutido à frente.

4.3. Análise e discussão dos dados

4.3.1. Do Plano de Desenvolvimento do Reassentamento (PDR)

No Plano de Desenvolvimento do Reassentamento (PDR), inicialmente os atingidos listaram doze instituições que consideraram relevantes em sua trajetória. Posteriormente, para proceder à avaliação e discussão dessas

instituições, eles priorizaram uma segunda lista, composta por cinco atores, que eram considerados mais envolvidos no cotidiano das famílias.

Em ordem de relevância, indicaram: Igreja Católica, Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diogo de Vasconcelos e Mariana (STR's), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e ALCAN Alumínio do Brasil Ltda.

A avaliação dos atingidos sobre a atuação da Igreja em sua trajetória ficou dividida. O primeiro grupo criticou, afirmando que a Igreja contribuiu bem menos do que poderia:

“Os padres de nossa comunidade não fazem nada (...) Os padres poderiam falar das barragens no sermão, mas não falam. A instituição deixa a desejar porque são poucas pessoas na Igreja que estão do lado dos pobres” (D'ÁVILA e BARRERO, 2004:30).

Observa-se que o termo “*nada*” denota a avaliação negativa sobre a atuação da Igreja. Há uso do recurso da modalidade (“*os padres poderiam falar, mas não falam...*”). De acordo com FAIRCLOUGH (2001), trata-se de um tipo de modalidade objetiva, em que não fica claro se o ponto de vista externado é do atingido ou do grupo. Porém, neste caso, parece apontar para o ponto de vista do grupo, sendo que seria bom para todos – o grupo – se a Igreja tivesse agido mais enfaticamente.

Outra observação refere-se à polarização (pobres de um lado, ricos de outro). Tem-se um exemplo de construção da representação social do atingido, em que este se coloca no lugar social de classe “*pobre*”.

Já o segundo grupo afirmou:

“tem padres que fazem alguma coisinha (...) quando teve a ocupação, a Igreja deu alimentação. A igreja de Diogo de Vasconcelos deu colchões” (D'ÁVILA e BARRERO, 2004:30).

Aqui vê-se que embora usassem o “*alguma coisinha*”, que diminui a relevância do fato, os atingidos entendem a contribuição da Igreja sob a forma de apoio logístico ao episódio da ocupação do canteiro de obras da barragem, em outubro de 2001.

Com relação à avaliação sobre os STR's, os atingidos também se dividiram. Na opinião de alguns

“quem faz o Sindicato somos nós, os trabalhadores rurais (...) quando o Sindicato atua na região, ele deve estar apoiando todos os trabalhadores, os atingidos” (D'ÁVILA e BARRERO, 2004:32).

Nota-se que é usado o recurso da representação de categoria profissional, categorizando os atingidos, desta vez, sob a classe “*trabalhador rural*”, numa estratégia de representação e identidade social. Isso apareceu enfaticamente em outros momentos da entrevista. E aponta também para a declaração e afirmação de uma identidade, a de “*trabalhador rural*”, antes mesmo da identidade de “*atingido*”.

A avaliação sobre a ALCAN, ao contrário do que era de se esperar, não foi unanimemente negativa. As opiniões se dividiram:

“gera empregos, produtos e contribuiu na recuperação de algumas igrejas e hospitais. Sabemos que os empregos não são muitos, porque a tecnologia tira muito emprego (...) foi a partir da chegada da Alcan que a gente conheceu outras pessoas, outros lugares, nos organizamos e melhoramos nossa vida sim. É claro que nós levava nossa vidinha lá. Mas era uns batendo pasto, outros cuidando das vacas...” (D'ÁVILA e BARRERO, 2004:32-33).

O interessante na fala positiva sobre a ALCAN, foi que num dado momento a “culpa” pela retirada dos empregos não foi atribuída explicitamente à empresa, mas à sua “*tecnologia*”. Na Análise Crítica do Discurso, isso se enquadra na representação de processos (ROJO, 2004), em que o papel semântico e atribuição por retirar os empregos passou da ALCAN (ator social) para a tecnologia (abstrato), embora se saiba que implicitamente os atingidos se referiam à tecnologia trazida pela ALCAN. Curioso observar que nesta fala a ALCAN é colocada como um agente que pratica ações positivas.

A mesma fala mostra que os atingidos atribuem valor positivo à convivência com outras pessoas que não só da comunidade. O “*sim*” é usado enquanto redundância retórica, para enfatizar a crença de que houve melhora de vida após a chegada da empresa.

Entretanto, outras opiniões apresentaram críticas à ALCAN:

“ela é uma empresa canadense, que veio tirar nosso trabalho aqui. Quantos sem terra estão por aí? Quantos pais de família ficaram sem emprego, em

Candongá [outro projeto de UHE na zona da mata mineira] mesmo? Ela pode gerar emprego pro pessoal da cidade, mas ela acaba com nós aqui. Aqui pra nós o que ela pode trazer de tormento ela trouxe (...) Ela trouxe foi muito conflito para algumas cidades da zona da mata, porque tirou nossos vizinhos, nossos empregos, o lugar que nós nascemos, o lugar de nós plantar” (D’ÁVILA e BARRERO, 2004:33).

Nesta fala há que se destacar, de início, o termo “*canadense*”, uma estratégia de nomeação e referência que aponta para um estereótipo muito veiculado entre os movimentos sociais: o das empresas multinacionais que se instalam no Brasil e são amplamente criticadas por “sugarem” e explorarem as riquezas nacionais. “*Empresa canadense*” pode ser considerada uma forma que separa (ROJO, 2004) em oposição à “empresa brasileira”.

O uso repetido do “*nós*” e de “*nossos*” também aponta para a afirmação do endogrupo (nós = atingidos = trabalhadores rurais).

A ausência de referência negativa ou positiva à UFV no PDR, não ofereceu condições de se analisar o grau de sua relevância para a comunidade, o que só foi possível através das entrevistas, como se verá adiante.

4.3.2. Das entrevistas

Primeiramente, é importante registrar a percepção de um clima de desconfiança pelo silêncio e pouca disposição dos atingidos em falarem. Logo de início, a pesquisadora introduziu a conversa retomando a construção do Plano de Reassentamento (PDR) e o que os atingidos entendiam por “instituições e atores sociais”. Para introduzir o assunto da avaliação dos atingidos sobre estes atores, a pesquisadora questionou se fossem naquele dia repetir a técnica, se mudariam a lista de atores. Desta forma, passou-se aos comentários sobre cada ator.

Quando se referiram à Igreja, em vários momentos frisaram a concepção de Igreja enquanto ‘todos’, com falas do tipo “*nós somos a Igreja, né?*”

Suplente do tesoureiro:

“como é que nós consideramos a Igreja e a questão da religião? A religião é formada por quem? Por nós e quando se fala Igreja quem forma a Igreja? Somos nós, quer dizer se não for os fiéis o padre também não vai falar”.

A menção ao Sindicato, conforme já exposta anteriormente na análise do PDR, foi marcada novamente por divergências. Isto porque atualmente algumas pessoas pensam que o Sindicato, além de não ajudar como deveria, ainda atrapalhou quando incentivou negociações individuais e aceitação de dinheiro por parte da empresa. Isto, além de ser desvantajoso para o atingido, também divide e mina a união da comunidade:

Presidente da AIRCA:

“eu acho assim muito interessante dele não se interessar a entrar na parceria com nós...”.

A crítica aqui ao Sindicato se faz pelo uso da ironia (*“eu acho muito interessante”*). O termo *“parceria”* foi usado para simbolizar *“união”* e *“apoio”*.

Após o debate sobre os diferentes atores por eles citados no PDR, ao perceber que até então a UFV não fora citada, a pesquisadora introduziu a seguinte pergunta:

“eu percebi também no Plano, nas duas listas, na primeira que tinham doze instituições e na segunda que tinham cinco... nenhuma das duas listas a Universidade de Viçosa apareceu. Por que vocês acham que isso aconteceu?”

O suplente do tesoureiro, de quem eram a maioria das falas até então, se adiantou, respondendo:

“gente, eu vou... me adiantando assim... eu acho porque... como você colocou pra gente né quer dizer... nós tivemos... um apoio assim digamos assim... bom... de pessoas de dentro da universidade né? Tivemos várias pessoas vários estudantes que passaram por aqui [...] tivemos alguns alunos que deixou alguns conhecimentos pra nós assim como ele levou mas também deixou alguns conhecimentos. Então assim... o nosso envolvimento maior com a UFV foi assim porque isso veio desde o início.. desde antes da audiência pública já tinha alunos aí que trabalhava [citou nomes de alunos da UFV] e mesmo sabendo que às vezes em muitos momentos o profissional que vinha prestar serviço a nós e que ele vinha não em nome da da da... instituição mas assim em nome dele mas querendo ou não ele vinha de lá né? E por isso que criou muito esse vínculo com nós. Todo o trabalho nosso é mais com a universidade de Viçosa” (suplente do tesoureiro).

Alguns aspectos nesta fala chamam atenção: o primeiro, que esta foi uma fala bem mais reticente, hesitante, pausada e ponderada do que as anteriores, como se ele estivesse medindo as palavras antes de dizê-las. Nota-se o emprego de marcas de atenuação (*“eu acho porque... como você colocou pra gente né quer dizer... nós tivemos... um apoio assim digamos assim”*).

Um segundo aspecto refere-se à forma como ele “pediu a palavra”, adiantando-se à possível manifestação de outro atingido ali presente (“*gente, eu vou... me adiantando assim...*”). Este aspecto será retomado à frente e apresenta-se relevante dentro da discussão foucaultiana sobre a ordem do discurso.

O terceiro, e mais interessante aspecto a ser observado, foi a forma como qualificou a assessoria da UFV (“*tivemos... um apoio assim digamos assim... bom... de pessoas de dentro da universidade*”). A adjetivação pelo uso do “bom” para classificar a atuação da UFV apareceu também em outras falas, conforme será discutido à frente.

A pesquisadora, então, pediu que ele falasse mais um pouco sobre a menção a profissionais que tinham ido ao reassentamento prestar serviço “*não em nome da UFV*”, o que eles pensavam sobre esse fato:

Suplente do tesoureiro:

“olha, vê só... eu... eu... eu sempre deixei isso bem claro né? Assim... toda essa relação que a gente tem com a universidade e com os próprios estudantes professores... assim... é... ainda hoje eu comentava com [cita o nome da presidente da AIRCA] assim... olha... tudo que vem de fora pra nós em forma de conhecimento... é... é de conhecimento é importante né? e aí é assim... e aí a intenção era o que? era nós agarrar tudo o que vem quer dizer... vamos... e aí depois nós vamos saber digamos assim... escolher quais são nossos...e aí até como aconteceu isso mesmo, tem as pessoas que hoje nós temos afinidade e aí no meio de toda essa coisa aí a gente foi percebendo quem são as pessoas que tão ao lado pra ajudar e quem são as pessoas que realmente tão ali [fez silêncio] apesar que é direito mesmo quer dizer... tá de portas abertas aí pra qualquer um na questão de pesquisa que for, de informação... tamos aí pra isso.

Quando ele diz “*eu sempre deixei isso bem claro*”, há aqui uma representação de ator social. O “*eu*” remete à autoridade que lhe é conferida por ser uma liderança constante dentro da comunidade, antes e após a divisão dos atingidos em duas Associações. Enquanto um ator social, liderança importante dentro da comunidade, ele se auto-legitima.

Outro ponto refere-se ao silêncio após a seqüência “*a gente foi percebendo quem são as pessoas que tão ao lado pra ajudar e quem são as pessoas que realmente tão ali...*”. Se se considerar o linguajar popular, oposição ‘ajudar versus atrapalhar’, a seqüência sugere que ao invés do silêncio, ele dissesse “*pra atrapalhar*”. O atingido, porém, prefere silenciar-se, demonstrando

uma atitude de não comprometimento. Note-se aqui, e em outros momentos da entrevista, como o silêncio é importante para orientar a argumentação, abrindo espaço para ironias veladas ou para o dito não verbalizado.

Sua ponderação ao falar de questões desse teor também foi notada em outros momentos, inclusive reconsiderando e ponderando sobre falas da presidente da AIRCA, quando esta externava duras críticas, conforme se verá a frente.

Ainda na fala acima, o atingido transpareceu um tom de receptividade bem coloquial (*‘tamos aí pra isso’*), mas quando afirma que *“apesar que é direito mesmo”*, ou seja, que o reassentamento encontrava-se de portas abertas para receber quem quer que fosse que se interessasse em pesquisá-lo, aparenta uma certa permissividade irônica e contestatória, que pode ser evidenciada pela disjunção *“apesar”*.

Completando a fala deste atingido, a presidente da AIRCA se manifestou:

“Mas eu vejo que aqui nosso vínculo com a universidade mais mesmo foi assim com os profissionais mesmo foi de 2001 pra cá e... eu vejo assim... igual eu vejo eles faz tanto relatório tanta técnica nós não tem em mãos documento nenhum... em 2002 quando eu vi assim como que nós apanhamo ali na negociação em Belo Horizonte na mediação⁶... escolhemos nós sempre falava assim que nós queria os técnicos que fosse de Viçosa nós não aceitava o da Universidade de Ouro Preto porque trabalhava pra empresa... e e lá como nós tinha nos tinha e tem costume assim maior com [cita o coordenador da assessoria da UFV] que desde 97 né [interpela o esposo, que responde “96”] 96 nós trabalhamos junto. Aí ele indicou... ele indicou o [cita o outro professor da universidade que fez a parte dos levantamentos econômicos para o reassentamento] como um técnico pra tá acompanhando nós pra tá fazendo os relatório [...] quando a mediação pedia o relatório... ele falava assim ah na próxima reunião eu vou trazer ah na próxima reunião eu trago e ele não apresentava documento nenhum... eu fui observando [...] e aí eu passei a cobrar dele... ô [cita o referido professor] por que que cê vai na reunião cê não leva documento e tamo vendo que tá terminando a a questão dos diaristas a [cita a mediadora do COPAM] vai bater o martelo ela vai decidir e você não apresentou o relatório sobre os diaristas... até o que aconteceu... [cita o professor] passou a tomar raiva [exaspera o tom de voz] de mim porque eu ficava cobrando dele eu ligava pra ele eu cobrava. Nas reuniões eu cobrava dele... ele passou a tomar raiva de mim... perante o grupo? ele não passava não mas muitas vezes no telefone ele me ofendia”.

⁶ Toda vez que os atingidos citam a “mediação”, estão fazendo referência à funcionária do COPAM, que passou a intermediar as negociações entre Comissão de Atingidos e ALCAN, a partir de outubro de 2002, dado o rompimento entre ambas partes por não entrarem em consenso acerca da categoria dos atingidos a serem reconhecidos (artesãos, diaristas) bem como acerca dos valores das indenizações.

Nota-se que há certa confusão na distinção entre professores e profissionais da universidade. A atingida só entende os “*profissionais*” enquanto assessoria a partir de 2001, após concedida a Licença de Instalação. Entretanto, na mesma fala cita a atuação da universidade desde 1996, mas parece não identificá-la como assessores/profissionais.

Este foi também o primeiro momento, de outros que viriam, em que externou críticas aos pesquisadores da UFV por não retornarem aos atingidos os produtos de suas pesquisas. As falas demonstram que os atingidos têm conhecimento do potencial tecnológico dos assessores, entretanto, demonstram exacerbação pelo fato de “tanta técnica” não retornar para eles sob a forma de documentos, por exemplo. As falas demonstram também que eles têm consciência da importância de se ter registros formais e documentais acerca do que é produzido e pesquisado sobre eles (“*eu vejo eles faz tanto relatório tanta técnica nós não tem em mãos documento nenhum*”).

Na mesma fala, a presidente também ressalta a confiança que a comunidade depositava na UFV, ao não optar pela assessoria prestada pela UFOP, e relata o início dos desentendimentos com o novo professor assessor que havia ido à comunidade fazer levantamentos econômicos para a negociação do reassentamento⁷. Pelo tom de voz, percebeu-se uma clara exacerbação da presidente com relação ao referido professor.

Há que se ressaltar que durante todo o tempo da reunião com os atingidos, a pesquisadora insistiu na “divisão” das falas, para que outros também pudessem falar. Mas ainda assim as falas ficaram polarizadas entre a presidente da Associação, o suplente do tesoureiro e o suplente da secretária. Retomamos, aqui, a discussão sobre o procedimento de *rarefação* postulado por FOUCAULT (2004), em que discute que o discurso é submetido a uma ordem, que por sua vez, é regida por um sistema de restrições. Este sistema permite ou não que determinadas coisas sejam ditas e o enunciador, bem como o enunciado, deve estar posicionado num lugar em que esteja autorizado a falar.

⁷ Conforme se verá à frente no depoimento do coordenador das atividades de assessoria da UFV, este professor foi convidado a fazer o trabalho em virtude da saída dos outros professores que compunham o grupo de assessoria.

No caso desta pesquisa, as lideranças acima citadas é que são qualificadas a falarem “oficialmente” pela comunidade. Esta posição, de representantes dos atingidos, é suficiente para que seja satisfeita a exigência para tal qualificação. Da mesma forma, faz com que o controle dos discursos “oficiais” a serem veiculados se estenda mesmo a reuniões informais, como no caso dessa entrevista. Isso é percebido quando, não obstante, as respostas às perguntas eram sempre antecipadas pelas mesmas lideranças e que, após falarem, raramente nenhum outro atingido emitia outra opinião.

Na visão dos atingidos, outro ponto que exacerbou e minou a credibilidade e confiança no “*peçoal da universidade*”, teve a ver com a apresentação de um técnico aos reassentados, que estavam à procura de um para contratar, logo após a criação da AIRCA.

Presidente da AIRCA:

“Num belo dia... o [cita o professor] ele... eles apresentaram aqui um engenheiro agrônomo pra trabalhar aqui pra dar assessoria técnica porque nós falava que nós não queria EMATER... só que quando o [cita o nome do referido técnico] chegou aqui e que apresentou... né Joaquim? [ri e interpela um dos atingidos] o pessoal aqui nós não gostamos... por quê? ele pra ser assim um profissional... assim o estudo dele o estudo dele eu não sei se é porque assim ele convive com outras pessoas ele é muito técnico a fala dele assim o sotaque dele é diferente muito dos trabalhador... poucos conversou com o [cita o nome do técnico] (...) aí apareceu o [cita o técnico indicado pela CPT, que foi posteriormente contratado pela AIRCA] como ele tinha um vínculo com a CPT e e... o sindicato [é interrompida pelo suplente do tesoureiro].

Suplente do tesoureiro:

“mais da roça...”.

Presidente da AIRCA:

“e da roça”.

Suplente do tesoureiro

“mais pé no chão digamos assim né?”

Presidente da AIRCA

‘Aí criou uma briga... eu vi que ali quando os trabalhadores escolheram [cita o técnico indicado pela CPT] pra ser o técnico aqui dentro (...) quando ele chegou o pessoal gostou dele porque ele tava com um sapatinho russo no pé [deu uma gargalhada] esse é dos nossos [deu outra gargalhada] (...) só que quem teve a agressão mesmo foi eu (...) o [cita o professor] tá querendo decidir da cabeça dele nós tá tratando esse milho que vem com veneno e nós queria o milho crioulo que é dos trabalhador do banco de sementes (...) ele fazia tinha hora que era até mesmo ameaça que ele fazia (...) ele falava assim ‘você vai voltar lá pra Miguel Rodrigues, cê vai conversar com o grupo, cê tem autonomia pra isso... e conversa com eles pra eles não querer [cita o técnico indicado pela CPT] e tá pensando bem aceitando o engenheiro agrônomo

porque procês vai ser muito bom um engenheiro agrônomo... e aquilo ele me ameaçava com palavras técnica dele que ele achava que eu não entendia”.

Este episódio confirma o clima de exasperação que envolveu a presidente da AIRCA e o professor novato na assessoria. Mas o que mais chama a atenção no fragmento tem a ver, mais uma vez, com a forma como são feitas as representações dos atores sociais. Mais uma vez aparece a categorização e classificação dos atingidos como *“trabalhadores rurais”*, ao invés de se auto-denominarem apenas de *“atingidos”*.

Houve também uso de estratégias predicativas (*“mais da roça”*, *“mais pé no chão”*, *“tava com um sapatinho russo no pé”*), revelando a importância para a comunidade de um profissional com perfil que se assemelhasse ao dela e que tivesse afinidade com seu *“mundo da vida”* (*“esse é dos nossos”*). A estratégia predicativa é a atribuição estereotipada e valorativa de traços positivos ou negativos.

A simpatia por este técnico também foi em função da indicação dele por duas entidades legitimadas e qualificadas pelos atingidos (*“como ele tinha um vínculo com a CPT e e... o sindicato”*).

Por outro lado, é revelado também o preconceito da comunidade com formas diferentes à sua. Em bate-papos informais, sem o uso do gravador, alguns atingidos fizeram alusão aos *“olhos verdes”* do outro técnico, que fazia com que se parecesse com *“estrangeiro”*. Ressalta-se que a composição da comunidade faz-se de morenos e negros em sua maioria. O que importa dizer, portanto, é que a rejeição para com o que é ‘diferente’ da comunidade não a deixa segura quanto a um lugar de interlocução plena.

Na própria fala acima, há crítica não só ao sotaque dele (*“o sotaque dele é diferente muito dos trabalhador”*) mas também aparece crítica à sua orientação instrumental (*“ele pra ser assim um profissional... assim o estudo dele o estudo dele eu não sei se é porque assim ele convive com outras pessoas ele é muito técnico a fala dele”*).

Este fato evidencia que, do ponto de vista da comunidade, é relevante o suporte técnico até mesmo para o embate com o empreendedor junto ao órgão

ambiental. Entretanto, ela demonstra que no espaço da comunidade (mundo vivido), esta forma técnica de se comunicar não é benquista.

Com relação ao evento de insatisfação para com esse professor, que parece ter sido pontual para o estremecimento das relações de confiança no trabalho da universidade, o suplente do secretário pontua, interrompendo a fala da presidente, ponderando:

Suplente do secretário:

“Diante de tudo isso que foi falado... eu acho que não é por aí que a gente também tem que jogar pedra em tudo... é sempre aquela questão que eu falo tem profissional e tem profissional seja de qual instituição for mas que isso vai de profissional pra profissional... sabendo que é uma pessoa que nós dedicamos confiança né? e... assim foi no resumo no resultado dos trabalhos não foi satisfatório (...) serviu muito porque a gente aprendeu aí nós mudamos a estratégia de negociação de como encaminhar ou de como contratar um profissional qualquer”.

Nesta fala fica evidenciada a insatisfação (*“sabendo que é uma pessoa que nós dedicamos confiança né? e... assim foi no resumo no resultado dos trabalhos não foi satisfatório”*), mas sobretudo, fica evidenciado também a “lição” tirada do episódio (*“serviu muito porque a gente aprendeu aí nós mudamos a estratégia de negociação de como encaminhar ou de como contratar um profissional qualquer”*).

Ainda com relação ao professor que se tornara o novo assessor, o suplente acrescenta:

Suplente do tesoureiro:

“Ele foi contratado né? Ele passou a assumir como assessor né? Só que aí... é... ele fazia todo o o o trabalho mas assim não apresentava nada pra nós (...) a gente aprendeu muito e a forma hoje é diferente quer dizer... até mesmo nós temos um técnico aí trabalhando com nós (...) o profissional pra vim hoje... ele tem que discutir com nós nós tem que saber a questão do valor e tudo o mais e nós é quem admitimos ele ele é registrado por nós a Associação. Isso foi uma das mudanças que melhorou né? porque assim aí aquele profissional ele não tem mais aquele vínculo lá com a empresa. Ele realmente vai atender as nossas propostas nós vamos discutir uma proposta juntos e antes não (...)”.

Desta vez, fica evidenciado onde mais especificamente se concentrou o foco da insatisfação: no fato da metodologia não ter sido participativa (*“ele fazia todo o o o trabalho mas assim não apresentava nada pra nós”*). Na mesma fala, o atingido aponta qual o comportamento que se espera de um assessor (*“o*

profissional pra vim hoje... ele tem que discutir com nós nós tem que saber a questão do valor” (...) “nós vamos discutir uma proposta juntos”).

E demonstra a atitude que demarca a mudança de comportamento da comunidade (*“e tudo o mais e nós é quem admitimos”*), tentando imprimir que os atingidos, a partir de então, detinham autoridade na tomada da decisão final, pelo uso do *“nós é quem admitimos”*. Esta é, segundo os pressupostos da Teoria Social do Discurso, uma estratégia de legitimação do próprio ator social e de suas ações.

A falha do processo metodológico por não ter sido mais participativo, contando com a opinião da comunidade no fechamento dos relatórios que eram feitos sobre ela mesma, foi corroborada pelo coordenador da assessoria da UFV. Segundo ele, não houve tempo suficiente para discussão da metodologia junto à equipe, tendo em vista a pressão e urgência em se apresentar o Plano para a negociação, demandado pela própria comunidade que era também pressionada pela empresa construtora e pelo órgão ambiental, como esclarece o coordenador das atividades de extensão e assessoria da UFV:

“colocaram que importante e urgente o plano de reassentamento e tinha até tinha pressões e cobrança também pela ALCAN que queria acelerar todo processo (...) não teve tempo no momento pra gente sentar e elaborar um pouco mais... aí acho que foi um dos... um dos problemas...”.

Voltando ao contexto da entrevista com os atingidos, a pesquisadora retomou o questionamento, perguntando aos presentes se aqueles fatos que geraram insatisfação poderiam ser a causa da UFV não ter sido citada como um ator relevante no PDR. Outros atingidos se manifestaram:

Atingido 1:

“Na hora pode ser até esquecimento nosso”

Atingido 2:

“Eu mesma achei que foi muito importante as pessoas da universidade a ajuda deles aqui porque se não constou no documento é porque nós deve ter esquecido mesmo porque eu achei que foi muito importante porque muitas coisa aqui ajudou nós muito”.

Em *“Na hora pode ser até esquecimento nosso”*, a modalização pelo *“pode ser”* indica não só uma situação de possibilidade que foram omitidos por esquecimento, mas também uma situação de incerteza acerca das condições de

sinceridade. Fica a dúvida se naquele momento a relevância da UFV foi apontada só em função de terem sido questionados.

O “*se não constou no documento é porque nós deve ter esquecido mesmo*”, precedido do “*Eu mesma achei que foi muito importante as pessoas da universidade a ajuda deles*” indica um reconhecimento da contribuição da universidade e atribui ao “*esquecimento*” a falha da omissão.

Entretanto, se tomarmos as reflexões de ORLANDI (1992), veremos que o esquecimento é considerado importante no contexto do que a autora chama de *ordem do silenciamento*. Segundo ela, o *modus operandi* do silenciamento, ou interdição, imprime marcas voluntárias de um dizer que se faz pelo esquecimento. No caso, arriscamo-nos a afirmar que esse dizer significa que a UFV não foi mencionada devido a uma mágoa e decepção.

Para a autora, o esquecimento nada mais é do que uma representação contestativa, que cede lugar a interpretações dúbias, capazes de serem desfeitas somente com a emergência das informações histórico-sociais subjacentes (ORLANDI, 1992).

Após a referida atingida ter exaltado as contribuições da universidade, a presidente da AIRCA interveio em tom de crítica:

Presidente da AIRCA:

“Só que eu acho muito estranho é que... eles passam faz as teses dele faz os documentos e nós não tem acesso a esses documentos”.

Este fragmento, iniciado pelo uso irônico do “*Só que eu acho muito estranho*”, demonstra um claro ressentimento (“*nós não tem acesso*”) da presidente, externado também em outros momentos da gravação e nas conversas que não estavam sendo gravadas. Ela ressent-se da ausência de ‘feedback’ por parte dos pesquisadores da UFV que vão à comunidade para assessorar e também para pesquisar.

Isso demonstra que a comunidade tem entendimento de que os assessores ali estão porque antes se configura uma situação de pesquisa. Esse entendimento pode ser corroborado na fala de outros atingidos (“*tá de portas abertas [referindo-se ao reassentamento] aí pra qualquer um na questão de pesquisa que*

for, de informação”). O próprio ato de pesquisar pode suscitar mudanças no modo do pesquisado olhar e avaliar o seu mundo e suas relações. A pesquisa, por si só, é um ato que transforma e contribui para que o pesquisado reorganize suas referências sobre si mesmo e sobre o mundo em que está inserido.

Aproveitando o comentário da presidente, a pesquisadora perguntou no que a UFV deixou a desejar, do ponto de vista deles. A presidente da AIRCA respondeu:

“É muito bom quando os alunos vem fazer a tese deles eles termina fazer a tese e não vira as costas e vai embora e sim eles volta interessado a trabalhar com nós. Porque muito deles pega experiência com nós vai embora desaparece e não volta né? E desaparece e vai embora”.

É revelado a expectativa da comunidade na permanência e continuidade da presença da assessoria e da UFV junto a eles (*“É muito bom” (...)* *“e sim eles volta interessado a trabalhar com nós”*). Este último fragmento mostra que a atingida está ciente e critica o interesse da universidade em comparecer à comunidade para pesquisar. Neste momento, impera somente a idéia de uma via de mão única, em que os atingidos “dão mais do que recebem”, e o trabalho de assessoria parece ser esquecido.

Pode ser inferido também, pelas expressões *“vira as costas e vai embora”* e *“vai embora desaparece e não volta”*, que eles se sentem abandonados pela universidade. O sentimento de que foram usados parece também aparecer em *“muito deles pega experiência com nós vai embora”*.

Após este comentário da atingida, o suplente do tesoureiro interveio, ponderando que era também direito dos estudantes irem até o Movimento pesquisarem. E recupera o nome de estudantes que trabalharam com eles no início do processo, no período de 1996 a 1999. Justificando e minimizando a crítica da presidente, ele pontua:

“eles veio e vão embora é lógico nem todos podem ficar aqui porque talvez na nossa região também não vai ter suporte pras funções que vieram aí né?”

O uso do *“é lógico”* marca uma estratégia retórica de intensificação. Como em falas anteriores, mais uma vez o suplente do tesoureiro tenta atenuar a fala crítica e o tom irônico da presidente a respeito da UFV. Se anteriormente ele

destacou que o reassentamento estava de *“portas abertas pra qualquer um na questão de pesquisa”*, desta vez ele justifica o não retorno dos estudantes culpando à região onde moram pela pouca expectativa profissional que oferece (*“nem todos podem ficar aqui porque talvez na nossa região também não vai ter suporte pras funções que vieram”*).

Uma atingida acrescentou:

“Eu eu esperava de vir né? o técnico de lá que a gente gostasse que ele soubesse assim a nossa língua que a gente gostasse mas infelizmente quando o [cita o professor novato] chegou trazendo o técnico dele que nós não não entendemo a língua dele então aí já ficamos perdido e tivemos que arrumar outro que entendesse a nossa língua que a gente acostumado na língua aqui da roça entender técnico é difícil”.

Novamente é ressaltada a exigência de um técnico cujo perfil se identificasse ao “mundo da vida” da comunidade. O aspecto desse “mundo da vida” mais destacado, assim como nas outras falas, é representado pela *“língua da roça”*. “Língua da roça” é um termo, portanto, de uso recorrente entre os atingidos para marcar a representação de um jeito de ser, de um lugar social, e ao mesmo tempo para demarcar também a separação entre os dois mundos. Estas estratégias, segundo ROJO (2004), são classificadas como predicativas, de natureza co-aparição, em que se é invocado o lugar de origem (*da roça*).

Um dos atingidos pontuou:

Suplente do secretário:

“Pede a universidade desculpa por nós por não ter... por nós ter esquecido [comentário seguido por risadas]”.

A entrevista pareceu instalar-se para os atingidos como uma oportunidade de retratação e reconhecimento (com ressalvas) à contribuição da UFV. Este comentário, de fundo irônico, se repetiu em outros momentos, numa aparente preocupação dos atingidos em se justificarem e não passarem a imagem de “mal agradecidos”. Mas foi seguido em todas as vezes por risadas, o que nos leva novamente a questionar as condições de sinceridade imbricadas na fala do atingido, ou seja, ele quer mesmo ser desculpado? Há do que ser desculpado se o “esquecimento” foi na verdade uma forma de falar?

Interrompendo as risadas causadas pelo “pedido de desculpas”, a presidente se manifestou:

Presidente da AIRCA:

“Minha avaliação é que hoje foi bom né? Nós tinha até esquecido de ter colocado no Relatório ali a Universidade de Viçosa que foi uma parceira nossa mas eu vejo que isso foi esquecimento (...) mas eu vejo assim a universidade ela foi parceira sim apesar de algumas divergências lá dentro de algum quebra pau lá dentro mas eu vejo assim... muitas coisas ali e até mesmo os bons amigos que a gente arrumou lá dentro... e... valeu a pena”.

Suplente do secretário:

“e pede e pede e pede uma... a a Universidade de Viçosa por nós né? [risadas] por nós ter esquecido de... [interrompido por uma atingida].

Atingida 1:

“da falha nossa, né?”

Suplente do secretário:

“é... da nossa falha...”

Atingida 2:

“é como eles tão falando aí né? teve muita coisa boa mas né? às vezes como diz? às vezes às vezes é... nós muitas vezes a gente pode ser muito mal agradecido também”.

Os fragmentos acima trazem algumas observações interessantes, a começar da avaliação que os atingidos fazem sobre a UFV. O primeiro refere-se à qualificação do trabalho (“foi bom né”). O “bom”, para classificar a atuação da UFV junto aos atingidos, apareceu em outros momentos, conforme já discutido anteriormente. Quando uma atingida diz “até mesmo os bons amigos que a gente arrumou lá dentro”, dá a entender que, se eles não conseguiram uma assessoria técnica a contento, eficiente, “boa” e não “ótima”, pelo menos uma suposta amizade eles estabeleceram. É notório também a presença repetida de disjunções como “mas” e “apesar de”, que funcionam como predicções atenuantes.

O “valeu a pena” é uma forma categórica que resume e ao mesmo tempo finaliza a discussão, mostrando pouca disposição em se comentar mais sobre o tema. Segue-se mais uma solicitação à pesquisadora que peça desculpas à UFV, embora acompanhada de risadas irônicas. Depois, uma atingida declara “nós muitas vezes a gente pode ser muito mal agradecido também”.

Naquela data havia estado na comunidade um técnico agrícola vinculado à Escola Família Agrícola (EFA) no município de Acaiaca (MG), trazendo para

os atingidos de Fumaça um convite para um curso de Agroecologia. O técnico da EFA compareceu acompanhado de um engenheiro agrônomo formado na UFV, a quem se referiram os seguintes comentários da presidente da AIRCA:

“Hoje eu conheci o [cita o nome do agrônomo] que ele tá vindo aqui apresentar pra nós na semana que vem na quinta-feira gente uma hora da tarde. Ele é de Viçosa e ele tem ele tem uma cabeça bem diferente ele trabalha na Escola Família Agrícola ali em Acaiaca. E eu vejo assim o modo dele conversar é bem [ri] diferente eu vejo assim... sobre pessoas técnico não é porque formou na Universidade de Viçosa né? que às vezes nós pode ter uma visão dele igual ao [cita o nome do agrônomo indicado pelo professor novato para contratação pela AIRCA] nós tivemos uma visão dele... mas tem pessoas lá que são profissionais que falam na mesma nossa língua que trabalham aí com com pessoas igual nós mesmo trabalhador”.

Este comentário, efetuado fora da entrevista que já havia sido encerrada, evidenciou que está impregnada e instituída na comunidade, a visão estereotipada de que os profissionais formados pela universidade em sua maioria não falam a língua dos atingidos (*“Ele é de Viçosa e ele tem ele tem uma cabeça bem diferente (...) não é porque formou na Universidade de Viçosa (...) mas tem pessoas lá que são profissionais que falam na mesma nossa língua que trabalham aí com com pessoas igual nós mesmo trabalhador”*). Novamente é revelado a valoração que a comunidade dá à afinidade de um assessor com o seu “mundo da vida”.

Mais uma vez aparece também a representação social dos atores sociais, através de formas que unem (ROJO, 2004) como *“nós/trabalhador”*. Para esta mesma autora, a relevância do discurso está em pensar o seu papel

“na sobrevivência das desigualdades sociais – consolidando ou aumentando tais desigualdades – e na implementação de estruturas e mecanismos de dominação (procedimentos de exclusão social através do discurso). E, finalmente, e talvez como uma elaboração sofisticada dos anteriores, trata-se de anuir à construção da identidade e de determinados modelos de subjetivação (“eu” unitário, sem fissuras) através dos discursos (p. 217).

A esta afirmação, acrescentaríamos a possibilidade do discurso implementar também estruturas e mecanismos de defesa, através da construção de uma identidade a partir do sentimento de exclusão social. Isto pode ser observado na entrevista com os reassentados.

As falas convergiam no sentido de reforçar que ali estava formada e solidificada a identidade de “trabalhadores rurais”, cujas vitórias contra a empresa só foram possíveis graças a seu empenho e à força de sua união. Ou seja, as falas convergiram para mostrar que eles deslocaram-se da posição de atingidos, considerada uma posição em desvantagem, para uma posição de poder e de dignidade (trabalhadores rurais). Um exemplo disso foi quando perguntados se, diante da inércia do Sindicato em apoiar a opção do reassentamento, se hoje eles os excluirmos da lista dos atores sociais importantes. Eis a resposta:

Presidente da AIRCA:

“Eu não mudaria não e sabe por quê? Porque nós trabalhadores pode reverter essa história [...] a minha vontade é de que? Que nós aqui dentro se une e nós reverta essa história”.

Suplente do tesoureiro:

“o que nós conseguiu, o que nós temos hoje aqui, eu acho assim... o que nós conseguimos no reassentamento político nenhum dentro do Estado de Minas fez porque assim... e o povo e aí é trabalho o que eu vejo assim de uma forma bem clara assim pra qualquer movimento social que seja ou pra estudante que seja de universitário que for... o que deixa bem claro é a questão da força da união nossa quer dizer nos tem uma força política tem uma força política nossa, né? [...] nós unido conseguimos e tá aí [...] foi a força da união”.

Nota-se o “nós trabalhadores” como mecanismo que amalga a identidade de trabalhadores rurais, que se contrapõe ao “nós atingidos”. O verbo “reverter” indica a força de uma ação que muda e transforma dada situação. Fica evidente também, pela “minha vontade”, a representação social que faz de si mesma a presidente, deixando claro que o lugar de onde fala é um lugar que permite concretizar “vontades”. Esta expressão não seria usada por algum atingido que não tivesse uma posição de poder dentro da comunidade.

Na segunda fala, ressalta-se a observação de que as vitórias conseguidas podem ser creditadas apenas ao trabalho e união do grupo (“o que deixa bem claro é a questão da força da união nossa (...) tem uma força política nossa (...) nós unido conseguimos e tá aí”), e que serve inclusive de exemplo a outras classes que lutam (“pra qualquer movimento social que seja ou pra estudante que seja de universitário que for”).

Na entrevista feita com o coordenador do Projeto de extensão e das atividades de assessoria junto aos atingidos, ele atribuiu a omissão do nome da

UFV no PDR em função da insatisfação dos atingidos, que ele próprio reconhece ser legítima. Vários foram as justificativas por ele apontadas, até muito mais do que as apontadas pelos atingidos, como possíveis causas do estremecimento da relação de confiança dos atingidos na UFRV.

Precedido por uma “resposta histórica” de todos os eventos ligados à assessoria ao caso Fumaça, o depoimento do coordenador apontou como primeira justificativa a dificuldade em conjugar as atividades requeridas pela universidade (ensino, pesquisa e extensão), que demarcou a evasão dos professores do grupo de assessoria, comprometendo a presença de uma assessoria constante e desde o início do processo⁸

“Eu acho pertinente assim... mencionar né? que no início do trabalho iniciamos projeto de extensão em 95 é... agora... Fumaça projeto Fumaça não foi um dos primeiros que tivemos envolvido... em 97 aliás em 96 então nós tínhamos vamos dizer a equipe maior né? de professores acho que cinco professores além de um grupo de estudantes trabalhando. Já em 97 quando surgiu projeto Fumaça... e aí já disponibilidade de alguns professores era diminuído”.

No fragmento acima, é frisado que o caso Fumaça não foi o único em que a UFRV prestou assessoria. A temporalidade é marcada para situar os eventos, através da citação dos anos (“em 95 (...) em 97 aliás em 96 (...) em 97”). Isso ajuda também a mostrar que quando o caso Fumaça surgiu em 97, o grupo já vinha trabalhando há dois anos prestando assessoria.

O coordenador ressaltou que a opção do reassentamento havia sido uma sugestão do grupo da UFRV. Atualmente, os atingidos encaram o reassentamento como uma vitória “deles”, de seu esforço e união, até mesmo por aqueles que à época das negociações preferiram receber só a indenização:

“E eu lembro... fazendo alguns comentários sobre o processo de licenciamento ambiental eu mencionei se alguém tinha ouvido falar se a empresa tinha falado de reassentamento e aparentemente não e eu mencionei destaquei a importância de pensar no futuro né? caso for realmente implementado ou conseguido pela empresa a licença prévia a questão de reassentamento com

⁸ Este fato também foi apontado no estudo de REZENDE (2003): “Quanto às dificuldades enfrentadas pelos atingidos durante o processo de licenciamento ambiental, a falta de uma assessoria constante e desde o início do processo é citada como um dos fatores que prejudicou a satisfação dos interesses e reivindicações destes. Houve uma assessoria a estes no início do processo de licenciamento ambiental que foi suspensa antes da concessão da Licença de Instalação após o atropelo do plano de negociação por parte da comunidade. Esta ausência da assessoria é citada por vários atingidos nas entrevistas como um fator que dificultou a organização e negociação da comunidade” (p. 95).

opção principalmente para meeiros para... né? para... jovens filhos de produtores né? Eu tive a impressão que foi primeira vez que eles que eles... ouviram sobre reassentamento como uma opção além de indenização”.

Nesta fala fica evidente que a assessoria não trabalha apenas no sentido de derrubar, pela via de argumentos técnicos, o projeto da barragem, mas trabalha também preocupada em prospectar a reconfiguração da vida da comunidade mediante o deferimento da barragem (“*destaquei a importância de pensar no futuro né? caso for realmente implementado ou conseguido pela empresa a licença prévia*”).

O coordenador afirma que diante da dificuldade em conciliar a alta demanda, que reivindicava assessoria para os atingidos, com as atividades acadêmicas, somado ao esvaziamento do grupo de professores, foi pensado como alternativa a criação de uma ONG, com o fim único de prestar assessoria aos atingidos:

“nós pensamos assim também de descentralizar essa assessoria né? (...) a Igreja assumiu mais responsabilidade e então assessoria do dia a dia ficou mais com a CPT (...) e aí nós tentamos pensamos em fundar uma uma ONG que agora que é NACAB... para poder prestar de maneira... prestar assessoria de maneira... mais vamos dizer mais constante né?... que teria técnicos inclusive alunos formando o projeto de de de extensão capacitados pra trabalhar nessa assessoria voluntariamente ou recebendo também... para prestação de de serviços. Então... aí nós trabalhamos isso acho que em 2002 fundamos o NACAB”.

Observa-se que a fala do coordenador é marcada por formas no plural (“*nós pensamos, nós tentamos, nós trabalhamos, fundamos*”), mostrando que as atividades referentes à assessoria a atingidos sempre se remetem a um grupo e não a figuras isoladas. A idéia em se fundar uma ONG para tornar mais “constante” a assessoria aos atingidos, revela a dificuldade em se conciliar harmoniosamente as funções ensino, pesquisa e extensão requeridas pela universidade, conforme será discutido à frente.

Entretanto, o coordenador admite ter havido falha na metodologia do trabalho, quando da época da indicação do professor novato para os levantamentos econômicos. Segundo ele, de fato a metodologia não foi participativa como deveria ser. Mas, deixa claro, isso foi em função da “pressa”

com que a assessoria foi requerida naquele momento, que não deu tempo suficiente para melhor elaboração:

“Quando foi em 2000 e... final de 2002 início de 2003... foi um momento chave para vamos dizer envolvimento da gente com a questão do reassentamento que um dia.... eu não tava assim envolvido diretamente com a Fumaça e até estava diminuí assim meu... envolvimento com o reassentamento por outras atividades acadêmicas né? a idéia realmente era tentar inclusive passar pra NACAB para ajudar dia a dia da assessoria... mas um dia [cita o estudante que fazia parte do grupo de assessoria e o padre da Pastoral Mariana, um dos mediadores nos projetos de barragens do Alto Rio Doce] vieram e colocaram de maneira com muita urgência que estavam envolvidos apoiando os atingidos de Fumaça junto com a FEAM e COPAM e estava no ponto em que de de elaboração de um plano de reassentamento... bom eu nem tava acompanhando (...) colocaram que importante e urgente o plano de reassentamento e tinha até tinha pressões e cobrança também pela ALCAN que queria acelerar todo processo... e aí eles sugeriram que eu e professor [cita o nome do professor novato] que é economista assumisse essa esse compromisso sendo que.. eu né? como... envolvido na coordenação do projeto de assessoria desde 95 (...) a minha primeira reação inicialmente... sabendo que o plano de reassentamento é responsabilidade grande e carga de trabalho de médio prazo né? sei lá seis meses um ano é muito grande... eu tive muito receio não tava.. não estava pensando que que seria literalmente para mim nem para o movimento (...) não teve tempo no momento pra gente sentar e elaborar um pouco mais... aí acho que foi um dos... um dos problemas... (...) tinha os desencontros assim né? e outro aspecto né? que chegou tinha esses problemas então que depois foi cobrado e críticas acho que com certa razão que o processo não foi não foi suficientemente participativo (...) bom... um que a metodologia em si não foi baseada no DRP⁹ mas também a questão da continuidade e frequência... a gente durante o semestre acadêmico e ainda hoje né? quer dizer eu não tive o tempo”.

Nota-se, nesses fragmentos, a apresentação das limitações e possibilidades como justificativa e atenuantes do grau de responsabilidade, através do uso de formas como “eu não tava assim” e “bom eu nem tava” (“eu não tava assim envolvido diretamente com a Fumaça e até estava diminuí assim meu... envolvimento com o reassentamento por outras atividades acadêmicas né?(...) bom eu nem tava acompanhando (...)... eu tive muito receio não tava.. não estava pensando que seria literalmente para mim”), embora reconheça ter havido falhas no processo de elaboração da metodologia (“depois foi cobrado e

⁹ O DRP (Diagnóstico Rápido Participativo), de acordo com Pereira e Little, citados por SANTOS (2002), é uma metodologia de trabalho composta por métodos e técnicas de intervenção, que permitem a apreensão de informações de caráter qualitativo e quantitativo em pequeno espaço. Entretanto, o que a caracteriza como DRP é o princípio da participação direta dos envolvidos no diagnóstico e construção das informações.

críticas acho que com certa razão que o processo não foi não foi suficientemente participativo (...) um que a metodologia em si não foi baseada no DRP”).

Todavia, embora assumindo a falha, resguarda-se creditando à exigência, por parte dos próprios atingidos, de pressa na elaboração do Relatório (“vieram e colocaram de maneira com muita urgência (...) e estava no ponto em que de de elaboração de um plano de reassentamento (...) colocaram que importante e urgente o plano de reassentamento e tinha até tinha pressões e cobrança também pela ALCAN que queria acelerar todo processo (...) quer dizer eu não tive o tempo”).

Na mesma fala, o coordenador demonstra a representação social que tem do lugar que ocupa e de sua atuação. Assim, no papel de coordenador da assessoria, ele sentiu-se legitimado e qualificado pra ter avaliado e calculado, já naquele momento, que os resultados de um trabalho daquele porte não seriam satisfatórios dado o pouco tempo para sua execução (“eu né? como... envolvido na coordenação do projeto de assessoria (...) a minha primeira reação inicialmente... sabendo que o plano de reassentamento é responsabilidade grande e carga de trabalho de médio prazo né? sei lá seis meses um ano é muito grande... eu tive muito receio”).

Em seguida, o coordenador teceu mais alguns comentários:

“Aí chega um ponto mais para o final do ano [2003] então em que já comecei ouvir mais diretamente insatisfações e críticas (...) eu já tinha percebido que tava... não estava dando certo... tinha alguns impasses eu mesmo... mesma carga de trabalho tinha sido excessiva pra mim (...) foi verbalizada assim pelas algumas lideranças atingidas muitas insatisfações né?... entendi certa dificuldade até de... a universidade mesmo em se fazer essa crítica não é fácil né? para eles (...) então basicamente isso foi... foi... muito difícil pra gente né? reconhecer alguns erros e dificuldades né? e... de de chegar ao ponto dessa... dessas dessas insatisfações né? e aí... quer dizer de certa maneira né? que tava do início né? tava com essa preocupação esse receio de assumir essa responsabilidade... Mas a vida né? a vida a história é isso mesmo né? tem determinadas decisões que são tomadas em certas circunstâncias que levam a certas consequências”.

Mais uma vez nota-se que a fala do coordenador é todo o tempo organizada temporalmente e por datas (números), numa sequência lógica de acontecimentos que se justificam. Essa mesma observação não pode ser aplicada ao grupo de atingidos, pois, ao narrarem os eventos de sua trajetória usam mais

formas como “*num belo dia*”. Esta observação permite inferir a oposição de duas racionalidades: a instrumental, ao organizar a fala em acontecimentos situados temporalmente, através de datas, e a do “mundo da vida”, pelo uso de formas abstratas e até literárias, como “*num belo dia*”.

Ao falar das dificuldades em se deparar com as falhas apontadas pelos atingidos, percebe-se que este momento da fala foi também de dificuldade para o coordenador, por ter sido marcado por hesitações e pelo uso repetitivo do “né?”, enquanto forma retórica que visa participar o interlocutor do ato de fala, compartilhando com ele responsabilidade pelo que é dito (“*foi verbalizada assim pelas algumas lideranças atingidas muitas insatisfações né?... entendi certa dificuldade até de... a universidade mesmo em se fazer essa crítica não é fácil né? (...) isso foi... foi... muito difícil pra gente né? reconhecer alguns erros e dificuldades né? e... de de chegar ao ponto dessa... dessas dessas insatisfações né?*”).

E finaliza, resignadamente, incorrendo num tipo de raciocínio contraditório, pois, ao mesmo tempo que credita as insatisfações às surpresas da vida e da história, ele também as assume como resultado de escolhas conscientes, embora equivocadas (“*Mas a vida né? a vida a história é isso mesmo né? tem determinadas decisões que são tomadas em certas circunstâncias que levam a certas conseqüências*”).

A pesquisadora questionou se de seu ponto de vista tinham sido estas as razões para a UFV ter sido omitida do PDR, ao qual ele afirmou:

“É... talvez eles entenderam né? tiveram isso... como... essa essa essa memória... né? de aspectos negativos talvez incluíram... agora... agora... é... é possível também que a própria assim metodologia a própria técnica tinha algumas falhas né? e o fato... não que eles não citaram mas... parece que o que que... um diagnóstico né? esse Relatório... em si devia talvez ter sido mais abrangente”.

Na opinião do coordenador, ao elaborarem o PDR, os atingidos recorreram apenas a experiências e fatos recentes (negativos), não se reportando aos anos anteriores em que a atuação da UFV havia sido positiva.

O coordenador também tenta desqualificar o modelo de pesquisa utilizado na construção do PDR, acreditando que a omissão do nome da UFV

pode ter sido em função de falha no processo de condução da técnica. Para tanto, utiliza-se de modalizadores e marcadores de atenuação (*“é possível, parece que, devia talvez ter sido”*) para não impetrar diretamente a crítica (*“agora... é... é possível também que a própria assim metodologia a própria técnica tinha algumas falhas né? e o fato... não que eles não citaram mas... parece que o que que... um diagnóstico né? esse Relatório... em si devia talvez ter sido mais abrangente”*).

Quando perguntado sobre a importância da UFV para o MAB, ele afirmou:

“A universidade é muito mais do que um projeto de de extensão e de assessoria de um projeto e nos últimos anos tornou mais claro né? que o movimento pode... fazer contatos lançar mão conseguir apoio de diferentes segmentos ou diferentes professores (...) eu pensei que ia diminuir a dependência pensei que seria positivo diminuir a dependência na na na universidade mas... o fato que a universidade é uma instituição que tem prestígio tem peso né? e até inclusive está no presente governo acho que governo anterior também considerado como instituição importante em termos de de questões sociais em termos de de de extensão nesse governo é muito importante”.

Quando o coordenador diz que a *“universidade é muito mais do que um projeto de de extensão e de assessoria de um projeto”*, parece querer afirmar que as insatisfações ocorridas na assessoria aos atingidos de Fumaça são irrelevantes se comparadas às contribuições da extensão e assessoria prestadas pela UFV em outras as áreas.

Fica claro, também, a crença do coordenador na legitimidade da instituição a que representa (*“mas... o fato que a universidade é uma instituição que tem prestígio tem peso né?”*). E finaliza acentuando a importância do papel da universidade em questões sociais, atuando via extensão universitária, relacionando-a ao governo atual e ao anterior também (*“também considerado como instituição importante em termos de de questões sociais em termos de de de extensão nesse governo é muito importante”*).

O coordenador aposta na relevância em proporcionar autonomia aos movimentos sociais:

“tem que ser claro pra todos inclusive da universidade que... de apoiar a autonomia né? dos movimentos sociais quer dizer eu eu dou aula sobre movimentos sociais e os... a autonomia dos movimentos é importante para própria esse papel deles na na na sociedade (...) autonomia em relação tanto

em relação partidos políticos, relação ao Estado o governo e outras instituições né? como como... a universidade... então temos de processo de tomada de decisão né? os movimentos devem gerar né? suas próprias lideranças”.

Há, nesta fala, expressão da representação social que o coordenador faz de si e de sua prática social. Ele se legitima e concede a si mesmo autoridade quando diz *“quer dizer eu eu dou aula sobre movimentos sociais”*. Significa aqui que ele tem não só autoridade, mas também propriedade para fazer suas afirmações, bem como *“deixar claro para todos inclusive da universidade”* sobre a importância em se trabalhar pela autonomia dos movimentos sociais.

Em conversa, não gravada, com o coordenador das atividades de extensão e assessoria aos atingidos por barragens na zona da mata mineira, ele cita mais dois motivos que podem ter contribuído para a omissão da UFV no PDR. No primeiro, ressalta que na época em que era maior o contato da UFV com os atingidos, eram outras as pessoas que lideravam o movimento na comunidade (ainda era a AMABAF, primeira Associação).

O outro motivo é que o coordenador acredita que as atuações marcantes da universidade em projetos anteriores, especialmente nas audiências públicas do caso da UHE de Pilar¹⁰, pode ter gerado expectativa nos atingidos de Fumaça de uma atuação mais contundente e que não aconteceu, tendo em vista que à época da audiência do caso Fumaça, o grupo de assessoria da UFV não contava com o mesmo número expressivo de professores que atuaram no caso Pilar.

Quando perguntado sobre o que a UFV poderia ter deixado a desejar, ele respondeu:

“acho que deixou muito a desejar né?... eu vejo assim eu olho pra trás inclusive foi um dos... períodos de processos com mais problemática né? com resultados... resultados negativos que eu acho que foi... custou caro para os atingidos em termos de perda de de perda de tempo e nós não conseguimos produzir de de forma participativa um relatório uma um plano de reassentamento... de de nível que deveria acho que nem completamos esse plano depois acabou trocando vamos dizer a equipe. Então... eu acho que foi isso... a o então que que o principal né? a falha né? nesse nesse processo”.

¹⁰ Esta audiência ficou marcada e repercutiu pelo impacto causado pela participação de um professor da UFV, pelo uso contundente que fez de recursos retóricos, conforme discutido em BASTOS et al. (1999).

Nesta fala, há que se ressaltar que do ponto de vista do coordenador, no caso de Fumaça o ônus e resultados negativos só recaíram sobre os atingidos, que “*perderam seu tempo*”, talvez investindo e confiando na capacidade técnica dos assessores. A universidade, de seu ponto de vista, não teria tido nenhum prejuízo.

Esta opinião, porém, não coaduna com a opinião dos atingidos. Quando também interrogados sobre o que a universidade poderia ter deixado a desejar, conforme já discutimos anteriormente, foi respondido:

“É muito bom quando os alunos vem fazer a tese deles eles termina fazer a tese e não vira as costas e vai embora e sim eles volta interessado a trabalhar com nós. Porque muito deles pega experiência com nós vai embora desaparece e não volta né? E desaparece e vai embora”.

De forma geral, observou-se pela entrevista que os atingidos usam a todo tempo de ironia e atenuação em suas falas, como recursos que orientam para um quadro de contestação e crítica, mesmo que por falas reticentes ou pelo silêncio. Talvez porque tenham exercitado tais construções discursivas dentro do próprio embate técnico-político requerido naturalmente por um processo de licenciamento ambiental de barragens. Assim, o aprendizado político do grupo é resultante do embate político a que tiveram que se submeter contra todos os sujeitos envolvidos no processo, empresa, órgão ambiental e, por vezes, com seus próprios assessores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, gostaríamos de ratificar a inconclusividade desta pesquisa, dado a diversidade de caminhos e possibilidades que poderiam ter sido tomados ou aprofundados. Assumimos também, conscientemente, as suas deficiências e falhas. Gostaríamos de salientar que grande parte delas se deram em função de uma limitação imposta ao trabalho, que foi o distanciamento geográfico do pesquisador para com seu objeto, à época do desenrolar desta pesquisa.

Creditamos a esse distanciamento dificuldades deparadas principalmente na fase da entrevista com os atingidos, em que foi notado que estes sentiram-se pouco à vontade para expor livremente suas opiniões. Se por um lado, a dificuldade deles em identificar na pesquisadora lembrança de que esta pertencia a algum grupo de assessoria e que por este motivo eles poderiam se sentir mais à vontade para falar, por outro lado esta mesma “não lembrança” parece ter resultado em clima de desconfiança.

Ressalta-se que os atingidos têm boa vontade em falar bastante sobre sua trajetória, contar fatos e episódios. Notou-se que a disposição era maior em falar livremente do que quando eram solicitados a falarem, talvez por desconfiança ou receio para com o uso de seus depoimentos.

Todavia, cremos que alcançamos o objetivo principal a que nos propomos no início deste trabalho: **problematizar as relações e interações entre a assessoria prestada pela UFV e o Movimento de Atingidos por Barragens do Alto Rio Doce, com ênfase na assessoria ao caso da UHE de Fumaça. Buscamos identificar contribuições, impasses e prováveis conflitos advindos desta relação, que por sua vez possam conduzir a um processo de reflexão sobre a práxis e a intervenção acadêmica junto a movimentos sociais.**

Há que se reconhecer a importância do trabalho etnográfico num processo de pesquisa, principalmente quando há interesse não só na produção, mas também na recepção. O trabalho de campo é relevante também na construção das reflexões pessoais do pesquisador e, nesta pesquisa, foi fundamental para clarificar dúvidas bem como ampliar o entendimento geral sobre aquele contexto.

Não foi possível apurar como é encarada a relação, atuação e avaliação da UFV, ao longo de todo o processo, pela unanimidade dos atingidos, visto que os dados da análise referiram-se apenas ao grupo que está reassentado, em virtude de terem sido estes os co-autores do Plano de Desenvolvimento do Reassentamento (PDR), documento originalmente *corpus* da análise. Fica, portanto, a sugestão para futuros trabalhos que possam se interessar pelo tema, para que ampliem o escopo de análise para apreensão também da percepção do outro grupo, aqueles que não foram reassentados. E também, para conhecer em que grau a UFV pode ter influenciado na redefinição do quadro sócio-político que culminou com a divisão dos atingidos em dois grupos, fato que se instalou após discordâncias no processo de negociação.

Há mais dúvidas do que certezas se a atuação da UFV junto aos atingidos foi suficientemente emancipatória, por exemplo, a ponto destes optarem por contratar um novo técnico, mesmo que destituído de participação ao longo de todo o processo do licenciamento de Fumaça. O que parece ter ficado latente foi que a opção em contratar um outro técnico, rompendo com a assessoria prestada pela UFV, se deu em função de duas questões: a primeira, foi resultado do clima

de desconfiança e insatisfação para com a UFV, que se instalou após ter estado na comunidade um novo ator, também professor da UFV, indicado pelo grupo de assessoria para fazer os levantamentos econômicos da fase de negociação. O comportamento deste ator exacerbou os ânimos junto às lideranças da comunidade e foi pontual para o estremecimento das relações de confiança dos atingidos no “pessoal da universidade” de Viçosa.

A segunda questão é que a emancipação do ponto de vista deles, ou seja, a tomada de iniciativa sem depender dos assessores, pareceu ser fruto apenas de união e esforço do grupo. Isso pode ser percebido nas inúmeras falas que registraram *“se nós não tivesse se unido...”*, *“se nós não tivesse brigado...”*, *“se nós não tivesse lutado...”*.

Segundo vários depoimentos, a atuação do novo assessor teria desagradado aos atingidos porque, de seus pontos de vista, sua atuação teria “beneficiando a empresa” construtora da barragem, porque as avaliações que fizera deixavam os atingidos em desvantagem. Foi colocado que isto fazia parecer que este professor não estava ali a serviço e interesse dos atingidos. Essas percepções chamam atenção para a relação de cumplicidade que é exigida da assessoria, pois, implica que em tudo os assessores devem sobrevalorizar apenas o lado dos atingidos. Estes reivindicam não só uma assessoria técnica, mas militante e ideologicamente afim com seus interesses.

Suplente do tesoureiro:

“a partir do momento que tu tá prestando um serviço pra uma empresa, tu tem que fazer o que a empresa quer porque senão tu não atende. A mesma coisa nós aqui... nós tamos precisando de um profissional aqui dentro da área nossa. Quer dizer esse profissional vai ter que atender aos nossos... as nossas exigências vamos dizer assim, né?”¹¹

Além do sentimento de que este professor não estava ali a serviço dos atingidos, outro “erro” seu apontado nas entrevistas foi a sua atitude no sentido de “forçar a barra” e intimidar a presidente a contratar um técnico do interesse dele, mas que “não tinha nada a ver” com os atingidos, conforme apontado na discussão dos dados, no capítulo anterior. Este fato remete à reflexão de duas

¹¹ Embora um dos motivos que justificaram sua criação tenha sido a contratação de um técnico para assistência permanente aos reassentados, atualmente a AIRCA está sem este profissional.

questões: a primeira, refere-se à exigência de um técnico que tenha afinidade e identificação com o “mundo da vida” da comunidade. A segunda sinaliza para a confusão entre público e privado.

A questão da mistura entre o público e o privado passou basicamente por dois momentos deste trabalho: no primeiro, quando os atingidos ressentem-se da presença dos estudantes que vão à comunidade para pesquisá-los e voltam para a universidade sem se comprometerem com os mesmos, não oferecendo como contrapartida trabalhar com os atingidos após o processo de pesquisa. A comunidade ressentia-se porque não enxerga relação de reciprocidade, além de sentir invadido o seu espaço, entendido como *privado*.

Ao mesmo tempo, esse espaço é transformado por ela mesma em *público* quando, noutras falas, os atingidos dizem que estão de portas abertas para receber os pesquisadores e que acreditam que “*tudo que vem de fora para eles em forma de conhecimento é importante e que a intenção é agarrar tudo o que vem*”.

Assim, o espaço da comunidade é *privado* quando é invadido por pesquisadores que a usam e vão embora. E torna-se *público* quando está aberto a tipos de pesquisadores que, além de pesquisar, vão também contribuir de alguma forma, como por exemplo, dando assessoria aos atingidos. Dessa forma, a configuração do espaço enquanto *privado* ou *público* se dá em função dos usos que comunidade e pesquisador fazem uns dos outros. Esta é uma vertente da discussão sobre a mistura entre o público e o privado.

A outra dimensão desta discussão levantada pelo trabalho refere-se à confusão entre a atuação extensionista da universidade (esfera pública) e a atuação de ONGs ou profissionais particulares (esfera privada). Todas as vezes que os atingidos externavam a exigência de que o perfil do técnico a trabalhar com eles deveria centrar-se na identificação mútua de características do “mundo da vida” (*língua da roça, pé no chão, sapato russo*), estavam na verdade criticando e rejeitando outros tipos de assessoria que não tivessem como princípio a afinidade político-ideológica com a causa, ou seja, que fossem assessoria por dinheiro.

Isso passa a ser um contra-senso quando eles próprios chegaram à conclusão de que só pela constituição jurídica de uma Associação para contratação particular (e privada) de um técnico, é que estariam de fato contando com alguém atendendo única e exclusivamente a seus interesses. Mesmo que para esta contratação, o profissional devesse passar pelo teste dos “pré-requisitos” listados acima, ainda assim seria privada. Aqui estamos diante de um aspecto curioso: a assessoria técnica-política por si só não é suficiente, demanda um componente técnico-econômico, o que é percebido pela comunidade quando surge a necessidade da constituição jurídica de uma Associação que viabilizasse a contratação e pagamento de um técnico.

Assim, observa-se que ocorre a adaptação de um mundo (da vida) para o outro (dos sistemas), graças a uma não confluência de interesses. Isso nos fez pensar que os entraves, descompassos e fissuras na relação de confiança dos atingidos na UFV talvez se deram a partir da necessidade de uma demanda econômica (mundo dos sistemas), quando o político quis e precisou se tornar técnico, sendo necessária a entrada de sujeitos que nada tinham a ver com a causa. Por outro lado, isso aponta uma questão importante para reflexão do grupo de assessoria: apesar de ser multidisciplinar, possui limitações de ordem disciplinar.

O que nos pareceu, no caso de Fumaça, foi que a orientação instrumental operada pela empresa sobrepôs-se com o deferimento da barragem. E que a ação comunicativa engendrada pela comunidade não foi suficiente para impedir que o seu mundo da vida fosse sobreposto pelo mundo dos sistemas (empresa). Assim, a ação comunicativa só teve validade dentro da própria comunidade, onde ela resolve suas pendências e conflitos internos, primando pelo consenso que é alcançado pela retórica de que “sem união nada se consegue”. Fora do mundo da comunidade, parece haver imperado a racionalidade instrumental do mundo dos sistemas (poder, dinheiro, Estado e empresa construtora).

O que fica evidente, portanto, é que no caso do licenciamento de barragens, o poder técnico (orientação instrumental) se impõe. O único espaço que a comunidade tem para se manifestar (audiência pública) é um espaço

consultivo, não-deliberativo, onde ela se vale de estratégias vinculadas ao mundo da vida para se manifestar. A orientação instrumental de que dispõe a comunidade é veiculada pelos assessores técnicos que, ao contrário da assessoria do empreendedor, buscam incorporar, junto com sua argumentação técnica, questões relacionadas ao mundo da vida dos atingidos, sejam elas sociais, afetivas ou culturais.

Não obstante, podemos afirmar que as regras do licenciamento ambiental, bem como todo o processo, são excludentes e não permitem que as comunidades atingidas “ludem” de igual pra igual com a empresa construtora, pois, a assimetria nas relações de poder já se inicia pela ordem do discurso requerida.

Assim, fica a impressão de que a proposta de ação comunicativa empreendida por HABERMAS (1984) não funciona no contexto de licenciamento ambiental de barragens. Para se fazerem ouvidos e discutirem em condições de igualdade com a empresa e o órgão ambiental, faz-se necessário aos atingidos recorrerem à orientação instrumental oferecida pelos assessores, adequando sua prática discursiva – que é pautada no mundo da vida – à esfera instrumental.

Embora não explicitado no Plano de Desenvolvimento do Reassentamento (PDR), nas entrevistas o grupo tentou “recuperar” e retificar que no sucesso do reassentamento tinha “o dedo do povo de Viçosa”. Esta atitude soou como um reconhecimento tardio, diante da possibilidade, posta por eles próprios, de serem vistos como “*mal agradecidos*” (“às vezes... nós muitas vezes a gente pode ser muito mal agradecido também”).

O desenvolvimento desta pesquisa apontou para a necessidade em se reconhecer a relevância do papel da Universidade Federal de Viçosa mediante as atividades de extensão universitária que desenvolve, especialmente as que concernem à assessoria, desde 1995, ao Movimento de Atingidos por Barragens do Alto Rio Doce. Entretanto, pensamos que a experiência e os desencontros na assessoria aos atingidos pela UHE Fumaça, embora apontem apenas para uma questão pontual e circunstancial, devem servir a uma reflexão e discussão

ampliada e profunda sobre a possibilidade de estar se operando um modelo de assessoria vertical e pouco participativa.

Uma outra questão que se apresenta para reflexão se refere à conjugação harmônica das funções “impostas” aos professores da universidade: o exercício do ensino, da pesquisa e da extensão, conjugados com a cobrança da produção e publicação científicas, muito em voga nas universidades brasileiras, seguindo o modelo americano. Ficou evidenciado neste trabalho que tal trilogia, premissa na Federal de Viçosa, é limitante a um exercício de assessoria mais efetivo e talvez mais eficiente do que se tem feito.

5.1. Das contribuições

De início, tínhamos a pretensão de contribuir proporcionando à universidade brasileira, em especial à Universidade Federal de Viçosa, uma reflexão crítica acerca de sua atuação e intervenção junto a movimentos sociais, mais especificamente ao Movimento de Atingidos por Barragens da zona da mata mineira.

Embora hoje não estejamos certos se isto foi alcançado, acreditamos que um desafio se impõe: dar retorno ao MAB da produção científica sob a forma das teses, dissertações e documentos produzidos *sobre* os atingidos, que se ressentem deste “feedback”, conforme se apurou nas entrevistas, embora reconheçam que não têm como absorvê-lo.

Pelo seu caráter exploratório-descritivo, cremos que esta pesquisa também se constitui em fonte de documentação e informação sobre o primeiro reassentamento coletivo no Estado de Minas Gerais, como resultado de deferimento de licença ambiental para construção de uma usina hidrelétrica.

Outra contribuição que esperamos ter deixado com este trabalho, se refere à conclusão dos estudos de VIEIRA (2000), em que o autor se ressentia da necessidade de um maior conhecimento dos fenômenos da linguagem e das possíveis interseções entre Linguística e pesquisa social. Ele aponta, ainda, a

necessidade de se procurar dentro da Lingüística possíveis técnicas para um referencial metodológico adequado.

Esperamos, para tanto, que pelo menos uma tentativa nesse sentido tenha sido feita com nossa pesquisa, tendo em vista que a Análise Crítica do Discurso - enquanto teoria e método de análise de práticas sociais – apresenta-se como diferencial dentre as pesquisas sociais críticas por fundar-se em análises textuais.

5.2. Das sugestões

Entendemos que num outro momento, seria interessante contar com depoimentos também dos outros mediadores e assessores mais citados pelos atingidos – a CPT, o Padre da Pastoral Mariana e o ex-estudante de Direito, à época vinculado ao projeto de extensão – com vistas ao confronto dos juízos de valores que uns fazem dos outros e até mesmo para apresentar avaliações de outros segmentos envolvidos no trabalho de assessoria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. **Informações do setor elétrico**. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br>>. Acesso em: 14 abr. 2005.

BASTOS, R.K.X.; SANTOS, J.G.; GOMES, M.C.A. **A questão da água na avaliação de impactos ambientais da construção de usinas hidrelétricas**. Viçosa: UFV, 1999. (Relatório Final – CNPq – Projeto de Pesquisa).

CARVALHO, F.M.A.; GOMES, M.F.M.; LIRIO, V.S. (ed.). **Desigualdades sociais: pobreza, desemprego e questão agrária**. Viçosa: UFV, 2003.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS – CMB. **Barragens e desenvolvimento: um novo modelo para tomada de decisões**. Londres, 2000. (Relatório).

D'ÁVILA, C.A.R., BARRERO, F.M.C. (coord.). **Plano de desenvolvimento de reassentamento**: Reassentamento “Antiga Fazenda Guaiana”. Diogo de Vasconcelos, 2004. (Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) – Método Altadir de Planejamento Popular (MAPP).

D'INCAO, M.C.; ROY, G. **Nós, cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

FAIRCLOUGH, N. **Discourse and social change**. Cambridge: Polity Press, 1992.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2001.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93 p.

GOHN, M.G. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Loyola, 1997.

GOMES, M.C.A. **A prática sócio-institucional do licenciamento ambiental: a tensão entre os gêneros discursivos, discursos e vozes.** 2003. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo.** Petrópolis: Vozes, 1987.

GURGEL, R.M. **Extensão universitária: comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez, 1986.

HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos.** 3. ed. Madrid: Catedra, 1984.

HAGUETTE, T.M.F. **Metodologias qualitativas na sociologia.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

INSTITUTO CENTRO DE VIDA – ICV. **Construção de hidrelétricas para aumentar oferta de energia é desnecessária.** Disponível em: <http://www.icv.org.br/vida/inicio.php?session_id=28&id=1802>. Acesso em: 21 jun. 2005.

KUSCHNIR, K. Trajetória, projeto e mediação na política. In: VELHO, G.;

KUSCHNIR, K. (org.). **Mediação, cultura e política.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. p. 137-164.

LIMA JÚNIOR, A.V.C. **Prisão em Lajeado Pepino: gênese e efeitos sociais de uma ação exemplar.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

LOWY, M. **A escola de Frankfurt e a modernidade: Benjamin e Habermas.** São Paulo: CEBRAP, 1992. (Novos Estudos, 32).

MAGALHÃES, C. (org.). **Reflexões sobre a análise crítica do discurso.** Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001.

MEDEIROS, L.S.; ESTERCI, N. Introdução. In: MEDEIROS, L.S. et al. (org). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar.** São Paulo: UNESP, 1994. p. 11-26.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – MAB. **Coletivo de educação.** [s.l.], 2005a.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – MAB. **Histórico do MAB**. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br>>. Acesso em: 22 fev. 2005b.

NOVAES, R.R. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: MEDEIROS, L.S. et al. (org.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 1994. p. 177-183.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: UNICAMP, 1992.

PEREIRA, A.R. **O papel dos mediadores nos conflitos pela posse da terra na região Araguaia Paraense: o caso da Fazenda Bela Vista**. 2004. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

RAMALHO, V.C.V.S. **O discurso da imprensa brasileira sobre a invasão anglo-saxônica no Iraque**. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, DF.

REZENDE, L.P. **Participação e estruturas de oportunidades políticas no licenciamento ambiental de barragens hidrelétricas: um estudo comparativo dos casos da UHE Cachoeira da Providência e UHE Fumaça – MG**. 2003. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

ROJO, L.M. A fronteira interior – análise crítica do discurso: um exemplo sobre racismo. In: INIGUEZ, L. (coord.). **Manual de análise do discurso em Ciências Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 206-257.

ROTHMAN, F.D. A emergência do movimento dos atingidos pelas barragens do Rio Uruguai, 1979-1983. In: NAVARRO, Z. (org.). **Democracia e cidadania no campo: as lutas e os movimentos sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

ROTHMAN, F.D. et al. O desafio da participação: reflexos sobre o processo de licenciamento ambiental dos projetos de construção de pequenas e médias centrais hidrelétricas na Zona da Mata – MG. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE PEQUENAS E MÉDIAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS, 1, 1998, Poços de Caldas, MG. **Anais...** Poços de Caldas: Comitê Brasileiro de Grandes Barragens, 1998.

ROTHMAN, F.D. Mediações nas lutas de resistência aos projetos de barragens no sudeste de Minas Gerais. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL (ALASRU), 2002, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2002.

SANTOS, M.R. **Mulheres e movimento de atingidos por barragens:** participação autorizada ou autônoma? 2002. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

SANTOS, B.S. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais.** São Paulo: Loyola, 1993.

SELLTIZ, C. **Métodos de pesquisa nas relações sociais.** São Paulo: EPU, 1987.

SIGAUD, L. **Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos:** as barragens de Sobradinho e Machadinho. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986.

VELHO, G. Biografia, trajetória e mediação. In: VELHO, G. et al. **Mediação, cultura e política.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. p. 13-28.

VIANA, H. “Não quero que a vida me faça de otário”: Hélio Oiticica como mediador cultural entre o asfalto e o morro. In: VELHO, G. et al. **Mediação, cultura e política.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. p. 29-60.

VIEIRA, U.G. **Limites do poder comunicativo e da argumentação técnica no licenciamento ambiental de hidrelétricas em Minas Gerais.** 2000. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

APÊNDICES

APÊNDICE A

LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO E ENTREVISTA JUNTO AOS ATINGIDOS, OCORRIDA EM JUNHO DE 2005, NO RESSENTAMENTO “ANTIGA FAZENDA GUAIANA” (ASSINADA AO FINAL DA ATIVIDADE)

Antônio Martins de Paula
Carmelita Espírito Santo Mendes
Claudio José da Silva
Crispiniano Pedrosa
Cristina Aparecida Borges de Abreu
Dalva Félix Gomes
Elza Bárbara Beata
Euzi Maria Miranda Pontes
Joaquim Constantino
José Beato
Juventina Gomes de Freitas
Maria das Graças de Freitas Beato
Maria Veríssimo Freitas
Marta Caetana do Espírito Santo
Milton de Oliveira Cezário
Vanusa do Espírito Santo Mendes

APÊNDICE B

**FOTOS DA REUNIÃO E ENTREVISTA REALIZADA JUNTO
AOS ATINGIDOS PELA UHE FUMAÇA EM JUNHO DE 2005,
NO REASSENTAMENTO “ANTIGA FAZENDA GUAIANA”**





APÊNDICE C

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO REASSENTAMENTO DOS ATINGIDOS PELA UHE FUMAÇA

**REASSENTAMENTO
“ANTIGA FAZENDA
GUAIANA”**

**- *PDR* -
*PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
DO
REASSENTAMENTO***

DIOGO DE VASCONCELOS - MG
2004

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO
REASSENTAMENTO

DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO (DRP)
MÉTODO ALTADIR DE PLANEJAMENTO POPULAR (MAPP)

Coordenação Geral
Cláudia A. Romeiro d'Ávila
Flávio Marques Castanho Barrero

Equipe Técnica

Alessandro Arruda de Oliveira
Cláudia A. Romeiro d'Ávila
Daniel Naicabayashi
Flávio Marques Castanho Barrero

- 01 Cópia - Associação Intermunicipal do Reassentamento Coletivo dos Atingidos pela UHE Fumaça (AIRCA)
- 01 Cópia - Sra. Yara Landre Marques - mediadora no processo
- 01 Cópia - Sr. Alaor de Almeida Castro - representante do empreendedor
- 01 Cópia - Equipe técnica

Viçosa - MG
2004

AGRADECIMENTOS

Se este é um trabalho do qual os autores assumem as falhas, sua concretização e seus acertos devem-se à contribuição de muitos. Assim, gostaríamos de agradecer, especialmente:

A Yara Landre Marques, não somente pela competência, mas também pelos ensinamentos presentes a cada conversa.

A Antônio Claret Fernandes, agradecimentos especiais por levantar questões, sinalizar caminhos e enriquecer o texto com valiosas sugestões.

A Sônia Maria Oliveira Loaschi e João Inocêncio Filho, por compartilharem tantas perguntas e respostas.

A Leandro de Aguiar e Souza e Antônio Evaristo Ferreira da Cunha, pelo companheirismo, pelas discussões e pela solidariedade que se materializou durante a elaboração do trabalho.

A Joel Gripp Júnior, Gumercindo Souza Lima e Sérgio Silva Abrahão, pelas informações e arquivos disponibilizados.

Mas, sem dúvida, foi junto às famílias reassentadas que, com generosidade nos abriram suas portas e nos permitiram partilhar de seu cotidiano, que aprendemos algumas verdades, como julgamos, expor aqui.

*Os autores
Outubro de 2004*

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	iii
SUMÁRIO	iv
INTRODUÇÃO	1
I. PROCESSO METODOLÓGICO	3
II. O MUNICÍPIO DE MARIANA.....	5
2.1. INFORMAÇÕES GERAIS.....	5
2.2. POPULAÇÃO	5
2.3. EDUCAÇÃO.....	6
2.4. SAÚDE	6
2.5. INFRA-ESTRUTURA SOCIAL BÁSICA.....	6
2.5.1. Água	6
2.5.2. Energia Elétrica	6
2.5.3. Comunicação	7
2.5.4. Transporte.....	7
2.5.5. Cultura	8
2.6. ESTRUTURA ECONÔMICA.....	8
2.6.1. Estrutura Agrária	9
2.6.2. Finanças Públicas	9
III. O MUNICÍPIO DE DIOGO DE VASCONCELOS	9
3.1. INFORMAÇÕES GERAIS.....	9
3.2. POPULAÇÃO	10
3.3. EDUCAÇÃO.....	11
3.4. SAÚDE	11
3.5. INFRA-ESTRUTURA SOCIAL BÁSICA.....	11
3.5.1. Água	11
3.5.2. Energia Elétrica	11
3.5.3. Comunicação	11
3.5.4. Transporte.....	12
3.6. ESTRUTURA ECONÔMICA.....	12
3.6.1. Estrutura Agrária	13
3.6.2. Finanças Públicas	13
IV. O POVOADO DE MIGUEL RODRIGUES.....	13
4.1. INFORMAÇÕES GERAIS.....	13
V. O REASSENTAMENTO.....	15
5.1.DADOS GERAIS.....	15

5.2.HISTÓRICO.....	16
5.3.ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL	18
VI. DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO	20
6.1. CARACTERIZAÇÃO SOCIAL DO REASSENTAMENTO	20
6.1.1. Infra-estrutura Social	20
6.1.2. Organização Associativista	23
6.1.3. Educação	24
6.1.4. Saúde	26
6.1.5. Transporte.....	28
6.2.ATORES SOCIAIS PRESENTES NO ÂMBITO DO REASSENTAMENTO	28
6.2.1. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL REALIZADA PELAS FAMÍLIAS	30
6.3.SISTEMA DE PRODUÇÃO.....	35
6.4. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	39
6.5.CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-AMBIENTAL	41
6.6. ANÁLISE COMPARATIVA DAS POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES	45
VII. PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO PELO MÉTODO “MAPP”	49
7.1. PROBLEMATIZAÇÃO DA REALIDADE DO REASSENTAMENTO	49
7.1.1. Problemas da Área Social na Argumentação das Famílias	52
7.1.2 Problemas da Área de Produção na Argumentação das Famílias.....	58
7.2. ELEIÇÃO DE PRIORIDADES	62
7.3. OBJETIVOS.....	63
7.3.1. Objetivos Estratégicos	66
7.3.2. Objetivos Táticos.....	66
7.3.3. Objetivos Operacionais	66
7.4. ESTRATÉGIAS DE AÇÃO	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
VIII. BIBLIOGRAFIA.....	76
EQUIPE TÉCNICA	76
ANEXO.....	77
ANEXO 1	78
APRESENTAÇÃO DAS FAMÍLIAS DO REASSENTAMENTO	78
ANEXO 2	83
PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO REASSENTAMENTO.....	83
ANEXO 3	85
PRODUÇÃO PECUÁRIA DO REASSENTAMENTO	85
ANEXO 4	87
ESPECIFICAÇÃO DAS BENFEITORIAS.....	87

ANEXO 5	90
PROJETOS: APICULTURA E CASA DE FARINHA	90
ANEXO 6	104
CAPACITAÇÃO: CURSO DE PERMACULTURA	104
ANEXO 7	109
CÓPIAS DAS LISTAS DE PRESENÇA.....	109

INTRODUÇÃO

Este Plano de Desenvolvimento do Reassentamento foi realizado na microrregião de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, município de Diogo de Vasconcelos, povoado de Miguel Rodrigues, na “antiga Fazenda Guaiana”, junto a 17 famílias associadas à Associação Intermunicipal do Reassentamento Coletivo dos Atingidos pela UHE Fumaça (AIRCA).

Em primeiro lugar, no período compreendido entre 08 a 15 de agosto de 2004, foi realizado o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), com objetivo de identificar e descrever a realidade do reassentamento. Neste mesmo período, em sequência ao diagnóstico, foram utilizadas algumas técnicas do Método Altadir de Planejamento Popular (MAPP), com objetivo de realizar a planificação das futuras atividades a serem realizadas no reassentamento. Em segundo lugar, nos dias 25 e 26 de agosto de 2004, foram utilizadas técnicas de dinâmica de grupo para a obtenção de informações adicionais. E, finalmente, nos dias 26 e 27 de setembro, o relatório preliminar foi apresentado às famílias.

As famílias a serem reassentadas na antiga fazenda Guaiana apresentam algumas características comuns, como origem, parentesco, relações de trabalho e técnicas de cultivo, possibilitando denominá-las, em sua maioria, de camponesas. Durante a construção do Plano, a maioria destas famílias participou de sua elaboração por meio de técnicas que possibilitaram às mesmas expressar seus problemas e suas perspectivas em relação ao reassentamento.

Para complementar o trabalho, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com algumas famílias. Vale ressaltar que, apesar de estarem trabalhando, algumas famílias não mediram esforços para participar do processo de construção deste Plano, acreditando em sua importância. Isso permitiu que fossem levantadas informações sobre os diferentes atores sociais, presentes ou não no reassentamento, assim como sua possível atuação e importância para a consolidação do mesmo, além de todas as informações necessárias para a elaboração do presente relatório.

Este Plano constitui, assim, um documento que orientará as famílias nas negociações para consolidação do reassentamento, além de facilitar o diálogo com instituições parceiras e o representante do empreendedor, via mediação.

O presente relatório está estruturado em cinco partes. Na primeira parte é apresentado o processo metodológico utilizado no Plano. Na segunda parte são descritas as informações sobre os aspectos econômicos, sociais e geográficos dos municípios de

Mariana, Diogo de Vasconcelos e do povoado de Miguel Rodrigues, atingidos pela construção da PCH Fumaça. Na terceira parte são apresentadas as características gerais do reassentamento. Na quarta parte encontram-se todas as informações coletadas pela equipe. Nesta parte utilizou-se do DRP com objetivo de levantar informações sobre a caracterização social do reassentamento, sobre os atores sociais que têm importância para as famílias e sobre a caracterização sócio-ambiental. Na quinta parte foram descritas as prioridades eleitas pelas famílias, as estratégias de ação e a análise das potencialidades e limitações do reassentamento.

I. PROCESSO METODOLÓGICO

Ao longo da construção do Plano de Desenvolvimento do Reassentamento (PDR), procuramos respeitar a autonomia das famílias, fazendo valer suas opiniões e sugestões.

O processo metodológico utilizado para elaboração do presente Plano fundamentou-se no Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) e no Método Altadir de Planificação Popular (MAPP). A equipe transdisciplinar responsável pela elaboração do Plano foi constituída por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, preferencialmente das ciências sociais e das ciências agrárias.

Composta por uma conjugação de métodos e técnicas de intervenção participativa, a metodologia adotada permitiu obter informações qualitativas e quantitativas em curto espaço de tempo. Constituindo-se em um processo circular (Figura 01), contemplou as seguintes etapas:

- a) Contratação da equipe de planejadores;
- b) Diagnóstico - utilização do DRP;
- c) Planificação das atividades - utilização do MAPP;
- d) Elaboração do Plano;
- e) Apresentação do relatório preliminar às famílias;
- f) Entrega do Plano;
- g) Avaliação do Plano;
- h) Execução do Plano.

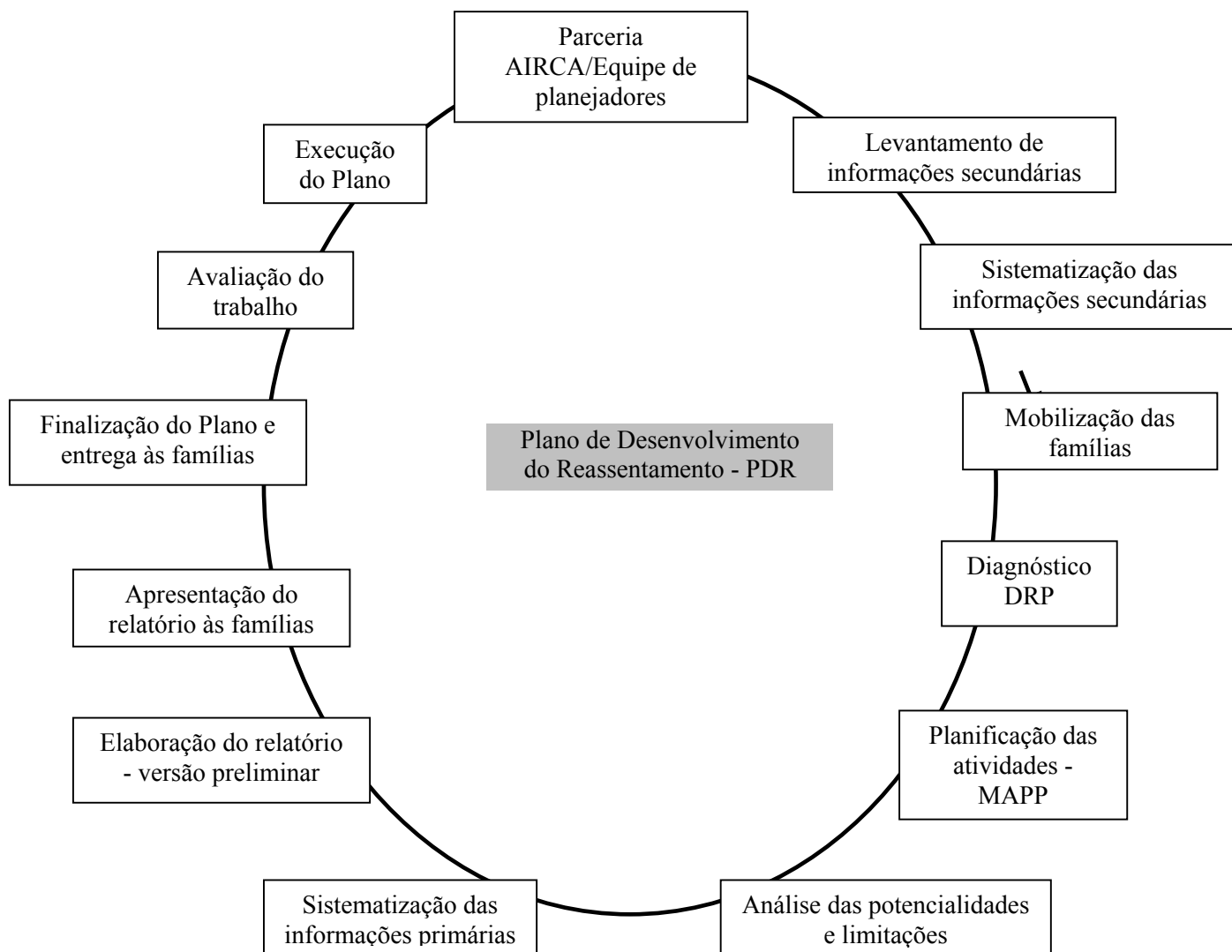


FIGURA 01. PROCESSO METODOLÓGICO UTILIZADO NO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO REASSENTAMENTO

II. O MUNICÍPIO DE MARIANA

2.1. Informações Gerais

O antigo arraial de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo foi fundado em 1696 por bandeirantes paulistas oriundos de Taubaté, no Vale do Paraíba, à procura de ouro e pedras preciosas. Em 1711, o arraial transforma-se na “Leal Vila de Nossa Senhora do Carmo”. Em 1743, enviado pelo Rei de Portugal, chega à vila o arquiteto Sargento José Pinto de Alpoim, com a incumbência de planejar o traçado urbano da futura capital de Minas Gerais. Em 1745, eleva-se a cidade, com o nome de Mariana, em homenagem à Rainha D. Maria Ana d'Áustria, esposa de Dom João V.

O município está situado na região da Zona da Mata Mineira e ocupa uma área de 1.193 Km². A posição geográfica do município é 20°23' de Latitude Sul e 43°25' de Longitude Oeste. O centro da cidade está a uma altitude de 720 m.

A temperatura média anual em Mariana é de 18,5⁰ C, sendo que a média anual máxima é de 23,2⁰, C e a média anual mínima é de 14,6⁰ C. O índice pluviométrico anual médio é de 1.670,3 mm.

No município, 60% do território é caracterizado como montanhoso e 30% como ondulado. As áreas planas são mais raras e ocupam 10% da área total.

Mariana está situada na Bacia do Rio Doce que compreende uma área de drenagem de 83.400 Km², dos quais 86% pertencem ao Estado de Minas Gerais e 14% ao Estado do Espírito Santo. Em termos político-administrativos, a região drenada pela Bacia abrange atualmente 222 municípios e 461 distritos.

Os principais rios que banham o município são os rios Gualaxo do Sul e do Carmo. Mariana tem como municípios limítrofes Alvinópolis, Piranga, Acaiaca, Santa Bárbara, Diogo de Vasconcelos, Barra Longa, Catas Altas e Ouro Preto.

2.2. População

O censo demográfico de 2000 contabilizou uma população de 46.710 habitantes no município de Mariana. A população estratificada do município é de 22.818 homens e 23.892 mulheres. Do total de habitantes 38.679 são moradores do meio urbano e 8.031 do meio rural. Esses dados encontram-se sistematizados na Tabela 1.

TABELA 1. DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL DE MARIANA

Homens	Mulheres	Total	Urbana	Rural	Total
22.818	23.892	46.710	38.679	8.031	46.710

Fonte: IBGE, População e Domicílios, Censo Demográfico, 2000.

2.3. Educação

O sistema educacional do município de Mariana é constituído pela rede federal, estadual, municipal e particular. Abrange atividades nos níveis de Ensino Infantil, Fundamental, Médio e Superior.

Na rede estadual existem 16 estabelecimentos de ensino, que dispõe de 340 educadores. A rede municipal possui 63 estabelecimentos de ensino e 540 educadores. E, finalmente, a rede particular dispõe de 12 estabelecimentos de ensino e 125 educadores.

2.4. Saúde

A infra-estrutura de saúde do município de Mariana é constituída por 40 estabelecimentos, dos quais 27 são públicos e 13 privados. Desses estabelecimentos, 33 concedem serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com informações do IBGE (2002), existem 80 leitos disponíveis ao SUS no município.

2.5. Infra-estrutura social básica

2.5.1. Água

O abastecimento de água e a captação de esgoto são realizados pela Prefeitura Municipal de Mariana.

2.5.2. Energia Elétrica

Os serviços de energia elétrica são executados pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), que atende consumidores das zonas urbana e rural do município.

2.5.3. Comunicação

O município de Mariana utiliza os serviços da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), além de serviços de telefonia, realizados pelas Empresas de Telecomunicações de Minas Gerais (TELEMAR). Também há no município uma emissora de rádio e quatro jornais.

2.5.4. Transporte

As principais rodovias de acesso à capital do Estado são a BR-356 e a BR-040. As principais rodovias que servem ao município são a BR-356 e a MG-262. As distâncias aproximadas pelo sistema rodoviário e ferroviário aos principais centros encontram-se nas Tabelas 2 e 3, respectivamente.

TABELA 2: DISTÂNCIAS AOS PRINCIPAIS CENTROS PELO SISTEMA RODOVIÁRIO

Capitais	Distância (Km)
Belo Horizonte	111
Vitória	435
Rio de Janeiro	485
São Paulo	685
Brasília	832

Fontes: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, Ferrovia Centro Atlântica - FCA, Estrada de Ferro Vitória Minas, Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Voo / Ministério da Aeronáutica.

TABELA 3: DISTÂNCIAS AOS PRINCIPAIS CENTROS PELO SISTEMA FERROVIÁRIO

Cidade	Distância (Km)
Belo Horizonte	167
Vitória	792
Rio de Janeiro	558
São Paulo	841
Brasília	1.340

Fontes: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, Ferrovia Centro Atlântica - FCA, Estrada de Ferro Vitória Minas, Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Voo / Ministério da Aeronáutica.

Segundo informações do IBGE (2003), a frota de veículos particulares do município é de 8.594 unidades. Os tipos e a quantidade dos veículos podem ser observados na Tabela 4.

TABELA 4: FROTA DE VEÍCULOS PARTICULARES

Tipo de Veículo	Quantidade
Automóveis	5.923
Motocicletas	1.129
Caminhões	296
Caminhonetes	206
Ônibus	145
Outros (reboques, motonetas)	895
Total	8.594

Fontes: IBGE, Frota 2003, Ministério da Justiça, Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, 2003.

2.5.5. Cultura

Tombada como monumento histórico desde 1937, Mariana se destaca pelas suas igrejas em estilo barroco, construídas, na sua maioria pelo mestre Aleijadinho e outros escultores e entalhadores da época. Em julho de 1945 a cidade passa a ser considerada Monumento Nacional. A “célula *mater*” da Cultura, Arte e Civilização de Minas Gerais possui conjunto arquitetônico e paisagístico composto por edificações setecentistas, de inestimável valor histórico e artístico. A cidade destaca-se pela história retratada em seus casarões, suas igrejas em estilo barroco e suas ruas, entre elas, a rua Direita, considerada como a mais bela de Minas, onde viveram o poeta Alphonsus de Guimaraens e o Barão de Pontal.

2.6. Estrutura Econômica

O município de Mariana destaca-se na economia mineira com sua produção agropecuária, além do artesanato de pedra-sabão, tapetes e objetos de arte. É o maior criador de cavalos e o segundo em muares, caprinos e suínos de sua microrregião. Na agricultura, as principais culturas plantadas são milho, feijão, arroz, mandioca e cana-de-açúcar. A área plantada, assim como a quantidade produzida referente a cada uma dessas culturas, são informações que podem ser verificadas na Tabela 5.

TABELA 5. ÁREA PLANTADA E QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA ATIVIDADE AGRÍCOLA DE MARIANA

Produto agrícola	Área plantada (ha)	Quantidade produzida (ton.)
Milho (em grão)	2.300	5.290
Feijão (em grão)	151	64
Cana-de-açúcar	130	5.400
Arroz (em casca)	95	126
Mandioca	10	150

Fonte: IBGE, Lavoura Temporária, 2002.

2.6.1. Estrutura Agrária

Na estrutura agrária do município predomina o campesinato, caracterizado pelo baixo nível tecnológico, força de trabalho essencialmente familiar, pequenas unidades familiares e baixo capital de exploração.

2.6.2. Finanças Públicas

Algumas fontes de receitas do município podem ser verificadas na Tabela 6, de acordo com dados do IBGE (2002).

TABELA 6. RECEITAS DO MUNICÍPIO DE MARIANA

Receitas	Valor (R\$1,00)
- <i>Correntes</i>	32.290.634,02
- IPTU	78.740,35
- ISS	2.227.066,53
- ICMS	9.215,00*
- <i>Capital</i>	4.910.074,93

Fonte: IBGE - Finanças Públicas (2002).

* Assembléia Legislativa, MG.

III. O MUNICÍPIO DE DIOGO DE VASCONCELOS

3.1. Informações Gerais

Os primeiros habitantes de Diogo de Vasconcelos descendiam de paulistas, vindos de Mariana, que chegaram ao local em busca de terras férteis. Logo surgiram os primeiros sítios e fazendas, importantes na produção de alimentos na região. O povoado, fundado pelo padre Domingos Pinto Coelho da Rocha, foi elevado à freguesia em 1881. Um ano

depois, foi criada a paróquia. A princípio, o povoado foi denominado São Domingos, devido à construção de uma capela em homenagem a São Domingos de Gusmão. Em 1923, quando ainda era distrito de Mariana, tem sua denominação mudada para Vila de Vasconcelos. Em homenagem ao historiador Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos, grande juriconsulto, historiador e escritor, o povoado recebe, em 1928, a denominação atual. Em 1962, é elevado a município, sendo desmembrado de Mariana.

A área ocupada pelo município corresponde a 165 Km². Diogo de Vasconcelos também faz parte da região da Zona da Mata Mineira. Sua posição geográfica é 20°29' de Latitude Sul e 43°12' de Longitude Oeste. O centro da cidade está a uma altitude de 600 m.

A temperatura média anual é de 18,5⁰ C, sendo que a média anual máxima é de 23,2⁰ C e a média anual mínima é de 14,6⁰ C. O índice pluviométrico anual médio é de 1.670,3 mm.

No município, 60% do território é caracterizado como montanhoso e 35% como ondulado. As áreas planas se restringem a 5% da área total.

Diogo de Vasconcelos está situado na Bacia do Rio Doce e os principais rios que banham o município são os rios Gualaxo do Sul e Ribeirão Pinheirinho. Tem como municípios limítrofes Mariana, Piranga, Guaraciaba e Acaiaca.

3.2. População

O censo demográfico de 2000 contabilizou uma população de 3.972 habitantes no município de Diogo de Vasconcelos. A população estratificada do município é de 2.033 homens e 1.939 mulheres. Do total de habitantes 841 são moradores do meio urbano e 3.131 do meio rural. Esses dados encontram-se sistematizados na Tabela 7.

TABELA 7. DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL DE DIOGO DE VASCONCELOS

Homens	Mulheres	Total	Urbana	Rural	Total
2.033	1.939	3.972	841	3.131	3.972

Fonte: IBGE, Contagem da População, 2000.

3.3. Educação

O sistema educacional do município de Diogo de Vasconcelos é constituído pela rede estadual e municipal. Abrange atividades nos níveis de ensino Infantil, Fundamental e Médio. A rede estadual dispõe de dois estabelecimentos de ensino e possui 29 educadores e a rede municipal dispõe de 10 estabelecimentos de ensino e 31 educadores (IBGE, 2002).

3.4. Saúde

A infra-estrutura de saúde do município de Diogo de Vasconcelos é constituída por três estabelecimentos, todos públicos. Os dados da pesquisa do IBGE (2002), indicam que não existem leitos disponíveis ao SUS, para internação, nos estabelecimentos de saúde deste município.

3.5. Infra-estrutura social básica

3.5.1. Água

De acordo com informações do IBGE (2002), o abastecimento de água e a captação de esgoto são realizados pela Prefeitura Municipal.

3.5.2. Energia Elétrica

Os serviços de energia elétrica são executados pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG). Essa companhia atende consumidores das zonas urbana e rural do município.

3.5.3. Comunicação

O município de Diogo de Vasconcelos dispõe dos serviços da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), além de serviços de telefonia, realizados pelas Empresas de Telecomunicações de Minas Gerais (TELEMAR).

3.5.4. Transporte

As principais rodovias federais e estaduais de acesso à capital do Estado e ao município de Diogo de Vasconcelos são as BR-356, BR-040 e MG-262. As distâncias aproximadas pelo sistema rodoviário aos principais centros podem ser observadas na Tabela 8.

TABELA 8: DISTÂNCIA DE DIOGO DE VASCONCELOS AOS PRINCIPAIS CENTROS PELO SISTEMA RODOVIÁRIO

Cidade	Distância (Km)
Belo Horizonte	168
Vitória	430
Rio de Janeiro	520
São Paulo	720
Brasília	870

Fontes: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, Ferrovia Centro Atlântica - FCA, Estrada de Ferro Vitória Minas, Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Vôo / Ministério da Aeronáutica.

3.6. Estrutura Econômica

A economia do município de Diogo de Vasconcelos está baseada, principalmente, nas atividades agropecuárias e no artesanato. Na agricultura predominam as culturas temporárias, geralmente destinadas à subsistência e no artesanato, peças em pedra-sabão. As principais culturas plantadas são: milho, feijão, café, cana-de-açúcar e arroz. A área plantada referente a estas culturas, assim como a quantidade produzida, pode ser verificada na Tabela 9. Desde o início da construção da PCH Fumaça, a participação da ALCAN na estrutura econômica deste município é significativa, contribuindo com maior volume de recursos financeiros em circulação, além de empregos temporários, sem qualificação.

TABELA 9. ÁREA PLANTADA E QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA ATIVIDADE AGRÍCOLA DE DIOGO DE VASCONCELOS

Produto agrícola	Área plantada (ha)	Quantidade produzida (ton.)
Milho (grão)	1.300	3.900
Feijão (2ª. safra)	130	52
Café	71	29
Cana-de-açúcar	70	2.100
Arroz várzea úmida (em casca)	65	78
Feijão (1ª. safra)	50	20
Arroz sequeiro (em casca)	15	15
Mandioca	09	108

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2002).

3.6.1. Estrutura Agrária

Na estrutura agrária do município, de acordo com dados do IBGE (2000), predominam pequenas propriedades, assim como ocorre em Mariana, e em grande parte dos municípios da Zona da Mata Mineira.

3.6.2. Finanças Públicas

Algumas fontes de receitas do município podem ser verificadas na Tabela 10, de acordo com os dados do IBGE - Finanças Públicas, 2002.

TABELA 10. RECEITAS DO MUNICÍPIO DE DIOGO DE VASCONCELOS

Receitas	Valor (R\$1,00)
- <i>Correntes</i>	2.914.248,78
- IPTU	3.087,09
- ISS	38.091,33
- <i>Capital</i>	262.993,16

Fonte: IBGE - Finanças Públicas, 2002.

IV. O POVOADO DE MIGUEL RODRIGUES

4.1. Informações Gerais

A comunidade de Miguel Rodrigues, pertencente ao município de Diogo de Vasconcelos, localiza-se na Zona da Mata Mineira. Segundo dados do IBGE (1991), a comunidade não se constitui sede distrital e nem é classificada como aglomerado rural.

Miguel Rodrigues é o povoado mais freqüentado pela população residente na área do entorno, contando com serviços de transporte, saúde, educação (ensino básico), telefonia, pequeno comércio de gêneros alimentícios e duas sedes de instituições religiosas.

De acordo com Rodrigues (2002), o povoado se localiza em zona de transição da Mata Atlântica para Cerrado, onde se encontram espécies vegetais típicas de ambos, como a Candeia (*Vanillosmopsis erythropappa* Schult. Bip.), Caroba (*Jacaranda* sp.), Erva urubu (*Cordia curassavica* Roem. & Schult.) e Escovinha de macaco (*Calliandra* sp.), típicas de cerrado.

O transporte coletivo existente é somente para Mariana. A estrada de acesso ao município de Mariana corresponde a 09 Km de rodovia pavimentada e 18 Km de estrada não pavimentada. O período de chuvas dificulta a locomoção das famílias e as crianças

perdem aulas nestas épocas pela dificuldade de passagem do ônibus escolar. Isso ocorre devido a partes que ficam alagadas, com perigo de derrapagem e partes que apresentam buracos devido à manutenção precária. Apesar da pouca distância, as estradas vicinais encontram-se em difíceis condições de trânsito.

A empresa que realiza o trajeto de Miguel Rodrigues a Mariana é a Viação Transcotta. Os usuários pagam por este transporte o valor de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos). É realizado de segunda-feira a sábado, com duração do trajeto de aproximadamente uma hora, nos seguintes horários:

- 06:30 e 13:15 horas - saindo de Miguel Rodrigues com destino ao terminal rodoviário de Mariana;
- 12:00 e 15:00 horas - saindo do terminal rodoviário de Mariana, com destino a Miguel Rodrigues.

Aos domingos o transporte coletivo é realizado nos seguintes horários:

- 15:30 horas - saindo de Miguel Rodrigues com destino ao terminal rodoviário de Mariana;
- 16:45 horas - saindo do terminal rodoviário de Mariana, com destino a Miguel Rodrigues.

A comunidade possui um Posto de Saúde, com atendimento médico semanal e prestação de serviços básicos por parte de uma auxiliar de enfermagem em tempo integral. Desenvolve-se campanha de vacinação de crianças nas escolas e de adultos no Posto de Saúde. O Programa de Saúde da Família (PSF), que abrange vários povoados do município, conta com uma auxiliar de enfermagem que presta atendimentos básicos e encaminha os pacientes à sede do município, quando necessário. O atendimento pelo teste Biodigital¹ ocorre às segundas-feiras, na comunidade de Barro Branco, onde o tratamento das doenças é realizado por meio da fitoterapia.

A população de Miguel Rodrigues é composta por pequenos produtores rurais, silvicultores e meeiros com distribuição extremamente concentrada nas faixas de renda mais baixas. Muitos desses produtores têm também como atividade econômica o processamento artesanal da pedra sabão para obtenção de painéis e utilitários. Tanto os homens quanto as mulheres trabalham na lavoura, conduzidas, em sua maioria, pelo sistema de troca de serviços, que são realizados em grupos, os quais se revezam nos tratos

¹ O teste é realizado por pessoas capacitadas e consiste num método de diagnóstico e respectivo tratamento a partir de informações magnéticas emitidas pelo próprio paciente.

culturais de lavouras vizinhas. Assim, as mulheres estão envolvidas não apenas com as tarefas domésticas, mas também com a produção agrícola, ou seja, com o sustento da família.

No rio Gualaxo do Sul foi construída a Usina Hidrelétrica de Fumaça (UHE Fumaça), pela empresa Alumínio do Brasil Ltda (ALCAN). A barragem de Fumaça atingiu áreas dos municípios de Mariana e Diogo de Vasconcelos e dos povoados de Miguel Rodrigues, Barro Branco e Mainart, localizados na Zona da Mata Mineira. A UHE Fumaça, com capacidade de gerar 9,8 MW de energia elétrica, inundou uma área de 21,8 Km², atingindo 27 domicílios em Miguel Rodrigues, 60 em Barro Branco e 30 em Mainart, comunidades próximas àquele povoado (Golder Associates, 2000).

V. O REASSENTAMENTO

5.1. Dados Gerais

O reassentamento localiza-se no município de Diogo de Vasconcelos, Estado de Minas Gerais, distante aproximadamente 15 km da sede do município e 172 km de Belo Horizonte.

Sua área total com 349,4218 hectares (trezentos e quarenta e nove hectares, quarenta e dois ares e dezoito centiares), consiste em terras do antigo imóvel “Fazenda Guaiana”, adquirido via desapropriação, com objetivo de reassentar 17 famílias de agricultores atingidos pela construção da PCH Fumaça. Possui um relevo, em sua maior parte, ondulado a forte ondulado, apresentando vegetação típica de transição Mata Atlântica para Cerrado. Sua área é banhada por córregos, nascentes e brejos. Outras informações sobre o reassentamento podem ser observadas na Tabela 11.

TABELA 11. DADOS GERAIS DO REASSENTAMENTO

Denominação do imóvel	Fazenda Guaiana
Área total (ha)	349,4218
Área de Reserva Legal ² (ha)	135,8795
Área de Preservação Permanente ³ (ha)	88,3795
Número de famílias	18
Área média das glebas (ha)	13,5954
Entidade representativa do reassentamento	Associação Intermunicipal do Reassentamento Coletivo dos Atingidos pela UHE Fumaça (AIRCA)

Distância das sedes municipais	(km)
Do município de Diogo de Vasconcelos	15
Do município de Mariana	31

Fonte: Mapa de parcelamento da área (maio de 2003) e DRP (agosto de 2004).

5.2. Histórico

Com o objetivo de resgatar parte do histórico de lutas destas famílias, foi realizada uma “linha do tempo”. Assim foi possível conhecer fases deste processo, concretizado via a colaboração de várias pessoas e entidades, de acordo com depoimento dos participantes.

1. Novembro de 1997: foi criada a Associação dos Moradores Atingidos pela UHE Fumaça (AMABAF), principal elo de comunicação entre os atingidos e a ALCAN. A associação, reconhecida pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) como legítima representante dos atingidos, é que intermediava as negociações entre atingidos e empresa, com o apoio de entidades e assessoria;
2. Março de 2001: a ALCAN apresentou uma lista à comunidade, contemplando 13 meiros;

² A Área de Reserva Legal poderá ser explorada através de manejo sustentado, principalmente em atividades extrativistas;

³ As Áreas de Preservação Permanente são aquelas elencadas no código Florestal e Lei Florestal do Estado de Minas Gerais como impróprias para qualquer tipo de utilização econômica, servindo apenas para proteção da flora e fauna silvestre, proteção às nascentes etc. Podemos destacar as seguintes áreas: a) com declividade igual ou superior a 100% ou 45°; b) de matas ripárias, nas larguras previstas pelo Código Florestal; c) ao redor das nascentes, d) topos de morro a partir do terço superior dos morros etc.

3. Abril de 2001: no dia 11 realizaram manifestação em frente à fábrica da ALCAN, em Ouro Preto, em reivindicação à “lista de 13 meeiros”. Em reunião, no dia 17 do mesmo mês, 75 meeiros foram reconhecidos. De acordo com o grupo, “a mudança do número de pessoas foi uma consequência da manifestação do dia 11”;
4. Julho de 2001: foi criada a Associação dos Atingidos pela Barragem de Fumaça (AABF);
5. Agosto de 2001: a ALCAN efetuou o pagamento de R\$6.000,00 (seis mil reais) a 73 meeiros;
6. Outubro de 2001: no dia 29 de outubro, membros da AABF junto com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), reuniram-se com aproximadamente 250 atingidos e ocuparam o canteiro de obras da PCH Fumaça. De acordo com as famílias, a ocupação do canteiro de obras é um marco na luta dos atingidos, pois possibilitou uma participação qualitativamente melhor no processo de negociação;
7. Novembro de 2001: acordos firmados nas reuniões dos dias 01 e 14 de novembro demonstraram que as famílias atingidas pela PCH Fumaça, organizadas no MAB, passaram de objeto a sujeito do processo. As consequências deste fato se refletem no reconhecimento da empresa dos meeiros que não foram contemplados na primeira negociação e também dos diaristas, dos artesãos e dos garimpeiros que não foram considerados atingidos, anteriormente. No dia 27 de novembro a ALCAN assume um acordo coletivo com os atingidos, com o compromisso de reassentamento e reconhecimento da Comissão de Atingidos UHE Fumaça, constituída a 01 de novembro por membros da AABF. Esta comissão foi criada com objetivo de intermediar as negociações entre empresa e atingidos;
8. Dezembro de 2001: no dia 21 de dezembro, um grupo de atingidos ocupou a entrada principal do prédio da FEAM, em Belo Horizonte, reivindicando mediação entre os atingidos e a ALCAN;
9. Fevereiro de 2002: no dia 20 de fevereiro, no Centro Pastoral de Mariana, a FEAM mediou reunião entre os atingidos e o representante do empreendedor;
10. Março de 2002: no dia 23 de março, na Universidade Federal de Viçosa (UFV), em reunião de negociação sobre os critérios para reconhecimento dos artesãos, o representante do empreendedor rompeu a negociação, devido a diferença nos valores das indenizações, não havendo acordo entre as partes;

11. Maio de 2002: no dia 13 de maio, aproximadamente 80 atingidos iniciaram uma caminhada com destino à fábrica da ALCAN, em Ouro Preto. Foram três dias de caminhada e quatro dias de acampamento em frente à fábrica. Tinham como objetivo o reconhecimento dos direitos dos artesãos, além do direito ao reassentamento de famílias que fizeram esta opção. Segundo as famílias, o objetivo, nesta época, não foi alcançado;
12. Julho de 2002: encaminharam abaixo-assinado ao representante do empreendedor, reivindicando o reconhecimento dos direitos dos artesãos e de famílias que optaram pelo reassentamento;
13. Agosto de 2002: reiniciaram as negociações com o representante do empreendedor;
14. Setembro de 2002: os atingidos reivindicam, junto à FEAM, um árbitro mediador. Em resposta, o representante do empreendedor, aceita um árbitro juiz, nas negociações relacionadas a proprietários, meeiros, garimpeiros e paneleiros;
15. Outubro de 2002: a 18 de outubro foi realizada a primeira reunião entre a mediadora, Sra. Yara Landre Marques, a comissão de atingidos e o representante do empreendedor;
16. Outubro de 2003: a 13 de outubro foi fundada a Associação Intermunicipal do Reassentamento Coletivo dos Atingidos da UHE Fumaça (AIRCA).

5.3. Organização Territorial⁴

O levantamento planialtimétrico da Fazenda Guaiana foi realizado com a Estação Total GTS 212 da Topcon que conta com um coletor interno de dados. O processamento dos dados foi realizado pelo Sistema Topograph, sendo a edição gráfica no AutoCAD 2000 e o georeferenciamento e a medição dos limites das áreas de reserva legal e preservação permanente, realizados com rastreador GPS ProXR.

Critérios foram adotados para a definição do tamanho das glebas, ou seja, o objetivo era definir glebas com, no mínimo, 8,10 ha de área útil para uso agrícola, observando a disponibilidade de água. Em março de 2003 deu-se início ao parcelamento da área da Fazenda Guaiana.

⁴ Para a obtenção de informações adicionais relacionadas à organização territorial, foram realizadas entrevistas com o Prof. Joel Gripp Júnior, responsável pelo parcelamento da área do reassentamento.

Na primeira proposta apresentada às famílias, a área total se encontrava dividida da seguinte forma: 14 glebas, áreas de reserva legal e de preservação permanente e área coletiva, de aproximadamente três hectares, incluindo a atual casa sede.

A proposta foi apresentada às famílias durante reunião com a mediação e o representante do empreendedor e discutida com as respectivas assessorias técnicas. As famílias presentes a esta reunião concordaram com a proposta de divisão da área conforme constava no *croqui* apresentado. Porém, esta proposta não foi aceita pela mediação, pois incluía duas glebas e parte da estrada de acesso em área considerada de reserva. Modificações foram necessárias e uma segunda proposta de parcelamento apresentada.

Na segunda proposta, a área total se encontrava dividida da seguinte forma: 17 glebas, áreas de reserva legal e de preservação permanente e área coletiva, de aproximadamente três hectares, incluindo a atual casa sede. Esta proposta também não foi aceita.

No dia 31 de maio uma vistoria foi realizada em todas as glebas tendo por objetivo definir os locais para implantação das futuras moradias. Em algumas glebas havia mais que uma opção para posterior escolha de implantação.

Uma terceira proposta foi apresentada, em que a área da Fazenda Guaiana foi subdividida em 17 glebas e meia. Esta proposta foi aceita pela mediação, embora não tenha satisfeito as famílias como um todo.

A diferenciação no tamanho das glebas é consequência de diferenciação entre áreas consideradas privilegiadas, que receberam parcelas menores, e áreas com restrições, que receberam parcelas maiores. Estradas foram planejadas de forma a proporcionar acessibilidade a todos as glebas. Após aprovação do projeto de divisão, iniciou-se a materialização dos marcos que definem as linhas divisórias e posterior elaboração da documentação necessária.

Com objetivo de evitar “desentendimentos”, após o parcelamento, foi realizado um sorteio, visando a distribuição das famílias nas glebas. De acordo com as famílias, “sorteio é sorte mesmo”, por isso optaram por este procedimento. Com as glebas numeradas, o sorteio foi realizado em dois momentos:

1. Foi sorteada a vez de cada família escolher seu lote;
2. Foi realizada a escolha das glebas por cada família.

Após o sorteio não houve permuta de glebas entre as famílias. O parcelamento final do reassentamento, com as respectivas glebas, área total e nome do titular, consta na Tabela 12.

TABELA 12. PARCELAMENTO FINAL DO REASSENTAMENTO

Glebas	Área (ha)	Titular
01	09,7420	Cláudio Roberto Merique
02	09,1167	Cristina A. Borges de Abreu
03	10,9849	Júlio de Freitas
04	12,9723	Juventina Gomes de Freitas
05	12,2261	Carmelita do Espírito Santo Mendes
06	12,7550	Vicente Pedro
07	11,9870	Antônio Nelsino Pires
08	13,2048	Vicente Paulino Beato
09	22,3436	José Beato
10	22,5591	Joaquim Constantino
11	13,7439	Marta Caetana do Espírito Santo
11A	10,6021	José Pedro do Espírito Santo
12	11,3946	Milton de Oliveira Cezário
13	15,2886	Antônio Martins de Paula
14	20,9521	Dalva Félix Pires da Silva
15	14,6642	Maria do Nascimento
15A	06,0294	Paulo Maurício Drumond
16	14,1517	Nelson de Paula de Freitas ⁵

Fonte: Mapa de parcelamento da área (maio de 2003).

Segundo as famílias reassentadas, o título da terra será entregue três anos após o primeiro plantio, pois “o trabalhador precisa ter amor à terra. Então é com três anos que está na terra é que ele passa a ter a escritura”. Além das glebas individuais, há uma área de três hectares, de uso coletivo, onde se localiza a casa sede, o paiol e outras benfeitorias. O objetivo dos futuros moradores em relação a este espaço é transformá-lo numa área social, com estruturas também para saúde, educação e religião.

VI. DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO

6.1. Caracterização Social do Reassentamento

6.1.1. Infra-estrutura Social

O reassentamento possui uma casa sede, além de outras benfeitorias, como queijaria, curral, casa de máquinas, paiol e reservatório de água. A casa sede, uma

⁵ A área equivalente a 14,1517ha foi adquirida do antigo proprietário da Fazenda Guaiana, antes da desapropriação da área. O Sr. Nelson não é associado à AIRCA, não fazendo parte do coletivo do reassentamento.

construção em alvenaria do final da década de 50, segundo informações de pessoas mais idosas, possui dois andares (Foto 01). O piso inferior atualmente é utilizado pela comunidade como local para reuniões, pois abriga um amplo salão. O piso superior possui 13 cômodos distribuídos entre sala, copa, quartos, cozinha, despensa, banheiros e varanda.

A antiga queijaria está sendo utilizada como escritório pela Construtora CAMAR (Foto 02). É uma construção térrea, em alvenaria, com uma área de 10,5 m² (3,25 x 3,25 m). As paredes externas são pintadas na cor branca; o telhado é em duas águas, com estrutura de madeira, forro em PVC e telhas cerâmicas, tipo plan capa/canal. A porta externa é de madeira, sem pintura. O piso é de cimento queimado e suas paredes internas são azulejadas. Possui energia elétrica. A instalação hidráulica necessita de reparos. Após esses reparos a construção estará em perfeitas condições de uso.

O curral possui área de 227 m² (10,80 x 21,00 m), com dois pátios cimentados, apresentando leve declive (Foto 03). Possui cercas de madeira, com seis ripas na horizontal, em toda sua extensão e cocho de concreto para trato dos animais, com cobertura. Também possui tronco destinado à vacinação dos animais. Possui energia elétrica e água encanada (reservatório). Em termos de conservação, encontra-se em estado regular, necessitando de reformas na instalação hidráulica. Atualmente parte desta instalação está sendo utilizada como almoxarifado pela Construtora CAMAR.

FOTO 01: Imagem da fachada principal da casa sede da antiga “Fazenda Guaiana”.
Autor: Leandro de Aguiar e Souza.
Setembro de 2004.

FOTO 02: Queijaria da antiga “Fazenda Guaiana”, ao fundo.
Autor: Leandro de Aguiar e Souza.
Setembro de 2004.

FOTO 03: Vista parcial do curral da antiga “Fazenda Guaiana”.
Autor: Leandro de Aguiar e Souza.
Setembro de 2004.

FOTO 04: Casa de máquinas da antiga “Fazenda Guaiana”, após reforma.
Autor: Leandro de Aguiar e Souza.
Setembro de 2004.

FOTO 05: Paiol da antiga “Fazenda Guaiana”, visto de frente.
Autor: Flávio Marques C. Barrero.
Outubro de 2004.

FOTO 06: Reservatório de água, localizado nos fundos da casa sede.
Autor: Flávio Marques C. Barrero.
Outubro de 2004.

Após reforma, a antiga casa de máquinas da Fazenda Guaiana está sendo utilizada como escritório provisório pela ALCAN (Foto 04). Possui planta retangular, sem divisão interna, nas seguintes dimensões: 4,10 x 3,45 m. As paredes são revestidas com argamassa e pintadas, tanto internamente quanto externamente. O piso foi executado em cimento natural sobre um contrapiso de concreto rústico. A cobertura deste prédio foi executada em uma água, com telha de fibro-cimento ondulada, espessura 8 mm, com inclinação no mesmo sentido da porta de entrada. A porta externa é de madeira. Há instalação elétrica. Quanto à instalação hidráulica, há uma torneira e um reservatório externos, instalados pela ALCAN. Esta construção também encontra-se em perfeitas condições de uso.

O paiol é uma construção de porte médio, com divisão interna, apresentando área de 36m² (6,00 x 6,00 m). Foi executado em paredes de paus roliços, telhado em duas

águas, com estrutura também em madeira e telhas cerâmicas, tipo plan capa/canal, e piso em madeira justaposta (Foto 05). Encontra-se suspenso a 1 m do chão, apoiado em nove canos de PVC 150 mm (com concreto). A porta externa é de madeira, sem pintura. O acesso se faz por meio de duas escadas móveis. A instalação elétrica necessita ser refeita.

Nos fundos da casa sede há um reservatório de água, construído em tijolos, com 0,30 m de largura, nas seguintes dimensões: 1,50 x 1,50 m e 0,90 m de altura (Foto 06). O reservatório encontra-se destampado havendo risco de contaminação da água utilizada na casa sede por agentes nocivos de natureza biológica, física ou química. Através de observações realizadas nessa instalação, conclui-se que há necessidade de construção de um novo reservatório de água para a casa sede.

Há também um conjunto de transformação de energia elétrica para baixa tensão, contendo transformador de 15 KVA.

No entorno da casa sede foram observados rolos de tela e telhas cerâmicas em condições de uso. Além disso, também pode-se observar três porteiras antigas. Destas, duas encontram-se em boas condições de uso e uma necessita de reparos.

6.1.2. Organização Associativista

O reassentamento possui uma Associação denominada “Associação Intermunicipal do Reassentamento Coletivo dos Atingidos da UHE Fumaça” (AIRCA), com sede na Fazenda Guaiana, zona rural, município de Diogo de Vasconcelos, fundada a 13 de outubro de 2003. De acordo com o Capítulo Segundo de seu estatuto, os objetivos da Associação se relacionam à busca e melhoria das condições de vida de seus sócios; compra coletiva ou individual de insumos; aumento e comercialização da produção dentre outros. Atualmente 23 famílias são associadas. Para votar ou ser votado, o sócio deverá ter acima de 16 anos e no mínimo seis meses de filiação na Associação. Todos os membros das famílias têm direito a voz e a voto.

Segundo alguns membros, a Associação foi constituída, principalmente, para facilitar a negociação entre estas 23 famílias e o representante do empreendedor, via mediação. Além disso, a AIRCA, segundo seus associados, constituiu a maneira de respeitar as determinações legais para contratação de um técnico.

Aproximando-se desta linha de pensamento, para Sader (1988), quando as pessoas se articulam em uma Associação ou Sindicato, enfim, em algum tipo de organização, estão

adquirindo consciência dos problemas que enfrentam e a partir daí se mobilizam, visando modificar a situação em que se encontram.

Pode-se observar que algumas decisões da Associação são centralizadas em poucas pessoas. Porém, é importante ressaltar que existe um grupo com boa discussão e opinião forte no reassentamento, sendo constituído por homens e mulheres.

Compõem a diretoria da Associação, com mandato de 13 de outubro 2003 até 13 de outubro de 2006, os seguintes membros:

- Presidente: Marta Caetana do Espírito Santo;
- Suplente: Paulo Maurício Drumond;
- Secretária: Maria José Bárbara Beato;
- Suplente: José Beato;
- Tesoureiro: Moisés Félix da Silva;
- Suplente: Claudiano José da Silva.

O Conselho Fiscal, eleito na mesma ocasião e pelo mesmo período de mandato, conforme consta no estatuto da AIRCA, é constituído pelos seguintes membros efetivos, Juventina Gomes de Freitas, Joaquim Constantino, José Cícero e suplentes, Silvana de Freitas, Carmelita Espírito Santo Mendes, Vicente Pedro, respectivamente.

A maioria das famílias do reassentamento é associada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Diogo de Vasconcelos e outras ao de Mariana. Entretanto, a participação nos dois Sindicatos não ocorre de forma efetiva, segundo depoimento das próprias famílias.

A participação pouco efetiva nos Sindicatos fez-se notar no estudo realizado por Santos, em 2002, com mulheres do povoado de Miguel Rodrigues. A autora descreve que todas as entrevistadas, algumas reassentadas atualmente, disseram contribuir financeiramente com o Sindicato, embora com pouca clareza sobre a importância desta entidade representativa dos trabalhadores. Quando foram questionadas se nas reuniões do Sindicato havia sido discutida a questão das barragens, “todas afirmaram que não e que também não foi tirada nenhuma posição em relação ao problema enfrentado pelos atingidos” (Idem, 2002:83).

6.1.3. Educação

Aproximadamente 25 crianças e adolescentes em idade escolar vão morar no reassentamento. Atualmente estas crianças e adolescentes estudam nas comunidades de

Miguel Rodrigues, Emboque e Barro Branco. Cursam o ensino básico nas escolas municipais de Miguel Rodrigues e Emboque e o ensino fundamental em Barro Branco. O transporte escolar até às escolas do município é de responsabilidade das prefeituras de Mariana e Diogo de Vasconcelos, através de recurso do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). O transporte é utilizado por estas crianças e adolescentes e também por crianças de comunidades vizinhas. Na Tabela 13, a seguir, pode-se analisar a relação idade/série, entre crianças e adolescentes.

TABELA 13. RELAÇÃO IDADE/SÉRIE DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO REASSENTAMENTO

Nome	Idade	Série
Daiane de Jesus Cezário	05	Pré-escolar
Sandra Regina de Souza	06	Pré-escolar
Tiago Antônio Pires	06	Pré-escolar
Danilo Borges de Abreu	06	1ª série ensino básico
Felipe de Freitas	07	1ª série ensino básico
Nayara Aparecida Pires	07	1ª série ensino básico
Dhionthan Pires de Abreu	08	2ª série ensino básico
Camila Bárbara da Silva	08	2ª série ensino básico
Felipe dos Santos Constantino	09	3ª série ensino básico
Maicon Cleiton da Natividade	10	3ª série ensino básico
Patrícia do Espírito Santo Mendes	10	4ª série ensino básico
Lucas Claudiano José da Silva	10	4ª série ensino básico
Elivaldo de Paula Batista	11	4ª série ensino básico
Ribamar do Espírito Santo Mendes	12	4ª série ensino básico
Vânia de Paula Batista	14	4ª série ensino básico
Taimires Aparecida de Freitas	11	5ª série ensino fundamental
Deivid Borges de Abreu	12	5ª série ensino fundamental
Geovane de Paula Batista	15	5ª série ensino fundamental
Ana Cristina de Freitas Pedro	12	6ª série ensino fundamental
Indianária do Espírito Santo Mendes	13	6ª série ensino fundamental
Eduardo dos Santos Constantino	13	6ª série ensino fundamental
Vanessa de Freitas	14	6ª série ensino fundamental
Flávio de Freitas Pedro	14	6ª série ensino fundamental
Ana Cristina de Freitas	16	6ª série ensino fundamental
Érika Aparecida Chaves	15	8ª série ensino fundamental

Fonte: DRP, agosto de 2004.

Quanto à escolaridade de jovens e adultos, de acordo com dados obtidos durante a realização do DRP, constatou-se que a maioria dos reassentados(as) em fase adulta completou somente o ensino básico, correspondendo a 72,1%, como pode ser observado na Tabela 14. Verificou-se ainda que 11,63% nunca freqüentaram a escola. Entretanto, 55,8%

demonstraram interesse em estudar ou voltar a estudar. Tais resultados justificam a necessidade da implantação de cursos de alfabetização e de educação de jovens e adultos no reassentamento, com horários adequados à rotina de trabalho dos agricultores(as).

TABELA 14. ESCOLARIDADE DOS ADULTOS DO REASSENTAMENTO

Ensino	Série	Homens	Mulheres	Total	%	Idade Atual (média)
Nunca foi à escola	-	04	01	05	11,63	54
Básico	1 ^a .	02	01	03	6,96	53
	2 ^a .	-	03	03	6,96	53
	3 ^a .	05	06	11	25,58	53
	4 ^a .	03	06	09	20,93	34
Fundamental	5 ^a .	05	03	08	18,60	23
	6 ^a .	-	-	-	-	-
	7 ^a .	-	-	-	-	-
	8 ^a .	01	02	03	6,96	24
Médio	3 ^o .	01	-	01	2,38	22
Total		21	22	43	100	

Fonte: DRP, agosto de 2004.

6.1.4. Saúde

Para utilização de serviços médicos as famílias recorrem ao atendimento no Posto de Saúde em Mariana. Os casos mais graves são encaminhados a Belo Horizonte.

O tratamento odontológico infantil é oferecido em campanhas de prevenção à carie em algumas escolas. Algumas crianças são levadas ao dentista para tratamento preventivo, tanto no Posto de Saúde, quanto no STR, ambos em Mariana. Quanto aos adultos, somente em casos extremos freqüentam o consultório odontológico, não sendo registrado nenhum caso de tratamento preventivo.

As principais reclamações referentes à saúde são de doenças classificadas como doenças cardiovasculares (coração, pressão alta, angina, colesterol), diabetes, doenças alérgicas e verminoses, principalmente em crianças. No entanto, o câncer foi destacado, sendo considerado de maior gravidade.

Como a água do reassentamento provém de nascentes, seus futuros moradores acreditam que seja propícia ao consumo. A água que deveria ser tão somente fonte de saúde, paradoxalmente pode tornar-se fonte de doenças em virtude dos diversos agentes nocivos que vem veiculando. Esses agentes nocivos podem ser de natureza biológica (bactérias, parasitos), física (dejetos, partículas em suspensão) e química (metais, toxinas,

radiação). A consequência é o acometimento das pessoas por diversas patologias, que podem até mesmo levar ao óbito. Alguns danos à saúde que podem ocorrer são: enteroparasitoses, febre tifóide, disenteria bacilar, cólera, hepatite, esquistossomose, doenças dermatológicas, intoxicações por substâncias químicas.

Quando indagadas sobre o que fazem quando alguém adoece, as famílias disseram fazer uso de chás. Algumas utilizam o tratamento fitoterápico, indicado por uma terapeuta popular, moradora no reassentamento. Outras utilizam chás, cuja indicação provém do conhecimento popular. A consulta ao médico foi citada por poucos, sendo procurada somente quando os chás não alcançaram o efeito desejado ou quando necessitam do uso de tratamento oftálmico, por exemplo.

Nota-se a seriedade e o nível de consciência em relação ao tratamento fitoterápico através do grande cuidado com a indicação da planta adequada à cura das doenças de cada pessoa em particular. Também nota-se o respeito ao tratamento químico, percebendo que existe interação entre as ervas e os “remédios químicos”, relatando que necessitam maiores cuidados na recomendação dos chás quando o paciente já faz uso de algum medicamento. As ervas são receitas, de acordo com os sintomas do paciente, a partir do conhecimento tradicional. Há também o uso do teste Biodigital, que determina a doença e os cuidados a serem tomados no tratamento.

Na maioria dos casos, as mulheres é que são consultadas para o tratamento fitoterápico. Esse conhecimento é transmitido oralmente, adquirido por meio da observação dos mais velhos (pai, mãe, avô e avó) ou por meio de cursos e livros. As formas de preparo e os órgãos vegetais mais utilizados são os chás (infusão) e as folhas, respectivamente. É comum também o preparo de xaropes, tinturas e pomadas. As plantas de uso medicinal são coletadas durante todo o ano, observando-se, no momento da coleta, se estão saudáveis e viçosas, tomando-se o cuidado de não causar a morte da planta.

Atualmente uma das famílias possui uma horta para o cultivo de plantas medicinais, fora do reassentamento, e um espaço para sua manipulação, cujos produtos são utilizados por grande número de moradores. A mudança para o reassentamento impossibilitará o uso desse espaço. Além disso, como já previa Rodrigues (2000), “o enchimento do lago impossibilitará o acesso a determinadas áreas de coleta e mudará o ambiente em outras, pelo desvio do curso d’água do rio Gualaxo do Sul. Esta mudança se dará principalmente com as espécies que ocorrem próximas ao rio, dependentes de umidade elevada. Todas estas mudanças irão limitar, consideravelmente, a diversidade de plantas medicinais disponíveis, prejudicando, em curto prazo, o sistema terapêutico local” (Idem, 2002:158).

6.1.5. Transporte

O reassentamento localiza-se a 04 Km de Miguel Rodrigues, 15 Km do município de Diogo de Vasconcelos e 31 Km do município de Mariana. A estrada de acesso a Mariana corresponde a 09 Km de rodovia pavimentada e 22 Km de estrada não pavimentada. Na opinião das famílias, a estrada de acesso ao reassentamento é perigosa, pois possui muitas curvas e não há proteção em vários trechos que contornam o lago da PCH Fumaça. A cerca de arame liso, com quatro fios, construída no entorno do lago, está causando incidentes, pois os fios, em sua maioria, encontram-se soltos, sendo atravessados na estrada. Os principais meios de locomoção das famílias são as caronas, o transporte animal e, na maioria das vezes, as caminhadas à pé.

6.2. Atores Sociais Presentes no Âmbito do Reassentamento

Os atores sociais presentes no âmbito do reassentamento foram identificados em reunião coletiva com a presença de aproximadamente 19 pessoas, entre homens, mulheres e crianças, por meio da realização da técnica denominada “Diagrama de Venn” ou “Jogo das Bolas”. Essa técnica consiste, em primeiro lugar, na listagem dos atores sociais indicados pelas famílias como aqueles que se mostraram mais relevantes para suas vidas. Em segundo lugar, a equipe de técnicos sugere, como referência para os participantes, uma bola. Essa bola simboliza a Associação do reassentamento (AIRCA). Em seguida, são considerados dois aspectos para cada um dos atores sociais listados anteriormente pelos participantes:

1. A importância do ator social simbolizada (visualizada) pelo tamanho da bola, comparativamente com a bola de referência (AIRCA), ou seja, quanto maior a importância da instituição, maior será a representação de sua bola;
2. A atuação do ator social simbolizada (visualizada) pela sua distância em relação à bola de referência (AIRCA), ou seja, quanto mais próxima ou dentro da bola da Associação, maior a atuação daquele ator social.

Em primeiro lugar, foi discutido com a comunidade a respeito da organização que a representa formalmente: Associação Intermunicipal do Reassentamento Coletivo dos Atingidos da UHE Fumaça (AIRCA). A AIRCA foi fundada no dia 13 de outubro de 2003,

e registrada no dia 20 de agosto de 2004, em Mariana. Um dos objetivos de constituição da AIRCA, segundo seus associados, “foi o jeito legal de empregar o técnico”, responsável pela assistência técnica junto às famílias do reassentamento.

Dando continuidade à técnica, os presentes listaram, espontaneamente, os atores sociais, tendo como referência a organização da comunidade representada pela “bola” da AIRCA, na seguinte ordem:

1. Igreja Católica;
2. MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens;
3. CPT: Comissão Pastoral da Terra;
4. COPAM: Conselho de Política Ambiental/Mediação (Yara Landre Marques);
5. STR's: Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Diogo de Vasconcelos Mariana;
6. EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural;
7. FEAM: Fundação Estadual do Meio Ambiente;
8. ALCAN: Alumínio do Brasil Ltda;
9. Secretarias de Assistência Social de Diogo de Vasconcelos e Mariana;
10. UFOP: Universidade Federal de Ouro Preto;
11. Polícia Militar de Minas Gerais;
12. MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Embora tenham sido listadas doze entidades, todas consideradas importantes para serem avaliadas, na opinião dos presentes, uma segunda lista foi feita pelos mesmos, priorizando cinco entidades, consideradas mais envolvidas no cotidiano das famílias. Assim, a nova lista foi composta pelas seguintes entidades:

1. Igreja Católica;
2. MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens;
3. STR's: Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Diogo de Vasconcelos Mariana;
4. CPT: Comissão Pastoral da Terra;
5. ALCAN: Alumínio do Brasil Ltda.

6.2.1. Avaliação institucional realizada pelas famílias

1. Igreja Católica

Em um primeiro momento, a representação gráfica da Igreja foi menor que a do reassentamento, porque, segundo alguns, “os padres de nossa comunidade não fazem nada. E este tamanho de bola é pra incluir o Padre João e o Padre Claret. Os padres poderiam falar das barragens no sermão, mas não falam. D. Luciano, pela força que ele tem, ele poderia nos ajudar. A instituição deixa a desejar porque são poucas pessoas na Igreja que estão do lado dos pobres”.

Todavia, algumas pessoas não concordaram, representando a bola do mesmo tamanho do reassentamento, “porque a Igreja não é os padres. Porque todos nós somos Igreja. É preciso buscar a força em Deus pela força da oração”.

Como a religião católica predomina no reassentamento, na votação, prevaleceu a segunda opinião, ou seja, “a bola da igreja deve ser igual a do reassentamento”.

Quanto à atuação, em princípio havia um consenso de que a atuação da Igreja no reassentamento era pequena: “(...) são poucas pessoas que ajudam. O pároco da comunidade nunca esteve neste reassentamento”. Porém, esta opinião foi colocada em dúvida por algumas pessoas, ao lembrarem das ocupações que a comunidade realizou: “(...) quando teve as ocupação, a igreja deu alimentação. A igreja de Diogo de Vasconcelos deu colchões. Padre Paulino nos chamou na rádio pra falar das barragens e do reassentamento”. Assim, concluíram que há atuação da Igreja no reassentamento, mas que esta poderia ser maior.

Em termos numéricos, os participantes consideraram 40% a atuação da Igreja no reassentamento: “tem padres que fazem alguma coisinha”. Esta entidade não atingiu 100%, na opinião da maioria, porque “a nossa igreja tem que crescer muito enquanto movimento social”.

2. Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

O debate sobre a importância do MAB para o reassentamento mobilizou muitas opiniões, representadas por dois tamanhos diferentes da bola deste movimento: “(...) a bola é maior que da AIRCA, pois tem muita quantidade de projetos de barragens no mundo. E o MAB vem crescendo dia a dia e congrega várias religiões, várias pessoas solidárias. O MAB é uma força muito grande. Ele integra a Igreja e integra a gente também. Se não existisse o MAB aqui, não existiria a AIRCA”.

Todavia, na visão de outras pessoas, “a bola da AIRCA é que deve ser maior. Foi a partir da Associação que nós conhecemos o MAB. Assim o MAB é secundário”.

Porém, a maioria não concordou, pois lembraram que “o MAB foi o início de tudo. Desde 96 que ele está aqui, embora nós organizamos somente em 2001. O nosso Movimento é muito maior que a Associação. O MAB é uma forma de organização e nós passamos a fazer parte desse grupo que existe desde muito tempo. A Associação, ela fica muito resumida aqui no reassentamento”.

Ao final da discussão concordaram que “o MAB é um Movimento mundial que trabalha com pessoas de várias religiões. Para o MAB não importa a religião”, justificando assim a bola do MAB maior que a bola da Associação.

Entretanto, quanto à atuação, as opiniões não se divergiram. A atuação do MAB no reassentamento, segundo o grupo, só não é completa pela falta de união e de organização da própria comunidade: “ele [MAB] não está cumprindo o papel dele 100% pela falta de consciência das próprias pessoas daqui. Na medida do possível, a atuação do MAB regional junto à Associação é muito boa. Só não é melhor porque nós não estamos sabendo aproveitar. Falta união e participação das pessoas envolvidas”.

Ainda, na opinião do grupo, “o MAB só está atuando 80% porque a própria comunidade não é participante. As próprias pessoas da comunidade não participam como devia”. Assim concluíram que “a assessoria do MAB atua 100%, mas como não há união e envolvimento da própria comunidade” esta atuação hoje é de aproximadamente, 80%.

3. Comissão Pastoral da Terra (CPT)

No debate sobre a importância da CPT para o reassentamento, a maioria concordou que o tamanho da bola deveria ser maior que a bola da Associação “porque a CPT já existia antes da Associação. Foi ela que fez a relação, o intercâmbio entre a Associação e o MAB. Ela organiza reuniões e começou a trabalhar com os atingidos antes mesmo da Associação. O trabalho de base aqui, os grupos de base, no início foi feito pela CPT e MAB”. Pelos depoimentos nota-se que a importância da CPT está relacionada com a organização do grupo.

Quanto à atuação, concordaram que a mesma tem sido satisfatória, pois “quase tudo que temos hoje agradecemos a CPT, aos agentes da CPT que estão sempre com a gente”. Porém esta atuação, em termos numéricos atingiu 90%. Segundo o grupo, a atuação não atingiu 100% “porque os outro 10% depende de nós. Porque tudo o que depende do

pessoal da CPT eles faz. Também a CPT não faz 100% até mesmo por falta de recurso e porque são poucos para o trabalho que tem que ser feito”.

4. Sindicato do Trabalhador Rural (STR)

A importância do Sindicato para as famílias está vinculada, principalmente, a questões como aposentadoria e causas trabalhistas. Porém, na opinião de alguns, “o Sindicato é uma entidade responsável por defender os direitos dos trabalhadores rurais”. Não há envolvimento com a entidade, embora quase a totalidade das famílias seja sindicalizada. Concordaram, sem grandes discussões, que a representação gráfica do Sindicato deveria ser “(...) maior que a do reassentamento, porque o Sindicato é importante na vida do trabalhador e quem faz o Sindicato somos nós, os trabalhadores rurais”.

No que diz respeito à atuação, segundo o grupo, esta ainda não se efetivou. Concordaram que o Sindicato também não é atuante nem na região, porque “quando o Sindicato atua na região, ele deve estar apoiando todos os trabalhadores, os atingidos. Aqui o Sindicato é pelego. Não deu apoio aos atingidos daqui. Não deu força nenhuma pra nós”.

5. Alumínio do Brasil Ltda (ALCAN)

Concordaram, logo de início, que a representação gráfica da ALCAN deveria ser menor que a bola do reassentamento, ou seja, a empresa é menos importante que a Associação dos atingidos. Entretanto, algumas famílias demonstraram ter informações sobre a importância da empresa: “(...) gera empregos, produtos e contribuiu na recuperação de algumas igrejas e hospitais [na região]. Sabemos que os empregos não são muitos, porque a tecnologia tira muito emprego”. Mas, na opinião de alguns participantes, “(...) ela é uma empresa canadense, que veio foi tirar nosso trabalho aqui. Quantos sem terra estão por aí? Quantos pais de família ficaram sem emprego, em Candonga mesmo? Ela pode gerar emprego pro pessoal da cidade, mas ela acaba com nós aqui [no meio rural]. Aqui pra nós o que ela pôde trazer de tormento ela trouxe. Depois da barragem o grupo escolar ficou longe, as estradas perigosas e a ponte muito alta. Com a chuva, uma estrada caiu e as crianças que utilizavam esta estrada foram transferidas para outra escola. Aumentou as distâncias com a construção de outras estradas e de outros caminhos. Ela [ALCAN] trouxe foi muito conflito para algumas cidades da Zona da Mata, porque tirou nossos vizinhos, nossos empregos, o lugar que nós nascemos, o lugar de nós plantar”. Entretanto, segundo alguns moradores, “(...) foi a partir da chegada da ALCAN que a gente conheceu outras

peessoas, outros lugares, nos organizamos e melhoramos nossa vida sim. É claro que nós levava nossa vidinha lá. Mas era uns batendo pasto, outros cuidando das vacas...”.

Quanto à atuação, concordaram que a mesma tem sido falha, pois “ela [ALCAN] não cumpriu com o papel dela, que é cumprir todas as condicionantes antes de encher o lago. Nem todas as famílias atingidas estão no reassentamento da Guaiana. Ela não está assumindo os compromissos legais. Não é porque aqui está cheio de caminhão que ela está atuando. O que ela está fazendo aqui [reassentamento] não é mais do que responsabilidade dela”.

O resultado da técnica denominada “Diagrama de Venn (Jogo das Bolas)” encontra-se representado na Figura 2, a seguir:

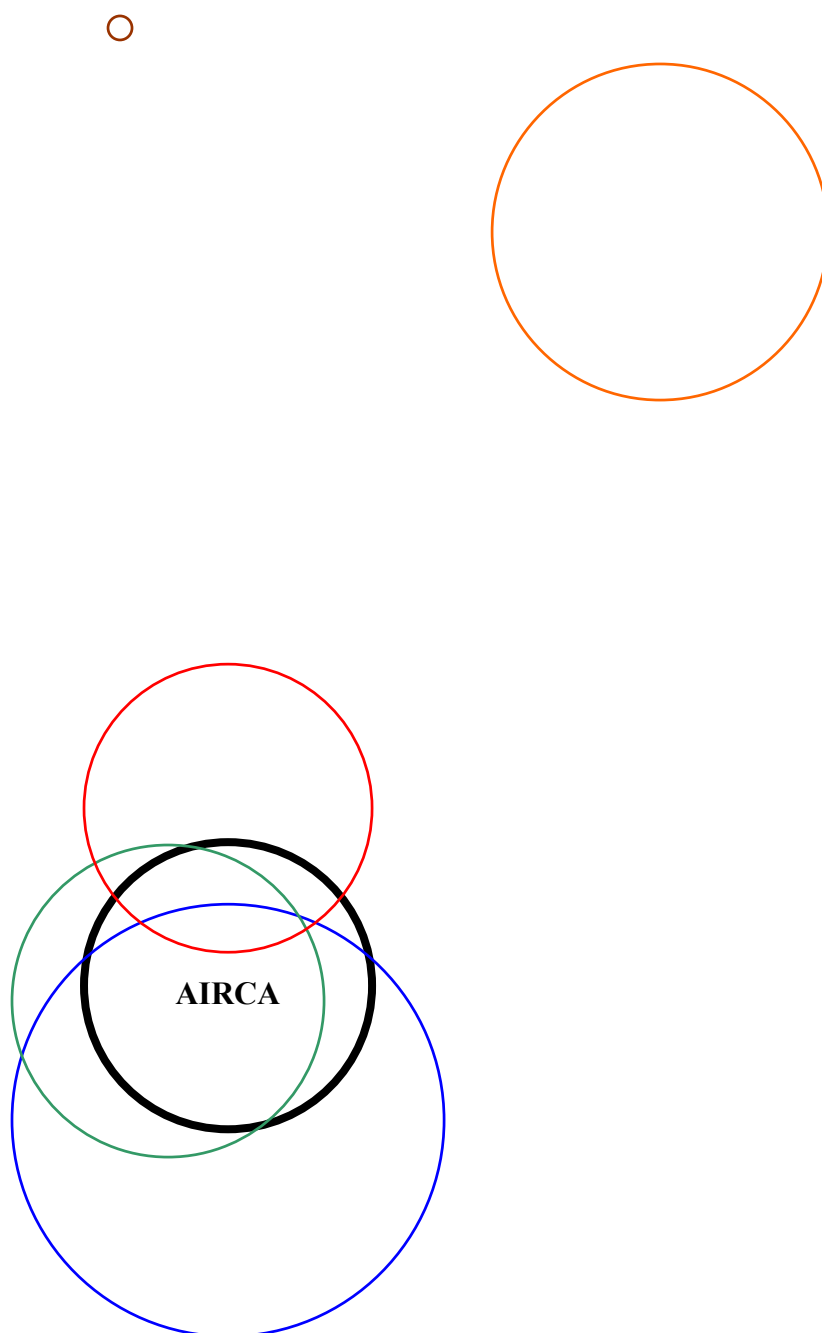


FIGURA 02. DIAGRAMA DE VENN (“JOGO DAS BOLAS”) DO REASSENTAMENTO

6.3. Sistema de Produção

O reassentamento está em fase inicial de organização de seu sistema produtivo, pois obras como moradias e edificações de apoio, não foram concluídas. Conseqüentemente, as famílias não ocuparam suas respectivas glebas. Mesmo assim, a maioria já iniciou o cultivo. As formas de exploração de seus recursos produtivos, terra e força de trabalho, refletem as experiências de trabalho anterior destas famílias. Nesta fase de organização de seu espaço produtivo, estão produzindo alimentos para subsistência da família, principalmente arroz, feijão e milho. Depois de colhido e seco, o feijão é “batido” (limpo), sobre jiraus, construídos com peças de madeira roliças justapostas, formando uma “mesa”, assentados sobre quatro pontaletes enfiados no chão (Foto 07). Na área do reassentamento, capins como braquiária (*Brachiaria decumbens*), gordura (*Melinis minutiflora*) e colonião (*Panicum maximum* L.), compõe as pastagens.

Obtivemos a descrição detalhada da cadeia de produção de cada produto, por meio da técnica denominada “Entra e Sai”, sistematizada na Tabela 15. A maneira participativa como foi conduzida a discussão é que possibilitou a riqueza das informações coletadas. Ao término da discussão, as famílias presentes refletiram, de forma coletiva, seu papel nas cadeias produtivas, analisando a atual dependência e a possível autonomia em relação aos canais de comercialização e aos fornecedores.

Através das técnicas denominadas “Entra e Sai” e “Calendário de Culturas”, foi possível, por meio da participação de 20 pessoas, sendo 10 homens, seis mulheres e quatro crianças, obter preços de alguns insumos e produtos. Estes preços, que se encontram sistematizados na Tabela 16, poderão subsidiar análises sobre custo de produção e de comercialização.

FOTO 07: Utilização de recursos locais na construção de jirau para limpeza do feijão. A palha do feijão vista ao fundo, será retornada à lavoura.

Foto de Cláudia d'Ávila.
Outubro de 2004.

TABELA 15. ENTRA E SAI

De onde vem	Entra	O que tem	Sai	Para onde vai
1. Força de trabalho das famílias e horas de trabalho de máquinas cedidas pela ALCAN; 2. Do CTA-ZM e das lojas de produtos agrícolas da região; 3. Reassentamento; 4. Lojas de produtos agrícolas da região.	1. Preparo do solo (roçar, limpar e arar); 2. Semente; 3. Força de trabalho; 4. Adubo.	Milho	Milho, fubá, canjica, farelo, farinha, angu, cuscuz, mingau, milho verde, broa e sementes.	Consumo familiar, alimentação animal e venda de excedente.
1. Força de trabalho das famílias e horas de trabalho de máquinas cedidas pela ALCAN; 2. Semente própria e comprada de vizinhos; 3. Reassentamento; 4. Lojas de produtos agrícolas da região.	1. Preparo do solo (roçar, limpar e arar); 2. Semente; 3. Força de trabalho; 4. Adubo.	Feijão	Feijão (feijoada, doce, tutu, feijão tropeiro), semente e palha.	Consumo familiar.
1. Força de trabalho das famílias e horas de trabalho de máquinas cedidas pela ALCAN; 2. Lojas de produtos agrícolas da região e vizinhos; 3. Reassentamento; 4. Lojas de produtos agrícolas da região.	1. Preparo do solo (roçar, limpar e arar); 2. Semente; 3. Força de trabalho; 4. Adubo.	Arroz	Arroz, bolo, doce, farelo (multimistura), semente (não sobrou nesta safra) e palha.	Consumo familiar, alimentação animal, doação e trocas na comunidade.
1. Força de trabalho das famílias e horas de trabalho de máquinas cedidas pela ALCAN; 2. Rama própria e doada por vizinhos; 3. Reassentamento.	1. Preparo do solo; 2. Maniva; 3. Força de trabalho.	Mandioca	Polvilho, farinha, mandioca, brevidade, biscoitos, vaca atolada, pão de queijo, maniva e folha para mistura (multimistura).	Consumo familiar, alimentação animal (ração) e venda de alguns produtos (brevidade, por exemplo).

1. Força de trabalho das famílias e horas de trabalho de máquinas cedidas pela ALCAN; 2. Semente própria e comprada de vizinhos; 3. Reassentamento; 4. Lojas de produtos agrícolas da região.	1. Preparo do solo (roçar, limpar e arar); 2. Semente; 3. Força de trabalho; 4. Adubo.	Amendoim	Amendoim, semente, farinha, doce e paçoca.	Consumo familiar e venda de excedente.
1. Próprio; 2. Vizinhos; 3. Reassentamento.	1. Solo de melhor qualidade; 2. Muda; 3. Força de trabalho familiar.	Batata-doce e Inhame	Batata doce e inhame (cozidos ou fritos) e doce de batata doce	Consumo familiar, alimentação animal e venda do excedente.
1. Própria; 2. Compradas na região ou produzidas em casa; 3. Força de trabalho familiar; 4. Lojas da região.	1. Terra (no entorno das casas); 2. Muda; 3. Força de trabalho; 4. Ferramentas.	Pomar	Frutas (doces, sucos, saladas, consumo <i>in natura</i> e remédios).	Consumo familiar, alimentação animal e venda do excedente.
1. Reassentamento 2. Casas agrícolas e produção própria; 3. Reassentamento.	1. Mudas; 2. Sementes; 3. Bambu.	Horta	Couve, alho, alface, cenoura, cebola, beterraba, repolho, plantas medicinais, etc.	Consumo familiar, alimentação animal e venda do excedente.
1. Força de trabalho das famílias e horas de trabalho de máquinas cedidas pela ALCAN; 2. Própria e comprada de vizinhos; 3. Reassentamento; 4. Próprio.	1. Preparo do solo (roçar, limpar e arar); 2. Mudas; 3. Força de trabalho; 4. Adubo (orgânico).	Cana-de-açúcar e Capineira	Cana-de-açúcar, açúcar, doces, rapadura, garapa, melado, rapadura e bagaço, volumoso.	Consumo familiar (cana-de-açúcar e derivados) e alimentação animal (cana-de-açúcar e capineira).
1, 3, 6. Própria; 2. Madeira Própria; 4, 5. Produzida no reassentamento e de casas agrícolas da região; 6. Comprado de vizinhos.	1. Terra; 2. Chiqueiro (madeira ou alvenaria); 3. Força de trabalho; 4. Alimentação; 5. Remédios; 6. Matrizes.	Suínos	Carne, ingredientes de feijoadas, toucinho, chouriço, leitão, lingüiça e esterco.	Consumo familiar e venda de leitões.

1. Própria 2. Força de trabalho familiar 3. Produção própria 4. Troca e compra	1. Terra e galinheiro; 2. Força de trabalho; 3. Alimentação; 4. Matrizes.	Aves	Ovos, pintos, frangos, esterco.	Consumo familiar e venda do excedente.
1, 2, 5. Reassentamento 3. Construção a ser realizada pela ALCAN. 4. Reassentamento e casa de produtos agrícolas da região. 6. Requisitadas à ALCAN 7. Casa de produtos agrícolas.	1. Pasto; 2. Terra; 3. Curral; 4. Alimentação (sal mineral, concentrado e volumoso); 5. Força de trabalho; 6. Máquinas para triturar alimentos; 7. Medicamentos.	Gado leiteiro	Leite, queijo, carne, manteiga, doce, requeijão, esterco e bezerro.	Consumo familiar, venda, doação ou troca de alguns produtos.
1, 2, 5. Reassentamento 3. Construção a ser realizada pela ALCAN. 4. Reassentamento e casa de produtos agrícolas da região. 6. Requisitadas à ALCAN 7. Casa de produtos agrícolas.	1. Pasto; 2. Terra; 3. Curral; 4. Alimentação (sal mineral, concentrado e volumoso); 5. Força de trabalho; 6. Máquinas para triturar alimentos; 7. Medicamentos.	Animais (cavalo, mula, égua)	Serviço, esterco e crias.	Trabalho no reassentamento.

Fonte: DRP, agosto de 2004.

Obs.: Segundo os agricultores presentes, culturas como batata-doce, maxixe, quiabo, melancia, abóbora, pepino e outras são cultivadas em consórcio com o milho e o feijão.

TABELA 16. RELAÇÃO DE INSUMOS E PRODUTOS E SEUS RESPECTIVOS PREÇOS

Insumos	Unidade	Preços (R\$)
Semente híbrida (milho)	Saca (20kg)	75,00
Sal mineral	Saco (30kg)	33,00
Sal comum	Saco (25kg)	8,00
Ivomec	Unidade de 50ml	18,00
Mata bicheira (Lepecide)	Unidade (400ml)	5,50
Semente híbrida (arroz)	Saca (20Kg)	102,00
Tela /chiqueiro (fio nº. 16)	1,00 x 1,50 m	6,00
Tela/galinheiro (fio nº. 22)	1,00 x 1,50 m	3,00
Arame farpado	Rolo de 400m	118,00
Arame liso (nº. 20)	Kg	9,50
Terramicina	50ml	10,50
Formicida isca (Pica-pau)	Kg	4,00
Ração/ pinto	Saco (40kg)	38,00
Telha brasilite	2,42 x 0,50m	7,00
Produtos		
Ovos	Dúzia	1,50 a 2,50
Vaca de leite	Cabeça	500,00 a 1.200,00
Boi	Arroba (@)	50,00
Suíno	Arroba (@)	60,00
Frango	Kg	2,50 a 3,00
Mel	Litro	8,00

Fonte: DRP, agosto de 2004.

Com relação ao sistema de produção, podemos caracterizar as famílias do reassentamento como camponesas pela exploração minifundiária e pelo conjunto de técnicas tradicionais utilizadas na produção. De acordo com a categoria trabalho, a família camponesa é dedicada à terra com a qual está habitualmente ligada, cultivando-a para se alimentar, produzindo alimentos variados com valor de uso e de troca, ou seja, para o consumo direto da família ou para troca. A maior parte da produção, entretanto, destina-se ao sustento familiar e não ao mercado. Neste sentido, a família administra os meios de produção, sendo os excedentes trocados entre grupos, entre pessoas ou ainda vendidos. Portanto, nas sociedades camponesas o trabalho adquire um sentido não-econômico, tornando-se uma atividade prática e utilitária diante da natureza.

6.4. Organização do Trabalho

A organização do trabalho no reassentamento é caracterizada pelo trabalho familiar, em que homens, mulheres e crianças são responsáveis pelas atividades na unidade de produção. Comumente as mulheres são consideradas responsáveis pelas atividades

domésticas/trabalho doméstico. No universo rural brasileiro há diferença no trabalho por sexo, bem definida e complementar. O trabalho doméstico se define pelas tarefas propriamente domésticas, realizadas dentro do espaço físico da moradia e no entorno, como o cuidado com pequenos animais, horta e canteiros de ervas medicinais.

A diferença de funções entre os sexos, onde a produção/roça é um espaço preferencialmente masculino e consumo/moradia é o espaço preferencialmente feminino, na realidade atual do espaço camponês brasileiro, está em reconfiguração constante. Dependendo do ciclo de vida doméstico, das condições de segurança alimentar, homens e mulheres podem experimentar ocupações que historicamente eram designadas ao outro sexo. No reassentamento, a maioria das mulheres realiza serviços de plantio, capina, colheita dentre outros.

Além do trabalho organizado em família, há manifestação de trabalho organizado em pequenos grupos de parentesco e de vizinhança, que trocam dias de trabalho na lavoura e em outras atividades.

A força de trabalho efetiva no reassentamento é constituída por jovens, mulheres e homens na faixa etária entre 16 e 80 anos, totalizando 43 pessoas, como pode ser visto na Tabela 17.

TABELA 17. FORÇA DE TRABALHO NO REASSENTAMENTO

Indivíduos	Faixa etária (anos)	Número
Jovens	Entre 16 e 20	06
Mulheres	Entre 21 e 79	19
Homens	Entre 22 e 80	18
Total		43

Fonte: Diagnóstico, agosto de 2004.

Considerando a força de trabalho efetiva e a prática da troca de dias, comum entre a maioria das famílias reassentadas, pode-se dizer que não há necessidade de contratação de força de trabalho externa para as tarefas diárias relacionadas com a agricultura e pecuária. A contratação externa se fará necessária em casos relacionados a profissionais com formação específica.

Através da técnica denominada “Calendário de Produção”, obtivemos junto às famílias do reassentamento as atividades desenvolvidas ao longo do ano agrícola de 2003, para as principais culturas, a saber, milho, arroz e feijão. Por meio do preenchimento do calendário, foi possível visualizar as atividades demandadas pelas culturas de subsistência a partir do mês

de agosto de 2003, além de outros ‘serviços’ comuns ao trabalho diário com a terra. Observou-se que em todos os meses foram desenvolvidas diversas atividades. Neste caso, as principais atividades realizadas pelas famílias, em relação aos produtos cultivados, respectivamente, foram: roçar, aceirar, queimar, arar, sulcar, covar, plantar, capinar e colher. Participaram desta técnica 20 pessoas, sendo 10 homens, seis mulheres e quatro crianças. A síntese da técnica pode ser observada na Tabela 18.

TABELA 18. CALENDÁRIO DE PRODUÇÃO

Meses	Atividades			
	Milho	Feijão consorciado	Feijão solteiro	Arroz sequeiro
<i>Agosto</i>	Preparo do solo	Preparo do solo	-	Preparo do solo
<i>Setembro</i>	Preparo do solo	Preparo do solo	-	Preparo do solo
<i>Outubro</i>	Plantio	Plantio	-	Plantio
<i>Novembro</i>	1ª Capina	1ª Capina	-	1ª Capina
<i>Dezembro</i>	2ª Capina (revira)	Colheita	-	2ª Capina
<i>Janeiro</i>	-	Limpeza, secagem e armazenamento	Preparo do solo	-
<i>Fevereiro</i>	-	-	Preparo do solo	-
<i>Março</i>	-	-	Plantio	-
<i>Abril</i>	Colheita	-	1ª Capina	Colheita, limpeza e secagem
<i>Mai</i>	-	-	-	-
<i>Junho</i>	-	-	Colheita	-
<i>Julho</i>	-	-	Limpeza, secagem e armazenamento	-

Fonte: DRP, agosto de 2004.

6.5. Caracterização Sócio-Ambiental

Para a caracterização sócio-ambiental do reassentamento, uma das principais técnicas utilizadas foi a “Caminhada Transversal”, que consiste na realização de uma “caminhada” na área da antiga fazenda, com o propósito de observar a paisagem e conhecer melhor os agroecossistemas que se apresentam. Esta caminhada foi realizada por duas equipes, cujo ponto de partida foi a casa sede e os trajetos, as extremidades da área. Cada uma das equipes foi constituída por reassentados(as) e membros da equipe técnica.

De acordo com as observações e as informações obtidas pela equipe junto às famílias reassentadas, foi possível construir a caracterização sócio-ambiental do reassentamento da seguinte forma:

1) Recursos hídricos

Na área do reassentamento observa-se uma grande diversidade de situações, com várias nascentes, córregos e brejos. Porém, a vazão das nascentes e córregos é desconhecida. Sabe-se que as nascentes são produto da infiltração da água das chuvas no solo e que a vegetação, principalmente da área de recarga, contribui com este evento. Um estudo da hidrologia do local está sendo realizada por profissionais.

A água é um recurso natural escasso. Nesse sentido, o consumo desordenado e indevido pode comprometer tanto sua quantidade quanto sua qualidade. É necessário um trabalho intensivo de conscientização das famílias a respeito do uso da água para abastecimento doméstico e da produção agropecuária, evitando a poluição decorrente da carreação de sedimentos, emissão de efluentes tóxicos, fertilizantes etc.

A qualidade da água está também diretamente relacionada com o problema de poluição pelo escoamento do esgoto doméstico e das criações de animais que serão gerados pelas futuras instalações do reassentamento. Este tipo de poluição é muito comum e preocupante. Há necessidade de se buscar soluções para evitar esse tipo de problema, como, por exemplo, adequar as construções, em termos de localização e de instalações hidráulicas, de modo a impedir a emissão de qualquer fonte poluidora aos recursos hídricos.

2) Solos

De acordo com observações de campo, no relevo ondulado a forte ondulado, observa-se forte ravinamento, com solos predominantes de Latossolos a Cambissolos. Os Latossolos são classificados como 3(a)b, apresentando “terras com aptidão restrita para lavouras de ciclo curto e/ou longo para o nível de manejo A, regular para o nível de manejo B e inaptas para o nível C”. Os Cambissolos, sendo presentes em locais onde a declividade é muito elevada, são considerados como pertencentes à classe 5S, apresentando “terras com aptidão boa para a silvicultura”. No entanto, Cambissolos de terços inferiores de encosta, com declividades suaves, são classificados como 2(a)bc, apresentando “terras com aptidão restrita para lavouras de ciclo curto e/ou longo no nível de manejo A e regular nos níveis de manejo B e C”, tendo como forte limitação a distrofia e acidez elevadas (Ramalho Filho e Beek, 1995).

Os solos do reassentamento se caracterizam por apresentarem terras cultiváveis e com maior teor de matéria orgânica nas margens de córregos, fato que se repete em grande parte da Zona da Mata Mineira. Entretanto, segundo a legislação ambiental, áreas compreendidas a 30 metros de ambos os lados dos córregos e brejos, não podem ser cultivadas.

Desconsiderando essas áreas, a maior parte dos solos do reassentamento é de baixa fertilidade natural. Nas áreas com declividade mais acentuada o solo está mais susceptível ao processo de erosão. Por este motivo, reforça-se a importância de um Plano de Manejo e de um Plano Florestal.

Durante a “Caminhada Transversal” foi possível observar que algumas áreas já apresentam processo de erosão provocado por práticas de manejo inadequadas. São poucos os solos destinados para culturas e estes encontram-se distribuídos de maneira irregular na extensão de toda a área do reassentamento, comprovando a necessidade de um Plano Integrado de Manejo dessas áreas.

Antes da desapropriação da área do reassentamento, muitos trechos de encostas foram desmatados para implantação de pastagens. Por este motivo, pôde-se observar alguns pontos degradados, variando de erosões laminares até a formação de ravinas.

Quanto à erosão, é pertinente destacar que este problema pode se intensificar, se o manejo das áreas de pastagem não for bem conduzido e tecnicamente orientado. Nunca é demais lembrar que o sobrepastejo após desmatamento foi uma das principais causas da degradação de grandes extensões de terras da Bacia do Rio Doce.

3) Flora e Fauna

A região onde encontra inserido o reassentamento, de acordo com Lima (2003), representa um ecótono da Mata Atlântica e do Cerrado. A vegetação da área pode ser dividida em basicamente três tipos, de acordo com o estágio de regeneração, definidas pela Resolução do CONAMA 026 de 07 de setembro de 1994:

- Tipo I: mata secundária em estágio médio de regeneração;
- Tipo II: mata secundária em estágio intermediário de regeneração, com baixo rendimento lenhoso;
- Tipo III: estágio inicial de regeneração sem rendimento lenhoso.

A flora observada na área do reassentamento apresenta trechos bem diferenciados, marcados principalmente pela intervenção antrópica. As queimadas, utilizadas anteriormente, contribuíram sobremaneira com o estado atual desse ambiente. A diferenciação dos tipos de solo e relevo, dentre outros fatores, também auxilia nessa diferenciação.

Segundo as famílias, há dois anos ocorreu uma grande queimada em um trecho da área. Atualmente essa área se encontra em processo de recuperação, com abundância de algumas espécies de potencial apícola como candeia (*Vanillosmopsis erythropappa* (DC.) Sch. Bip.), assa-peixe (*Vernonia polyanthes*) e alecrim (*Rosmarinus officinalis*). A macela-do-

campo (*Achyrocline satureoides*), espécie de uso doméstico e artesanal, encontra-se em estágio de propagação, além de espécies medicinais, indicadas por alguns reassentados(as). Deve-se prever a revegetação, com espécies autóctones, das Áreas de Preservação Permanente que tenham sido antropizadas, de forma a recompor, da melhor forma possível a fitofisionomia original.

Os valores relativamente baixos de dominância observados para cada tipo de espécie indicam a ocorrência de uma cobertura vegetal jovem distribuída principalmente em algumas áreas acidentadas. Algumas espécies encontradas na área do reassentamento podem ser observadas na Tabela 19.

TABELA 19. ALGUMAS ESPÉCIES ENCONTRADAS NA AREA DO REASSENTAMENTO

Nome comum	Nome científico
Acá	<i>Pachystroma longifolium</i>
Açoita cavalo	<i>Luehea grandiflora</i>
Angico	<i>Piptadenia sp.</i>
Araticum-do-mato	<i>Rollinia laurifolia</i> Schltl.
Aroeira	<i>Schinopsis brasiliensis</i>
Braúna	<i>Swartzia ablata</i>
Café do mato	<i>Caesaria silvestris</i>
Candeia	<i>Gochnatia polymorpha</i>
Canela	<i>Ocotea spp</i>
Embaúba	<i>Cecropia sp</i>
Espinheira santa	<i>Pachystroma longifolium</i>
Gameleira	<i>Ficus sp</i>
Garapa	<i>Apuleia leiocarpa</i>
Goiabeira	<i>Psidium guajava</i>
Ingá	<i>Inga vera</i>
Ipê	<i>Tabebuia spp</i>
Jacarandá	<i>Jacaranda sp</i>
Jamelão	<i>Eugenia jambolana</i>
Munjolo (jacaré)	<i>Piptadenia gonoacantha</i>
Paina	<i>Malouetia cestroides</i>
Papagaio	<i>Aegiphilla klotschiana</i>
Peroba	<i>Aspidosperma spp</i>
Pindaíba	<i>Guatteria nigrescens</i>
Vinhático	<i>Platymenia reticulata</i> Benth.

Fonte: DRP, agosto (2004).

A área do reassentamento faz parte de um bioma que foi alvo de uma ocupação intensa e desordenada, como aconteceu na maioria do território brasileiro. Ao longo dos anos pouca importância foi dada ao meio ambiente. Grandes extensões foram alvo de projetos que

visavam a expansão das fronteiras agrícolas, sem a preocupação com os impactos ambientais decorrentes.

A fauna também foi extremamente abalada, tanto em função da perda do *habitat* natural das espécies, quanto pela caça predatória. A presença do lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*) no entorno da casa sede demonstra a forte pressão sobre esta espécie. Sendo comum no cerrado brasileiro, que vem sofrendo fortes alterações em sua paisagem pela ação da agricultura, o lobo-guará busca refúgio no bioma de transição da Mata Atlântica para Cerrado.

Outras espécies existentes na área foram relatadas pelas famílias, tais como, sauim/mico (*Callithrix geoffroyi*), teiú (*Tupinambis teguixim*), paca (*Agouti paca*), preá (*Cavia* sp.), jaguatirica (*Pantera [Jaguaris] pardalis*), quati (*Nasua nasua*), cachorro-do-mato (*Dusicyon thous*), gambá (*Didelphis albiventres*), tatu-peba (*Euphractus sexcinctus*), tatu-galinha (*Dasypus* sp.), irara (*Eira barbara*), veado-catingueiro (*Mazama gouazoupira*), cascavel (*Crotalus durissus*), jararacuçu (*Bothrops jararacussu*), jararaca (*Bothrops* sp.), coral-verdadeira (*Micrurus* sp.), falsa-coral (*Colubridae*), caninana (*Spilotes pullatus*), gavião-caburé (*Micrastur ruficollis*), canário-do-mato (*Basileuterus flaveolus*), jacu (*Penelope* spp.), rola (*Columbina talpacoti*), inhambu-guaçu (*Crypturellus obsoletus*), melro (*Gnorimopsar chopi*), azulão (*Passerina brissonii*), tuim (*Forpus xanthopterygius*), bem-te-vi (*Pitangus sulphuratus*), beija-flor-de-orelha-violeta (*Chlorostilbon aureoventris*), joão-de-barro (*Furnarius rufus*).

6.6. Análise Comparativa das Potencialidades e Limitações

Para analisar as condições satisfatórias de sustentabilidade do reassentamento, tomamos como referência oito fatores condicionantes das potencialidades e limitações, quais sejam: infra-estrutura social; sistema de produção; mercado; meio ambiente; organização; assistência técnica; complexo institucional; educação. É importante considerar a conjugação desses fatores e não apenas um isoladamente. A classificação em diferentes categorias tem por objetivo orientar o processo de intervenção dos agentes externos, tais como Prefeituras, ONG's e outros. Tal classificação tem como pressuposto básico o fato de que o reassentamento parte de pontos diferenciados de condições ambientais, sociais e econômicas. Portanto, com base nessa classificação, as famílias poderão tomar decisões estratégicas, definir metas, recursos e prazos, orientando melhor as ações para que o reassentamento atinja

as condições ideais de sustentabilidade. A análise referente aos oito fatores condicionantes das limitações e potencialidades do reassentamento pode ser observada na Tabela 20.

O volume de investimentos e/ou tempo necessários para atingir a sustentabilidade no reassentamento dependerá muito da organização das famílias reassentadas, principalmente no que diz respeito à associação, o que poderá ser atenuado observando-se as orientações constantes no presente Plano e no trabalho que será realizado com a assistência técnica.

TABELA 20. POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES DO REASSENTAMENTO

Fatores Condicionantes	Critérios	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Condições
1. Infra-estrutura Social	Escola	x		Após reforma, a casa sede poderá abrigar espaço de alfabetização de jovens e adultos.
	Posto de saúde	x		Após reforma, a casa sede poderá abrigar espaço destinado a atendimento médico.
	Estradas internas		x	Estradas foram planejadas de forma a proporcionar acessibilidade a todos as glebas. Porém, o traçado das mesmas coloca em risco a segurança dos usuários em vários trechos.
	Água (consumo humano)	x		Água, aparentemente, em quantidade.
	Energia elétrica	x		A casa sede possui eletrificação e as futuras moradias terão acesso à eletrificação.
	Moradias	x		Moradias em fase de construção.
	Saneamento básico	x		O projeto das moradias contempla a instalação de fossas sépticas.
2. Sistema de Produção	Água	x		Suficiente, considerando as pretensões apresentadas pelas famílias durante o diagnóstico.
	Solo e relevo		x	Baixa fertilidade natural dos solos, apresentando áreas acidentadas e onduladas.
	Construções e instalações	x		As benfeitorias existentes, após reformas, atenderão às necessidades das famílias.
	Técnica	x		Algumas pessoas possuem conhecimento no cultivo da terra, no manejo do gado, no artesanato.
	Força de trabalho	x		Suficiente para suprir as necessidades produtivas.
	Crédito financeiro		x	Ainda não foi buscado.
	Máquinas e equipamentos	x		Implementos de tração animal, arado, carro-de-boi, enxada, matraca.
3. Mercado	Meios de transporte		x	Não há transporte adequado para escoar a produção.
	Comercialização		x	Ainda não foi realizado nenhum contato de comercialização da produção.
	Mercado consumidor	x		O reassentamento encontra-se próximo a importantes centros de consumo.
	Fornecedores	x		Há, na região, centros fornecedores de insumos para a produção, embora não dependam, exclusivamente, desses fornecedores.
	Estradas externas		x	O traçado põe em risco a segurança dos usuários em alguns trechos e impossibilita o tráfego de caminhões, transporte coletivo e escolar no decorrer do ano.
	Marca e qualidade dos produtos		x	Não há.

Fatores Condicionantes	CrITÉRIOS	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Condições
4. Meio Ambiente	Água		x	Apesar da grande quantidade de nascentes, o volume da água varia durante o ano.
	Mata ciliar e reserva permanente		x	Há pouca ou nenhuma mata ciliar. As áreas de reserva permanente estão em processo de demarcação, mas ainda existem dúvidas em relação a sua manutenção.
	Fauna local	x		Presença de várias espécies da fauna local, descrita pelas famílias e observadas durante a Caminhada Transversal. Risco de caça na área.
	Plano de manejo		x	Inexistente.
5. Organização	Cooperativa		x	Inexistente.
	Associação	x		Em fase de amadurecimento.
	Participação		x	Não é efetiva.
	Grupos de ajuda mútua	x		Organização do trabalho a partir das relações de parentesco e de vicinalidade.
6. Assistência Técnica	Assistência técnica	x		Técnico em agropecuária contratado para sete anos de trabalho com o grupo.
	Projeto de assistência técnica		x	Inexistente.
7. Complexo Institucional	Instituições ambientais		x	Não há.
	Grupos mediadores	x		Yara Landre Marques, MAB, CPT.
	Convênios	x		Contratação de técnico agrícola.
	Parceria institucional	x		CPT.
8. Educação	Alfabetização		x	Não há, embora exista interesse.
	Experiências profissionais	x		Produção agropecuária, construção civil, artesanato e terapia popular.
	Cursos de capacitação profissional		x	Não há.
	Saber local	x		As famílias dominam o conhecimento técnico na produção, no manejo de animais, no artesanato, na terapia popular (plantas medicinais).

VII. PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO PELO MÉTODO “MAPP”

7.1. Problematização da Realidade do Reassentamento

Para iniciar o planejamento com as famílias do reassentamento utilizamos, em sequência, técnicas participativas com objetivo de problematizar sua realidade. Essas técnicas foram a “Matriz Realidade/Desejo”, seguida pela “Eleição de Prioridades”. O objetivo da realização da técnica denominada “Matriz Realidade/Desejo” é promover a discussão coletiva sobre os principais problemas da área social e da área de produção. Para cada problema apresentado pelas famílias, foi discutido, detalhadamente, suas causas, assim como suas conseqüências e indicados os respectivos desejos. Em seguida, foram discutidos e apresentados os caminhos possíveis para atingir os desejos, atribuindo responsabilidades para cada instituição e pessoas envolvidas no Plano de Desenvolvimento do Reassentamento. Os resultados obtidos com esta técnica encontram-se nas Tabelas 21 e 22.

A partir desses resultados foi realizada a “Eleição de Prioridades” com a finalidade de obter uma listagem, em ordem de prioridade para as famílias, dos problemas e desejos a serem resolvidos através da elaboração de projetos específicos. Os resultados obtidos estão apresentados nas Tabelas 23 e 24.

TABELA 21. MATRIZ REALIDADE/DESEJO DO REASSENTAMENTO - ÁREA SOCIAL

Problema	Caminho	Desejo
Ausência de telefone público no reassentamento	Realizar o levantamento do número de usuários do telefone público, na área do reassentamento e entorno, e encaminhar à mediação	Telefone público instalado na casa sede do reassentamento
Ausência de transporte coletivo na área do reassentamento	Cobrar do empreendedor a correção de alguns trechos da estrada, considerados perigosos; Solicitar da prefeitura de Diogo de Vasconcelos, o compromisso de manutenção das estradas de acesso ao reassentamento; Solicitar da empresa de Transporte Transcotta que o transporte coletivo seja ampliado até o reassentamento.	Correção dos trechos perigosos da estrada de acesso ao reassentamento; Garantia de manutenção periódica das estradas de acesso ao reassentamento; Transporte coletivo na área do reassentamento.
Interrupção do transporte escolar no período de chuvas	Solicitar da prefeitura de Diogo de Vasconcelos, o compromisso de manutenção das estradas de acesso ao reassentamento.	Garantia de manutenção periódica das estradas de acesso ao reassentamento; Transporte escolar, sem interrupção, durante todo o ano letivo.
Incerteza em relação à garantia do transporte escolar para crianças e adolescentes do reassentamento, a partir do ano letivo de 2005	Refazer a discussão com o empreendedor, via mediação; Solicitar o resultado do diálogo entre empreendedor e Prefeitura de Diogo de Vasconcelos.	Garantia da Prefeitura de Diogo de Vasconcelos, a respeito do transporte escolar, até no máximo, dezembro de 2004; Transporte escolar para crianças e adolescentes do reassentamento, a partir do ano letivo de 2005.
Ausência de espaços de usos coletivos	Reformar a casa sede, viabilizando espaços de uso para capela e memorial no primeiro andar, biblioteca, escritório e sala de manipulação de medicamentos fitoterápicos no segundo andar; Apresentar proposta de usos da casa sede em reunião com a mediação.	Utilização da casa sede, após reforma, como capela e memorial no primeiro andar, biblioteca, sala de manipulação e escritório no segundo andar.
Devido a restrições ambientais na área coletiva, não há espaço para construção do centro comunitário	Obter informações sobre a área necessária para construção do centro comunitário; Realizar acordo entre as famílias, com objetivo de disponibilizar outras áreas no reassentamento, para construção do centro comunitário.	Centro comunitário na área do reassentamento
Ausência de rede de distribuição de água	Levar a discussão para reunião com a mediação;	Distribuição de água, gratuitamente, para todas as

	Solicitar do empreendedor, em documento, o compromisso de viabilizar a distribuição gratuita de água a todas as famílias do reassentamento.	famílias do reassentamento.
Ausência de Posto de Saúde na área do reassentamento	Reformar a casa sede, viabilizando espaço de uso para atendimento médico no segundo andar; Instituir o Setor de Saúde no reassentamento; Levar a discussão para reunião com a mediação, solicitando a doação, junto ao empreendedor, de equipamentos básicos ao atendimento médico.	Estrutura física, no reassentamento, com equipamentos básicos ao atendimento médico; Atendimento médico, pelo menos uma vez por semana, na casa sede do reassentamento.
Dívida de R\$18.000,00 (dezoito mil reais) de três famílias do reassentamento junto ao empreendedor	Incluir o assunto “reforma da casa sede” na reunião com a mediadora.	Pagamento da dívida de R\$18.000,00 (dezoito mil reais), o mais rápido possível

Fonte: MAPP, 2004. Público presente: 16 pessoas (10 mulheres e 06 homens).

7.1.1. Problemas da Área Social na Argumentação das Famílias

1. Ausência de telefone comunitário

Atualmente não há nenhum meio de comunicação no reassentamento. O telefone público mais próximo se localiza a 04 km do reassentamento, no povoado de Miguel Rodrigues. De acordo com informações da comunidade, para que a TELEMAR instale um telefone público no reassentamento, é necessário apresentar à empresa um levantamento realizado na região, justificando que o aparelho irá atender, aproximadamente, 300 pessoas. Este levantamento já foi realizado por um vereador de Diogo de Vasconcelos, mas o resultado do mesmo não é conhecido. Porém, segundo o grupo, “o telefone pro reassentamento já foi conquistado e tá em ata de reunião no COPAM”. Mas, a reivindicação se refere a telefone público, instalado na sede da antiga fazenda Guaiana, e “não telefone celular rural como quer a ALCAN”.

2. Ausência de transporte coletivo

O transporte coletivo que atende às famílias sai de Miguel Rodrigues com destino à Mariana às 6:30 e às 13:00 horas. Após mudarem para o reassentamento, as distâncias serão aumentadas. Assim, quando precisarem utilizar o transporte coletivo, será necessário sair do reassentamento às 4:30 ou às 11:00 horas, pois a maioria das famílias realiza o trajeto à pé. No período de chuva as estradas ficam em péssimas condições de trânsito. Para o município de Diogo de Vasconcelos não tem transporte coletivo. O caminho sugerido pelas famílias é que o transporte coletivo, realizado atualmente de Miguel Rodrigues a Mariana, seja estendido até o reassentamento, “com um ponto” na sede da antiga fazenda Guaiana.

3. Ausência de transporte escolar

As crianças que cursam o ensino básico estudam em Miguel Rodrigues e, aquelas que cursam o ensino fundamental estudam em Barro Branco. O transporte escolar é realizado pelas prefeituras de Mariana e Diogo de Vasconcelos com recurso do governo federal, proveniente do FUNDEF. Entretanto, no período de chuvas o tráfego fica difícil devido à falta de manutenção periódica nas estradas. Assim, neste período é comum o trajeto até às escolas ser realizado à pé por crianças e adolescentes. Após a mudança das famílias para o reassentamento, até Diogo de Vasconcelos a distância é de aproximadamente 14 Km e até Barro Branco, 10 Km, inviabilizando que o trajeto seja realizado a pé até as escolas. De acordo com as famílias, as prefeituras têm responsabilidade em buscar as crianças no

reassentamento, porque “já foi feito um levantamento de quantas pessoas estudam e é muita criança mesmo. O problema é que nós não tem garantia que vai ter o transporte escolar aqui em 2005”.

Lembraram que o transporte escolar no reassentamento, a partir de 2005, já esteve na pauta de reunião com a mediação e o representante do empreendedor. Na época o empreendedor se comprometeu a buscar informações junto às prefeituras e repassa-las às famílias, via mediação. No entanto, até a presente data, não houve retorno a respeito destas informações.

De acordo com o grupo, será necessário incluir, novamente, o transporte escolar no reassentamento em 2005, na pauta de negociação com a mediação e o representante do empreendedor, cobrando data limite para resolução do problema, pois os pais ou os responsáveis pela educação das crianças precisam viabilizar algumas transferências.

4. Ausência de espaços de uso coletivo

Segundo as famílias, é necessário no reassentamento um espaço destinado a orações e celebrações, como uma capela. O grupo concluiu que o andar inferior da casa sede da antiga fazenda Guaiana poderá ser utilizado para esse fim, desde que sejam realizadas as reformas necessárias. Também é desejo das famílias presentes reservar no andar inferior um espaço destinado ao memorial.

Além da capela e do memorial no andar inferior, é desejo das famílias que a casa sede abrigue o escritório da Associação, sala de reuniões, sala de atendimento médico, de manipulação de medicamentos fitoterápicos e biblioteca, no andar superior.

Assim, o caminho apontado é a reforma da casa sede com objetivo de abrigar esses espaços. Porém, segundo o grupo, a reforma deve respeitar a arquitetura original. Nesse sentido, os moradores consideram imprescindível o acompanhamento da reforma por profissionais capacitados e escolhidos pelas famílias. Ainda, segundo o grupo, “com o uso da casa sede pelo coletivo fica mais fácil cuidar de tudo isso aqui”.

5. Ausência de rede de distribuição de água

O reassentamento se localiza em uma área aparentemente abundante em recursos hídricos, embora ainda não se conheça a vazão dos córregos e nascentes. Devido à topografia, o acesso à água, para algumas famílias será efetuado sob gravidade. Porém, para outras 11 será necessária a utilização de bombas.

De acordo com as famílias, antes da construção da PCH Fumaça, todas tinham acesso a água de forma gratuita, sob gravidade, na maioria dos casos. Portanto, reivindicam “água de graça pro resto da vida”, como vinha ocorrendo anteriormente.

O caminho sugerido é que a questão da água seja ponto de pauta na próxima reunião com a mediação e o representante do empreendedor.

A discussão a respeito desse assunto sinalizou a importância de se construir uma rede de distribuição de água comunitária. Nessa rede estaria incluída a construção de um reservatório, com capacidade suficiente para abastecer todas as famílias do reassentamento, com água de qualidade. Por este motivo, ressalta-se a importância do estudo hidrológico da área.

6. Ausência de posto de saúde

Atualmente as famílias recorrem ao Posto de Saúde no distrito de Miguel Rodrigues, em caso de necessidade. Porém, na maioria das vezes, é preciso se deslocar até Mariana, pois o Posto em Miguel Rodrigues não está equipado para atender à população, de maneira satisfatória.

Dessa forma, desejam ter um Posto de Saúde equipado no reassentamento, funcionando na casa sede da antiga fazenda Guaiana. Assim, seria possível receber a visita de um médico e de uma enfermeira, pelo menos uma vez por semana. Dentre as pessoas que irão morar no reassentamento, algumas “precisam medir pressão diariamente”.

Concluíram que o caminho é buscar informações junto à Secretaria de Saúde de Diogo de Vasconcelos, sobre a viabilidade de implantar um Posto de Saúde no reassentamento. Para isso, será necessário constituir o grupo ou o setor de saúde do reassentamento, responsável por questões relacionadas à saúde. Lembraram que o Posto no reassentamento, se equipado, poderá atender também à população da região. Em relação aos equipamentos necessários para o bom funcionamento do Posto, acreditam que “pode ficar por conta da ALCAN”.

7. Dívida de três famílias com a ALCAN

De acordo com o grupo, a dívida de três famílias associadas a AIRCA, no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), com a ALCAN, é um problema individual, mas que envolve o coletivo, porque “nós todos estamos na luta. São três famílias, mas atinge todo o coletivo, porque são pessoas que como as outras famílias, tem direito a essa terra”. Ainda, segundo as famílias, se a dívida não for quitada, “eles falaram que vão colocar outras famílias no lugar.

(...) como pode vir três famílias que não lutaram por essa terra e não faz parte desse coletivo?”.

O caminho indicado pelo grupo demonstra o anseio em pagar a dívida. A decisão do grupo é realizar a reforma da casa sede, acordada com a mediação. A contrapartida das famílias seria a força de trabalho do coletivo, sob supervisão, diária, de profissionais especializados. Pelo trabalho das famílias na reforma da casa sede seria dado um valor, previsto em dia (dia/homem). O valor referente ao total de horas trabalhado seria direcionado à quitação da dívida das três famílias. Se o valor referente ao trabalho de reforma da casa sede exceder R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), a diferença seria repassada à AIRCA. Outras propostas para quitação da dívida poderão ser discutidas caso o montante arrecadado com o trabalho não seja suficiente.

TABELA 22. MATRIZ REALIDADE/DESEJO DO REASSENTAMENTO - ÁREA DE PRODUÇÃO

Problema	Caminho	Desejo
Dificuldade em preparar o solo para plantio devido à presença de gramíneas.	Identificar as áreas críticas; via mediação, encaminhar a ALCAN o requerimento do serviço.	Solo preparado para plantio
Baixa fertilidade dos solos na área do reassentamento	Aplicação de corretivo e fertilizantes, de acordo com resultado da análise de solo e assistência técnica.	Solos mais férteis na área do reassentamento
Lavra de pedra sabão existente na área do reassentamento sem registro	Informações junto aos órgãos competentes a respeito dos procedimentos necessários para se efetuar o registro da lavra	Registro da lavra de pedra sabão existente na área do reassentamento
Ausência de capacitação e equipamentos necessários ao trabalho na lavra de pedra sabão	Constituir equipe com objetivo de levantar informações sobre profissionais para capacitação e equipamentos necessários ao trabalho na lavra	Capacitação e aquisição dos equipamentos necessária para o trabalho na lavra
Perda do rio e tanques de criação de peixes, além da pesca perigosa na represa	Obter informações sobre as espécies nativas para criação em cativeiro além da capacitação técnica necessária	Criação individual de peixes em tanques para consumo familiar
Incerteza quanto à construção, nas glebas, de benfeitorias necessárias à agricultura familiar	Apresentar, em reunião com a mediação, informações necessárias à construção das benfeitorias citadas anteriormente	Acesso às benfeitorias individuais, necessárias à agricultura familiar, como paiol, galinheiro, chiqueiro e curral (vide especificação em anexo A4)
Ausência de bebedouros para os animais	Encaminhar à mediação o requerimento dos bebedouros; realizar um levantamento sobre o tipo de bebedouro que atende as necessidades, a quantidade e os locais apropriados para implantá-los.	Bebedouros para os animais em todas as glebas.
Nascentes desprotegidas	Cercar e reflorestar as nascentes.	Ter todas as nascentes protegidas
Ausência de moinho d'água na área do reassentamento	Apresentar a demanda, na reunião com a mediação, incluindo uma balança	Implantação de dois moinhos d'água e balança para atender às necessidades das famílias
Descontinuidade de algumas glebas, divididas pelo brejo	Verificar na legislação ambiental a possibilidade de construção de pontes e encaminhar proposta ao empreendedor, via mediação	Tornar as glebas contínuas, possibilitando o trânsito de pessoas e animais
Áreas de pomar e culturas sujeitas a pisoteio de	Realizar levantamento de custos e encaminhar ao	Construção de cercas nas áreas de pomar e culturas

animais	empreendedor, via mediação	
Áreas restritas ao cultivo no reassentamento, devido a legislação ambiental e relevo	Investir em fontes alternativas de renda, como por exemplo, apicultura e agrofloresta	Respeitar a legislação ambiental, mas constituir renda familiar
Ausência, nas proximidades do reassentamento, de máquina beneficiadora de arroz	Adquirir, via empreendedor, máquina para beneficiar arroz com objetivo de atender a futura demanda da comunidade e região	Implantação de máquina beneficiadora de arroz na área do reassentamento
Ausência de um engenho elétrico para beneficiar a cana-de-açúcar	Adquirir engenho elétrico e equipamentos, capacitação para fabricação de produtos e manutenção das máquinas	Implantação de engenho elétrico na área do reassentamento
Necessidade de casa de farinha	A partir de um projeto específico, construir espaço físico, adquirir equipamentos e capacitação necessária para a fabricação de farinha	Uma casa de farinha comunitária na área do reassentamento e famílias capacitadas no preparo da farinha
Traçado perigoso nas estradas de acesso ao reassentamento e ausência de manutenção das mesmas	Rever o traçado das estradas e obter garantia de manutenção das mesmas	Estradas seguras e em condições de trânsito durante todo o ano

Fonte: MAPP, 2004. Público presente: 16 pessoas (10 mulheres e 06 homens).

7.1.2 Problemas da Área de Produção na Argumentação das Famílias

1. Dificuldade em preparar o solo para plantio

De acordo com as famílias, existem áreas em algumas glebas onde há presença de gramíneas que dificultam o preparo manual do solo. Em função dessa dificuldade os presentes consideraram a necessidade de um trator para remover essa vegetação: “(...) imagino que o caminho seja esse, e devemos procurar levar pra mediação pra resolver esse problema”.

2. Baixa fertilidade dos solos

As áreas caracterizadas como “terras de cultura” foram descritas como limitadas, no que se refere à extensão e fertilidade dos solos. O desejo da comunidade é implementar na área o sistema de produção orgânico. Inicialmente vão iniciar o sistema convencional apostando na melhoria da produtividade e, paralelamente, adquirir conhecimentos técnicos e infra-estrutura: “(...) pra produzir orgânico nós precisa, por exemplo, produzir esterco aqui na Guaiana e nós ainda não temos condição pra isso”. Posteriormente farão a conversão para o sistema de produção orgânico, com o acompanhamento do técnico responsável pela área. Com esse sistema, pretendem recuperar a fertilidade dos solos.

3. Pedreira sem registro

Foi relatado pelas famílias a presença de uma jazida de pedra-sabão na área do reassentamento. As famílias desejam explorar essa jazida, de forma coletiva, com objetivo de contribuir para o aumento da renda familiar. Entretanto, a liberação da jazida para exploração constitui um dos maiores problemas enfrentados pela comunidade, devido a falta de conhecimento sobre os procedimentos legais para liberação: “(...) então nós temos que fazer uma conversa aqui dentro pra tirar as pessoas pra ir buscar informação junto aos órgãos competentes”.

4. Ausência de capacitação e equipamentos necessários ao trabalho na lavra

A necessidade de capacitação, infra-estrutura básica e equipamentos, foi relatada pela comunidade como um problema que precede a liberação da jazida para exploração. Nenhuma família tem experiência com o artesanato em pedra-sabão, embora a maioria demonstrou interesse em se capacitar. Um dos caminhos propostos foi a organização de um núcleo, responsável por levantar informações sobre capacitação, financiamento e canais de comercialização para a produção. Ao final, concluíram que a comercialização, especialmente

em relação à pedra bruta, não constitui problema, pois “(...) existe uma grande demanda por pedra na região”. O maior problema é a liberação da lavra para exploração, uma vez que a mesma se localiza em área de preservação. Quanto à capacitação, esta poderá ser ministrada por artesãos de comunidades próximas, como Barro Branco ou do assentamento Cafundão, localizado em Cachoeira do Brumado.

5. Perda do rio e dos tanques de criação de peixes, além da pesca perigosa na represa

Inicialmente a discussão sobre a necessidade de construção de tanques para criação de peixes, ocorreu sob a justificativa de que as famílias consumiam carne de peixes provenientes do rio Gualaxo do Sul ou de tanques caseiros. Após a construção da PCH Fumaça, algumas famílias perderam os tanques de peixe e a pesca na represa foi reduzida, em consequência do perigo de afogamento, principalmente em relação às crianças. Além disso, o lazer que envolve a atividade da pesca, segundo as famílias, é tradicional na comunidade e deve ser mantido.

6. Incerteza quanto à construção de benfeitorias nas glebas

Embora as moradias, na maioria das glebas estejam em fase de construção, algumas benfeitorias, consideradas essenciais pelas famílias, não foram incluídas no projeto do reassentamento. Apenas a construção do paiol está garantida. Benfeitorias como galinheiro, chiqueiro, curral, horta e galpão para guardar ferramentas/mantimentos faziam parte das antigas áreas de moradia e são essenciais para o desenvolvimento das atividades relacionadas à diversidade da agricultura familiar. Como caminho, a comunidade decidiu que, na próxima reunião com a mediação, as benfeitorias sejam ponto de pauta.

7. Ausência de bebedouros para animais

Segundo as famílias, o gado não tem acesso à água porque os brejos estão localizados nas Áreas de Preservação Permanente (APP). Assim, faz-se necessário a construção de bebedouros e a canalização da água até os mesmos. Como caminho, a comunidade propôs realizar um levantamento mais detalhado sobre o tipo de bebedouro que atende as necessidades, a quantidade e os locais apropriados para implantá-los. Após o levantamento dessas informações, encaminhar à mediação para que apresente a demanda ao representante do empreendedor. Sabe-se que o acesso a animais visando a dessedentação não é proibido em Áreas de Preservação Permanente. Entretanto, o pisoteio dessas áreas (córregos e brejos)

acarreta em prejuízos ao recurso hídrico e conseqüente perda da qualidade da água. Por este motivo acredita-se que a construção de bebedouros seja uma medida importante a ser tomada.

8. Nascentes desprotegidas

De acordo com o grupo, as nascentes localizadas na área do reassentamento encontram-se, em sua maioria, desprotegidas, comprometendo a qualidade e a quantidade da água e, conseqüentemente, a sustentabilidade do reassentamento: “(...) aqui têm mais nascentes desprotegidas que protegidas. (...) nós temos que proteger as nascentes por causa do futuro da gente que está por vir ainda”. Como proposta, se comprometeram a reflorestar e a monitorar as nascentes desprotegidas. Porém, a comunidade não possui informações necessárias para alcançar tal objetivo. Neste caso, concluíram sobre a importância de estabelecer parcerias com entidades ambientais, públicas ou privadas: “(...) dizem que não pode plantar eucalipto porque o eucalipto acaba com a água”.

9. Ausência de moinho d'água na área do reassentamento

Segundo o depoimento das famílias, é necessário instalar dois moinhos d'água, moinhos elétricos, na área do reassentamento. Esclarecem que são necessários dois moinhos porque a vazão da água não é suficiente para mover um moinho maior. Ainda, de acordo com as famílias, um moinho do porte do que está sendo solicitado, mói uma saca de milho em 12 horas. Assim, são necessários dois moinhos para atender a demanda das 17 famílias e não somente um, “como quer o empreendedor”. Os moinhos deverão ser instalados na área coletiva, próximo da casa sede, em construção de alvenaria, “e deve ser de laje, para evitar ratos”. Também há necessidade de uma balança, que não está incluída no projeto inicial.

10. Áreas descontínuas em algumas glebas

A presença de áreas descontínuas em algumas glebas em conseqüência de brejos, constitui problema grave, na opinião de algumas famílias. Esta descontinuidade impede o transitar de pessoas, o transporte de carga e o acesso do gado às áreas de pastagem. As glebas que apresentam esses problemas, segundo as famílias, são as de número 01, 02, 03, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13. As construções dessas passagens, de acordo com o grupo, devem ser realizadas entre as divisas das glebas, minimizando o impacto ao ambiente e reduzindo custos. Esta alternativa já foi realizada em algumas glebas, necessitando estendê-la às demais citadas anteriormente.

11. Áreas de pomar e culturas sujeitas a pisoteio de animais

As famílias presentes concordaram sobre a necessidade de cercar as áreas de pomar e de algumas culturas, para evitar que o gado destrua as plantações. Porém, a comunidade não dispõe de recursos financeiros para realizar o serviço. Como as antigas áreas de pomar e culturas eram cercadas, a proposta de construção das cercas será encaminhada à mediação para que seja apresentada ao representante do empreendedor como demanda da comunidade.

12. Áreas restritas ao cultivo, devido à legislação ambiental e relevo

Na maioria das glebas, de acordo com as famílias, as áreas agricultáveis são reduzidas devido a quantidade de Áreas de Preservação Permanente, especialmente nascentes e cursos d'água. Porém, concordaram que na gleba 14 o problema é maior, pois áreas de cultivo são praticamente inexistentes. Ainda lembraram que a área sofreu grande degradação, provocada por queimadas contínuas e práticas inadequadas de uso do solo. Após discussão, concluíram que o problema é do coletivo, pois é necessário produzir, respeitando a legislação ambiental. Concordaram que é preciso buscar alternativas de renda para suprir essa redução nas áreas de cultivo, como apicultura, piscicultura, fabricação e comercialização de farinha de mandioca, extração e comercialização da pedra-sabão dentre outras.

13. Ausência de máquina beneficiadora de arroz no reassentamento

Todas as famílias produzem arroz para a subsistência e o beneficiam na comunidade de Magalhães e Miguel Rodrigues. Essas comunidades se localizam a 05 e 04 Km, respectivamente, das antigas moradias. Porém, após mudarem para o reassentamento, as distâncias serão maiores. Além disso, segundo as famílias, é preciso marcar com antecedência para beneficiar o arroz. As atuais máquinas são mantidas pelas Prefeituras de Mariana e Diogo de Vasconcelos e a limpeza do arroz é gratuita.

14. Ausência de um engenho elétrico para beneficiar a cana-de-açúcar

Praticamente todas as famílias cultivam pequena área de cana-de-açúcar para subsistência. Pretendem, no reassentamento, ampliar as áreas cultivadas como alternativa de aumento da renda familiar por meio da venda dos produtos na região. Para isso, é necessária a compra de um engenho elétrico, capacitação para o trabalho na fabricação dos subprodutos da cana-de-açúcar e manutenção dos equipamentos.

15. Necessidade de construção de casa de farinha

A casa de farinha também é uma alternativa à necessidade de diversificação, imposta por restrições da área, para aumentar a renda das famílias.

16. Traçado perigoso e ausência de garantia de manutenção nas estradas de acesso ao reassentamento

Segundo as famílias, as estradas de acesso ao reassentamento são perigosas e não há garantia de manutenção das mesmas. Assim, na época das chuvas, se não houver manutenção periódica, não oferecerão condições de trânsito. Acreditam ser necessário rever parte do traçado das estradas.

7.2. Eleição de Prioridades

Para a realização da técnica denominada “Eleição de Prioridades” foram distribuídas cédulas de cores diferentes (cartolinas coloridas), representando simbolicamente o dinheiro, para atribuir valores aos votos, da seguinte forma:

- Cédula Rosa = R\$ 10,00;
- Cédula Amarela = R\$ 5,00;
- Cédula Azul = R\$ 1,00.

Foram realizadas duas votações, uma para a área social e outra para a área de produção. Os resultados da “Eleição de Prioridades” para a área social e de produção, realizada no reassentamento, município de Diogo de Vasconcelos, em agosto de 2004, encontram-se, respectivamente, nas Tabelas 23 e 24. Entre parênteses consta o número de pessoas que votaram na opção. Como pode ser observado, participaram da “Eleição de Prioridades”, 22 pessoas, sendo 14 mulheres e 08 homens. Dentre estas pessoas, uma é analfabeta.

TABELA 23. RESULTADO DA ELEIÇÃO DE PRIORIDADES DA ÁREA SOCIAL

Itens	10 pontos	5 pontos	1 ponto	Total
Pagamento da Dívida	60 (06)	10 (02)	01 (01)	71 (09)
Centro Comunitário	40 (04)	10 (02)	05 (05)	55 (11)
Telefone Público	40 (04)	15 (03)	-	55 (07)
Transporte Escolar	30 (03)	20 (04)	03 (03)	53 (10)
Espaços de Uso Coletivo	02 (20)	05 (25)	06 (06)	51 (13)
Transporte Coletivo	20 (02)	15 (03)	05 (05)	40 (10)
Posto de Saúde	-	10 (02)	01 (01)	11 (03)
Cercas Internas	-	-	-	-

Fonte: MAPP, agosto de 2004.

TABELA 24. RESULTADO DA ELEIÇÃO DE PRIORIDADES DA ÁREA DE PRODUÇÃO

Itens	10 pontos	5 pontos	1 ponto	Total
Benfeitorias	60 (06)	05 (01)	01 (01)	66 (08)
Solo Preparado para Plantio	50 (05)	-	-	50 (05)
Terra Fértil	30 (03)	05 (01)	02 (02)	37 (06)
Área de Produção	20 (02)	-	06 (06)	26 (08)
Moinhos d'água	10 (01)	10 (02)	02 (02)	22 (05)
Equipamento de Capacitação	10 (01)	10 (02)	02 (02)	22 (05)
Pedreira Registrada	10 (01)	10 (02)	-	20 (03)
Bebedouro	10 (01)	05 (01)	02 (02)	17 (04)
Engenho Elétrico	10 (01)	05 (01)	-	15 (02)
Casa de Farinha	10 (01)	05 (01)	-	15 (02)
Estradas	-	15 (03)	-	15 (03)
Transporte da Produção	10 (01)	05 (01)	-	15 (02)
Acesso às Glebas	10 (01)	-	03 (03)	13 (04)
Poço de Peixe	10 (01)	-	-	10 (01)
Recuperação de Nascentes	-	05 (01)	02 (02)	07 (02)
Máquina de Beneficiar Arroz	-	05 (01)	01 (01)	06 (02)
Apiário Comunitário	-	-	-	-

Fonte: MAPP, agosto de 2004.

7.3. Objetivos

Com objetivo de traçar um plano de ação para o reassentamento, realizou-se, junto com as famílias, a técnica denominada “Desejo Temporal”. Os desejos levantados pelas famílias, ou seja, seus objetivos para o reassentamento, correspondem às ações fundamentais para iniciar o desenvolvimento do reassentamento e sua futura efetivação. Tais objetivos podem ser distribuídos em ordem de importância em relação ao tempo, sendo que estes podem ser planejados para um intervalo de tempo dividido em um, cinco e dez anos, cujos resultados se encontram nas Tabelas 25 e 26, como segue abaixo.

TABELA 25. DESEJO TEMPORAL - ÁREA SOCIAL

Ano	Objetivos	Limitações
Dentro de 01 ano	Restituir dívida de R\$18.000,00 (dezoito mil reais) com a ALCAN	Recursos financeiros escassos; Valor e número das prestações não condiz com a realidade das três famílias devedoras.
	Instalar telefone público na casa sede	Pouco interesse do empreendedor com a comunidade; Faltam informações.
	Garantir transporte escolar na área do reassentamento a partir do ano letivo de 2005	Moradias em diferentes fases de construção; Dúvida quanto à data de mudança para o reassentamento; Estradas perigosas e sem manutenção periódica.
	Garantir transporte coletivo na área do reassentamento	Moradias em diferentes fases de construção; Dúvida quanto à data de mudança para o reassentamento; Estradas perigosas e sem manutenção periódica; Acordo com o proprietário da empresa de transporte coletivo Transcotta.
Dentro de 05 anos		
Dentro de 10 anos	Organizar e fortalecer a comunidade	

TABELA 26. DESEJO TEMPORAL - ÁREA DE PRODUÇÃO

Ano	Objetivos	Limitações
Dentro de 01 ano	Registrar lavra, adquirir equipamentos e capacitar as famílias	Dificuldade de acesso a informações sobre o registro da lavra; Comunidade desprovida de recursos financeiros para aquisição de equipamentos necessários; Não há capacitação técnica entre as famílias do reassentamento.
	Melhorar condições do solo, tornando-o agricultável	Relevo em sua maioria ondulado; Parcelamento da área do reassentamento; Ausência de um plano de manejo.
	Melhorar a fertilidade do solo	Queimadas sucessivas na área; Descuido dos antigos proprietários com o solo; Ausência de planejamento anterior com o uso do solo; Ausência de planejamento atual com o uso do solo.

Dentro de 01 ano	Construir edificações de apoio nas glebas	Conclusão do presente plano; Implementação do plano, via mediação; Áreas escassas no entorno das moradias; Restrições ambientais da área.
	Possibilitar acesso às glebas	Faltou planejamento no parcelamento; Dificuldade de acordo entre as partes (atingidos e empreendedor); Restrições ambientais (Área de Preservação Permanente); Ausência de alternativas viáveis por parte do empreendedor.
	Garantir mudança no traçado das estradas internas	Desconhecimento, por parte da comunidade, do projeto de implantação das estradas; Ausência de diálogo entre as partes (atingidos e empreendedor).
Dentro de 05 anos	Garantir o funcionamento da casa de farinha	Moradias em diferentes fases de construção; Atualmente não há produção de mandioca; Não há capacitação técnica entre as famílias do reassentamento.
	Aumentar área destinada à produção agrícola	Restrições ambientais da área; Necessidade de diversificar a produção agrícola; Restrições quanto a área agricultável em cada gleba.
	Recuperar totalmente as nascentes	Ausência de informação sobre a legislação ambiental; Restrições quanto a área agricultável em cada gleba; Ausência de plano de manejo para a área do reassentamento; Ausência de capacitação específica (cursos, oficinas, visitas técnicas).
Dentro de 10 anos	Produzir alimentos e sementes orgânicos	
	Recuperar totalmente as nascentes	
	Possuir título da terra	
	Recuperar totalmente os solos na área do reassentamento	

7.3.1. Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos do reassentamento foram obtidos com a discussão em grupo sobre a situação das famílias no horizonte de 10 anos, o que provocou a reflexão de todos os presentes sobre o caminho que deveria seguir o reassentamento como um todo. As famílias do reassentamento consideraram que ao final de 10 anos querem estar organizadas e fortalecidas, enquanto comunidade; produzir alimentos e sementes orgânicas, com condições de colocar o produto no mercado; reflorestar e respeitar as nascentes, contribuindo com o aumento da quantidade de água na área do reassentamento; trabalhar para a recuperação dos solos e possuir o título da terra. Refletiram que alguns desses objetivos poderão ocorrer antes de 10 anos, dependendo do desenvolvimento (organização), da própria comunidade.

7.3.2. Objetivos Táticos

Os objetivos táticos são aqueles definidos pelas famílias do reassentamento como pré-requisitos essenciais a serem colocados em prática dentro de cinco anos, para alcançar os objetivos estratégicos. A realização desses objetivos pode levar as famílias a se estruturarem melhor, consolidando suas ações na direção de suas estratégias. As famílias do reassentamento, em um primeiro momento, discutiram a importância da produção. Assim indicaram como objetivos a realização de projetos de diversificação da produção, incluindo a recuperação das nascentes, além da implantação de uma casa de farinha na área do reassentamento. Segundo o grupo, a diversificação da produção está relacionada com “a possibilidade de aumentar a renda das famílias. Teria de pensar numa possibilidade de conseguir renda quase imediata”. Dentre esses objetivos, viram como limitações a falta de recursos financeiros e a produção, ainda insuficiente de mandioca, na área do reassentamento.

7.3.3. Objetivos Operacionais

Os objetivos operacionais são aqueles que correspondem às ações fundamentais para iniciar o desenvolvimento do reassentamento, dentro do curto prazo, considerando aqui o horizonte de um ano. Esses objetivos representam as condições mínimas necessárias para estruturar o reassentamento na direção dos objetivos táticos. Como o reassentamento está em fase inicial, os objetivos operacionais listados são mais estruturais, o que significa o empenho das famílias em estruturarem a base sobre a qual o reassentamento será desenvolvido. Por isso, dentro de um ano pretendem pagar a dívida das três famílias com o empreendedor;

viabilizar o transporte escolar e coletivo na área do reassentamento; efetivar a construção das edificações de apoio para todas as famílias, além do acesso às glebas e mudança no traçado de trechos das estradas internas. Segundo as famílias, “é importante logo no início garantir o registro da pedra pra pagar a dívida e também ir melhorando a terra aqui na Guaiana pra ter boa produção”.

Esses objetivos apresentaram várias limitações, mas as principais foram: falta de recursos financeiros, moradias em diferentes fases de construção, dificuldade de acesso a informações específicas, como por exemplo, obtenção do registro da lavra, falta de capacitação técnica, restrições ambientais da área.

Esses objetivos demonstram o ponto de partida do reassentamento, em conjunto com os demais, no sentido de atingir sua sustentabilidade, no horizonte de tempo especificado.

7.4. Estratégias de Ação

Estiveram presentes à reunião onde foram construídas as “Estratégias de Ação - Área Social e de Produção”, quase todas as famílias reassentadas. Essas estratégias representam a organização e mobilização destas famílias para a execução de metas condicionantes de cada um dos objetivos apresentados anteriormente. As Tabelas 27 e 28 apresentam as “Estratégias de Ação” obtidas durante a discussão com as famílias, sob orientação da equipe de planejadores.

TABELA 27. ESTRATÉGIAS DE AÇÃO - ÁREA SOCIAL

Objetivos	O que fazer	Quem faz	Quando faz	Parceiros
Saldar dívida de R\$18.000,00 com a ALCAN	Levar a discussão a respeito da reforma da casa sede da fazenda Guaiana para reunião com a mediadora. Para realização da reforma a força de trabalho da comunidade seria utilizada como meio de arrecadar fundos	Grupo responsável: Claudiano, Marta, Maurício, Silvânia e Carmelita	05/10/2004;	MAB e CPT
Edificações de apoio: galinheiro, chiqueiro, curral, galpão e horta	Levar a discussão para reunião com a mediadora	Grupo responsável: assessoria (CPT e MAB) e equipe de negociação	Após entrega do presente plano	CPT e MAB.
Telefone público	Realizar levantamento do número de usuários do reassentamento e comunidades do entorno; Encaminhar resultado à TELEMAR e à mediação; Viabilizar a instalação do telefone público no reassentamento, via empreendedor.	Grupo responsável: Emboque: Maurício; Macuco: Euzi; Magalhães: Regina; M. Rod.: Sebastião; Baia: José Beato	Início: 16/08/04 Término: 15/10/04 Telemar: 17/10/04	Comunidades do entorno do reassentamento.
Transporte escolar	Garantir, em reunião com a mediação, conclusão das moradias e edificações de apoio, até dezembro de 2004; Verificar o número de vagas nas escolas; Efetivar a transferência de algumas crianças; Garantir a ampliação do transporte escolar, de Miguel Rodrigues ao reassentamento, a partir do ano letivo de 2005.	Grupo responsável: equipe de negociação	Próxima reunião de negociação.	MAB, CPT, mediação e ALCAN.
Transporte coletivo	Garantir do Sr. Israel, proprietário da Transcotta, a ampliação do transporte coletivo, de Miguel Rodrigues até o reassentamento	Grupo responsável: Sebastião e Cláudio Roberto.	Outubro/novembro de 2004.	Transcotta
Acesso às glebas	Fortalecer a discussão no coletivo, e somente após, encaminhar à mediação; Garantir a construção dos acessos antes que as famílias mudem para o reassentamento.	Grupo responsável: assessoria e equipe de negociação.	Após finalização do presente plano.	CPT, MAB, mediação e ALCAN.

Estradas internas	Garantir do empreendedor, via mediação, mudança no traçado das estradas; Garantir do empreendedor, via mediação, cascalho nas estradas antes do período das chuvas (final de setembro).	Grupo responsável: assessoria e equipe de negociação.	Após finalização do presente plano.	CPT, MAB, mediação e ALCAN.
-------------------	--	---	-------------------------------------	-----------------------------

TABELA 28. ESTRATÉGIAS DE AÇÃO - ÁREA DE PRODUÇÃO

Objetivos	O que fazer	Quem faz	Quando faz	Parceiros
Registrar lavra, adquirir equipamentos e realizar cursos de capacitação	Buscar informações junto aos órgãos competentes a respeito das questões legais para registrar, explorar e transportar a pedra sabão; Encaminhar à mediação visita técnica do profissional responsável pela avaliação da lavra.	Grupo responsável: Cláudio Roberto, Vicente Pedro e Antônio	Agosto/setembro de 2004: buscar informações; 05/10/04 procurar Samuel em Belo Horizonte	Mediação, MAB e CPT.
Aumentar a renda	Buscar informações sobre existência de apiários no entorno do reassentamento; Implantar apiário experimental coletivo; Implantar casa de farinha; Implantar engenho para produção de açúcar mascavo; Diversificar a produção agropecuária.	Grupo responsável: Claudiano, Moisés, Antônio e demais famílias do reassentamento.	Agosto de 2004.	Cáritas, MAB, CPT, assistência técnica, mediação e ALCAN.
Melhorar a fertilidade do solo	Substituir, gradativamente, o adubo químico pelo orgânico; Realizar adubação verde com plantio de leguminosas; Viabilizar cursos com objetivo de capacitar as famílias na implementação da adubação orgânica e verde; Garantir adubo químico e orgânico, com acompanhamento técnico, para as três primeiras safras; Ter acesso à análise de solo realizada na área do reassentamento.	Grupo responsável: equipe de negociação e demais famílias do reassentamento	A partir da safra de 2004.	Mediação, ALCAN, CTA e UFV.

Melhorar a qualidade do solo	Contratar trator de esteira; Realizar levantamento das glebas que precisam deste serviço; Realizar levantamento do número de horas necessário; Encaminhar levantamento a mediação/ALCAN para contratar o serviço; Encaminhar laudo técnico à mediação.	Grupo responsável: assistência técnica e equipe de negociação.	Agosto de 2004; Próxima reunião com a mediação.	Mediação, ALCAN, CPT e MAB.
Implantar casa de farinha coletiva	Elaborar projeto para implementação da casa de farinha; Viabilizar capacitação das famílias; Iniciar o plantio de mandioca em áreas menos férteis do reassentamento; Cobrar do empreendedor, via mediação, a implementação do projeto da casa de farinha.	Grupo responsável: Claudiano, Moisés, Antônio, equipe de negociação e demais famílias do reassentamento.	A partir de 2005.	CPT, MAB, Cáritas Diocesana, mediação e ALCAN.
Recuperar nascentes	Cercar nascentes de acordo com especificação da legislação; Reflorestar nascentes com árvores nativas; Procurar informações sobre legislação ambiental junto a órgãos como IEF, IBAMA, EMATER, FEAM.	Todas as famílias reassentadas.	Ano agrícola de 2005.	CNBB, EMATER, IEF, SOS Mata Atlântica, CBPN (UFV), mediação e ALCAN.

De acordo com os dados levantados por meio das técnicas “Desejo Temporal” e “Estratégias de Ação”, a equipe de elaboração do presente Plano vislumbrou a necessidade de refletir, com as famílias, algumas ações consideradas prioritárias nesta fase inicial de estruturação do reassentamento.

Em relação à **alimentação** como forma de manutenção da saúde, recomendamos que seja colocado em prática, no reassentamento, um trabalho educativo, visando a construção de hortas orgânicas caseiras, assim que for viabilizado o acesso a água, em quantidade e de qualidade. É importante estimular o consumo dos alimentos provenientes da horta, direcionando o cultivo daqueles mais apreciados e que, portanto, têm maiores chances de serem consumidos. Deve-se orientar as famílias sobre a importância dos alimentos que são fonte de ferro (animal ou vegetal), uma vez que a anemia é uma doença grave, principalmente em crianças de 0 a 5 anos, mas que pode ser prevenida através de uma alimentação adequada. Alimentos vegetais, como feijões e folhosos verdes escuros são boas fontes de ferro. Vale ressaltar a importância do suco de frutas natural na prevenção da anemia.

A **água** deve ser considerada em seus aspectos sanitários, qualitativos e quantitativos. Ela sempre conterá algum teor de impureza química, física ou biológica. Para que estas impurezas não sejam prejudiciais ao homem, esses teores devem ser limitados a certos níveis, estabelecidos pelos órgãos de Saúde Pública em termos de padrões de potabilidade. Recomenda-se que seja feita uma análise físico-química e biológica da água utilizada para consumo humano no reassentamento. Esta análise trará informações sobre a potabilidade desta água, ou seja, informações a respeito dos teores das impurezas físicas relacionadas, principalmente, com a cor, turbidez, sabor, odor e temperatura, impurezas químicas relacionadas com a dureza, salinidade, alcalinidade e toxicidade, e impurezas biológicas relacionadas, principalmente, com a contaminação fecal. Além do aspecto qualitativo deve-se dar a devida atenção ao aspecto quantitativo, pois é indispensável que o homem disponha de água em quantidade suficiente para atender suas múltiplas necessidades cotidianas.

Com relação ao espaço destinado à **produção** agropecuária, nota-se que o reassentamento apresenta grandes fragilidades no que diz respeito à conservação de seus recursos naturais. Portanto, é necessário que ao se utilizar esses recursos, deva-se pensar em um manejo integrado da área utilizando práticas de conservação do solo, como a adubação verde, o terraceamento, o plantio em nível. Além disso, a manutenção das áreas de reserva e recuperação de áreas degradadas são medidas importantes para melhorar as características produtivas do reassentamento.

Cabe ressaltar que o sistema produtivo no reassentamento é caracterizado pela cultura de subsistência, principalmente milho, feijão, arroz, mandioca e o gado. A forma de trabalhar a terra é caracterizada por técnicas predominantemente tradicionais. Embora o uso de insumos químicos e de mecanização seja mínimo, a tradição dos agricultores, de modo geral, envolve as queimadas e outras técnicas que mantêm o solo desprotegido e sujeito à erosão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista as condições sócio-econômicas em que se encontram as famílias do reassentamento, é aconselhável que na execução do presente Plano sejam adotadas técnicas de produção alternativas no sentido de resgatar variedades tradicionais e valorizar o saber local. Neste sentido, o investimento em educação e capacitação está intimamente ligado à questão produtiva e a viabilidade do reassentamento. Este tipo de trabalho envolve cálculos precisos, em que se entrecruzam tempo e espaço, nos quais práticas agrícolas tradicionais se aliam a novas técnicas, oriundas de um trabalho minucioso de experimentação e observação.

É importante considerar, no processo de consolidação do presente Plano, não apenas a viabilidade econômica do reassentamento, mas também a organização social. Neste sentido, consideramos que a assistência técnica deve desempenhar papel fundamental não apenas no processo produtivo das famílias camponesas, mas também, no processo de organização do grupo. Portanto, o processo de intervenção dos agentes externos deve ser orientado por uma postura participativa e conscientizadora, procurando meios que conduzam as famílias a atingirem sua autonomia.

Considerando a fragilidade do sistema de produção do reassentamento, a adoção de técnicas conservacionistas e uso sustentável dos recursos, é imprescindível. Além disso, deve-se considerar que muitos dos produtos cuja exploração já é conhecida oferecem a possibilidade de se agregar valor, como é o caso da obtenção da farinha de mandioca, do açúcar mascavo, do fubá, artesanatos a partir de bambu e fibras naturais, dentre outros produtos que têm seu valor econômico aumentado, possibilitando maior retorno às famílias. Outras atividades, como é o caso da apicultura, que vem sendo explorada de forma incipiente por alguns moradores, desde que bem planejadas, podem contribuir com oferta de trabalho para jovens e adultos e gerar renda para a comunidade sem impactar de forma negativa o ambiente.

Por este motivo, a construção de uma casa de farinha e a implementação da atividade apícola, de interesse dos próprios moradores, terão papel estratégico para a geração de renda a

curto e médio prazo. Outras atividades e outras formas de agregar valor, gerando trabalho e renda, poderão ser avaliadas pela comunidade juntamente com a assistência técnica.

Sabe-se que as nascentes são produto da infiltração da água das chuvas no solo e que a vegetação contribui com este evento. A região responsável pela nascente é a chamada bacia de cabeceira, representada pela área superficial que é capaz de, ao receber as chuvas, conduzir parte da água para o lençol que abastece a nascente. Segundo Valente e Gomes (2004), as técnicas de conservação de nascentes podem ser divididas naquelas aplicáveis à região responsável pela formação do lençol que abastece as mesmas e naquelas outras que tratam da proteção da nascente em si. Na bacia são utilizadas práticas conservacionistas com a finalidade de aumentar a infiltração de água no solo, sendo classificadas em três métodos: vegetativos, mecânicos e vegetativo-mecânicos. Quanto à proteção da nascente em si, ou seja, quanto ao que fazer na área próxima à nascente, pode-se mencionar o isolamento (cerca); a manutenção em torno da nascente de vegetação que tenha raízes pouco profundas dentre outras. A Agência Nacional de Águas (ANA), dispõe de recurso destinado a agricultores subsidiando projetos de recuperação de micro-bacias. Por este motivo, sugerimos um Plano Florestal para as áreas de reserva degradadas e um Plano de Manejo para as áreas de uso agrícola, degradadas ou não. A sustentabilidade das famílias pode ser comprometida caso essa questão seja desconsiderada.

O Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata Mineira (CTA-ZM), é uma Organização não Governamental com uma trajetória de quase 20 anos de trabalho com comunidades de pequenos agricultores da região. Essa instituição tem, na agroecologia, uma das principais propostas para o desenvolvimento sustentável. A importância da discussão de novos conceitos como a Agroecologia e a Permacultura também está relacionada ao uso racional dos recursos naturais. Um dos trabalhos que vem sendo realizado pelo grupo ocorre no município de Acaiaca. Trata-se da Agenda 21, implantada em parceria com a prefeitura local. Os trabalhos da Agenda 21 envolvem cursos, oficinas, discussões. O acompanhamento desses eventos pelo técnico agrícola que trabalha com as famílias reassentadas, assim como por representantes das famílias, possibilitaria ao grupo contato com outras realidades e novas discussões.

Recomenda-se um Plano Florestal para acelerar a recuperação de determinados trechos da antiga fazenda Guaiana. Além disso, um trabalho de sensibilização das famílias por técnicos do Instituto Estadual de Florestas (IEF), é recomendável, alertando-as a respeito de espécies vegetais protegidas por lei, reaproveitamento da biomassa para a geração de

resíduos, incentivando alternativas para minimizar o uso indiscriminado da lenha da vegetação nativa e, controle de incêndios, incluindo capacitação e uso de equipamentos.

A proteção e o uso adequado dos recursos naturais encontrados na área vai garantir a qualidade da vida futura, cabendo a cada morador a consciência da necessidade de uma ação efetiva que garanta a preservação de todo o ecossistema.

Recomenda-se, ainda, às famílias do reassentamento, a inserção no Programa de Mutirão pela Segurança Alimentar e Nutricional de Minas Gerais (PROSAN), através de projetos provenientes do diagnóstico. Este programa tem como objetivo apoiar iniciativas de organização da sociedade civil de base comunitária sem fins lucrativos, mediante repasse de recursos financeiros, para implantação e/ou implementação de projetos que contribuam para a superação da fome e da desnutrição no Estado de Minas Gerais.

O melhor meio para o tratamento do lixo é a coleta seletiva, por meio de separação, inicialmente em cada gleba, em categorias como lixo orgânico e inorgânico. Ao material orgânico pode ser aplicado o processo de compostagem (decomposição da matéria) em que o produto final pode ser aproveitado como adubo orgânico. É necessário solicitar ajuda de órgãos municipais, para orientar as famílias reassentadas sobre a melhor forma de acondicionar e destinar o lixo doméstico e/ou execução de cursos sobre educação ambiental. As famílias devem ser orientadas, por meio de educação ambiental, para reciclar a matéria orgânica na própria gleba. Para isso devem ser instalados postos de reciclagem para que seja feita a destinação e controle, principalmente de embalagens não reutilizáveis.

De modo geral, todas as famílias do reassentamento têm conhecimento sobre o tratamento fitoterápico. Algumas pessoas acumularam grande conhecimento a respeito do cultivo e do uso das plantas medicinais. Esse conhecimento deve ser valorizado, pois mostra-se efetivo no controle de enfermidades de naturezas diversas. A valorização desse conhecimento pode ser feita por meio de três ações, a saber: a garantia de um espaço para manipulação de remédios fitoterápicos e atendimento ao público no projeto de reforma da casa sede, como foi requisitado pelas famílias; a recuperação das espécies medicinais que foram perdidas com o enchimento do lago e implantação de uma horta medicinal e o aperfeiçoamento desse conhecimento através da parceria com o Grupo Entre Folhas, sediado na Vila Gianette, UFV. Este grupo promove cursos e seminários relacionados ao cultivo de plantas medicinais e tratamento fitoterápico, bem como relacionados à ciência homeopática.

É importante ressaltar que os diversos projetos/atividades produtivos(as), apontados(as) no presente Plano, deverão ser articulados(as) de maneira gradual, prevendo:

1. A garantia de segurança alimentar e nutricional;
2. O desenvolvimento de linhas de produção que gere uma renda mensal;
3. O desenvolvimento de linhas de produção que gere renda sazonal (safra);
4. O desenvolvimento de linhas de produção que gere acúmulo de capital (poupança viva), para investimentos futuros;
5. Investimentos produtivos comunitários.

Porém, deve-se procurar localizar os diferentes projetos/atividades no espaço, em relação às unidades agroambientais delimitadas no diagnóstico, aos potenciais, limitações e fragilidades de cada unidade, e à organização territorial do reassentamento.

Também ações correspondentes à área organizacional necessária à sustentabilidade institucional do reassentamento, deverão ser contempladas. Como propostas, ações de reestruturação ou fortalecimento da Associação, de grupos temáticos por ação a ser implementada, a inserção do reassentamento na dinâmica de desenvolvimento municipal (via os diversos conselhos municipais), atividades de capacitação na área gerencial, bem como articulações do grupo de reassentados com outros movimentos sociais. Quanto aos trabalhos futuros com a Associação, recomendamos um contato com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa (ITCP-UFV), que através da Economia Solidária, tem como principal objetivo, assessorar a organização dos grupos sociais excluídos do mercado formal de trabalho.

O programa de assistência técnica do reassentamento deve contemplar uma metodologia que auxilie o técnico a assessorar a gestão do presente Plano, desde a implantação do mesmo, até avaliação e replanejamento.

Anexamos a este documento, dois projetos, um de apicultura e outro de uma casa de farinha no reassentamento. Vale ressaltar que ambos têm como base o diagnóstico realizado, cujas demandas foram apresentadas pelas famílias. Encontra-se, também em anexo, uma proposta de curso de capacitação em Permacultura.

VIII. BIBLIOGRAFIA

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
<www.ibge.gov.br/ibge>[capturado em ago./set. de 2004].

LIMA, G. S. *Parecer técnico de vistoria*. Viçosa, 2003. (mimeografado)

PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL DA UHE FUMAÇA. PCA-UHE FUMAÇA. Golder Associates e ALCAN, v. 1 e 2, nov. 2000.

RAMALHO FILHO, A., BEEK, K. J. *Sistema de avaliação da aptidão agrícola das terras*. Rio de Janeiro: EMBRAPA-CNPS, 1995.

RODRIGUES, Â. G. *Biodiversidade e etnociência de plantas medicinais da comunidade Miguel Rodrigues-MG*. Viçosa: UFV, 2002. (Doutorado em Fitotecnia).

SADER, E. S. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, M. R. dos. *Mulheres e movimento de atingidos por barragens: participação autorizada ou autônoma?* Viçosa: UFV, 2002. (Mestrado em Extensão Rural).

VALENTE, O. F., GOMES, M. A. *Conservação de nascentes. PROBACIAS: Programa de gestão de bacias hidrográficas*. Viçosa: UFV, 2004. (mimeografado)

EQUIPE TÉCNICA

Profissional	Formação
Alessandro Arruda de Oliveira	Zootecnista (CRMV/MG - 1161/Z)
Cláudia A. Romeiro d'Ávila	Economista Doméstico, M.S. Extensão Rural (CRED/MG - 3ª. Região - 311)
Flávio Marques Castanho Barrero	Engenheiro Agrônomo, M.S. Extensão Rural (CREA/MG - Protocolo nº. 13062204/13062304)
Daniel Naicabayashi	Graduando do curso de Gestão de Cooperativas - UFV

ANEXO

Anexo 1

Apresentação das Famílias do Reassentamento

TABELA 1 A1. APRESENTAÇÃO DAS FAMÍLIAS DO REASSENTAMENTO

Lote	Titular	Estado civil	Esposa(o) ou companheira(o)	Idade (ambos)	Origem (ambos)	Escolaridade (ambos)	Dependentes residentes	Profissão/Habilidade	Parentes no Reassent.
01	Cláudio Roberto Merique	Casado	Vanilde Machado Merique	54		4ª. série		Garimpeiro	Não
02	Cristina A. Borges de Abreu	Casada	Sebastião Pires de Abreu	32 39	Mariana e Diogo de Vasc. (MG)	3ª. série 5ª. série	Deividi B. de Abreu (12 - 6ª.); Dhionthan P. de Abreu (8 - 2ª.); Danilo B. de Abreu (06 - pré).	Trabalhadora rural e motorista	Sim
03	Júlio de Freitas	Casado	Maria Veríssima de Freitas	59 52	Diogo de Vasc. e Macuco (Mariana - MG)	Analfabeto 3ª. série	Maria da C. Freitas; José A. Freitas; Hilda A. Freitas; Silvana Freitas; Valdeci Freitas; Ana C. Freitas; Vanessa Freitas; Taimires A. Freitas	Trabalhador rural e dona de casa	Sim
04	Juventina Gomes de Freitas	Casada	José Cícero de Freitas	59 60	Emboque e Macuco (Mariana - MG)	1ª. série analfabeto	Gleison Rodrigo da Cruz (14 - 4ª.)	Terapeuta popular e trabalhador rural	Sim
05	Carmelita do Espírito Santo Mendes	Casada	Walter Mendes	49 54	Macuco - Mariana (MG)	4ª. série	Wanusa do E. S. M. (24); Wanderlei do E. S. M. (22); Rone do E. S. M. (18 - 8ª.); Indianária do E. S. M. (15 - 7ª.); Ribamar do E. S. M. (13 - 5ª.); Patrícia do E. S. M. (11 - 4ª.).	Trabalhadores rurais	Sim
06	Vicente Paulino Beato	Solteiro	-	44	Mariana (MG)	4ª. série	-	Trabalhador rural	Sim
07	Antônio Nelsino Pires	Casado	Euzi Maria Miranda Pires	41 35	Macuco (Diogo de Vasconcelos - MG)	Analfabeto 4ª. série	Érika A. Chaves (15 - 1º.); Nayara A. Pires (07 - 1ª.); Tiago A. Pires (06 - pré); Leandro A. Pires (04)	Trabalhadores rurais	Não

08	Vicente Pedro	Casado	Maria das Graças de Freitas Pedro	62 52	Miguel Rodrigues e C. Brumado (MG)	3ª. série (ambos)		Trabalhadores rurais	Sim
09	José Beato	Casado	Elza Bárbara Beato	59 58	Magalhães e Macuco (Mariana - MG)	3ª. série 3ª. série	Sandra Regina de Souza (05 - pré)	Trabalhador rural e dona de casa	Sim
10	Joaquim Constantino	Casado	Lídia dos Santos Constantino	67 62	Diogo de V. e Mariana (MG)	3ª. série e 2ª. série	Eduardo dos S. C. (13 - 6ª.); Felipe dos S. C. (09 - 3ª.); netos	Trabalhador rural e dona de casa	Não
11	Marta Caetana do Espírito Santo	Casada	Claudiano José da Silva	37 43	Miguel Rodrigues (MG) e Floresta (PE)	8ª. série 5ª. série	Lucas Claudiano José da Silva (10 - 4ª.) e Camila Bárbara da Silva (08 - 2ª.)	Meeira e garimpeiro	Sim
11A	José Pedro do Espírito Santo	Casado	Ephigênia Gabriela de Freitas	81 65	Miguel Rodrigues e Magalhães (Mariana - MG)	3ª. série analfabeta	-	Trabalhador rural e dona de casa	Sim
12	Milton de Oliveira Cesário	Casado	Sônia de Jesus dos Santos Cesário	30 29	Mariana e Ouro Preto (MG)	3ª. série 4ª. série	Daiane de Jesus Cesário (05 - pré)	Trabalhador rural e artesã	Não
13	Antônio Martins de Paula	Casado	Sebastiana Batista de Paula	44 48	Barroca e Barro Branco (Mariana - MG)	Analfabeto 1ª. série	Geovani de Paula Batista (15 - 6ª.); Vânia de P. Batista (13 - 5ª.); Elivaldo de P. Batista (12 - 5ª.)	Trabalhadores rurais	Não
14	Dalva Felix Pires da Silva	Casada	Benedito Valadares da Silva (aposentado)	53 73	Miguel Rodrig. e Diogo de Vasc. (MG)	3ª. série 4ª. série	Regina da Silva (19) e Moisés Felix da Silva (23)	Trabalhadores rurais	Sim
15	Maria do Nascimento	Viúva	-	51	Magalhães (Mariana - MG)	2ª. série	Maicon Cleiton da Natividade (09 - 3ª.)	Feirante	Sim
15A	Paulo Mauricio Drumond	Casado	Janaína A. do Carmo	22 17		3º. ano 8ª. série	Izabela	Trabalhador rural e dona de casa	Sim

TABELA 2 A1. PESSOAS PRESENTES ÀS REUNIÕES - DRP E MAPP

Participantes
Alcione Maria de Freitas
Antônio Martins de Paula
Arlinda Aparecida de Freitas
Camila Bárbara da Silva (08 anos)
Carmelita do Espírito Santo
Claudiano José da Silva
Cláudio Roberto Merique
Cristina Aparecida Borges de Abreu
Dalva Félix Gomes da Silva
Eduardo da Cruz Muniz
Elza Bárbara Beato
Elzi Maria Miranda Pires
Ephigênia Gabriela de Freitas
Gilberto Magela Lucas Moreira
Janaína Aparecida do Carmo
João Inocêncio Filho
Joaquim Constantino
José Beato
José Cícero Freitas
José Isidoro Felipe
José Pedro do Espírito Santo
Júlio de Freitas
Juventina Gomes de Freitas
Lucas Claudiano José da Silva (10 anos)
Maria das Graças de Freitas Beato
Maria do Nascimento
Maria José Bárbara Beato Etelvino
Marta Caetana do Espírito Santo
Milton de Oliveira Cezário
Moisés Félix da Silva

Paulo Maurício Drumond
Regina da Silva
Ribamar do Espírito Santo Mendes (13 anos)
Rita de Cássia Aparecida Felipe (13 anos)
Rone do Espírito Santo Mendes
Sandra Regina de Souza (05 anos)
Sebastiana Batista de Paula
Sebastião Pires de Abreu
Silvânia de Freitas
Sônia de Jesus dos Santos Cezário
Sônia Maria Oliveira Loschi
Vânia Batista de Paula
Vicente Paulino Beato
Vicente Pedro
Vilma Gomes Felipe
Wanusa do Espírito Santo Mendes

Anexo 2

Produção Agrícola do Reassentamento

TABELA 2A. PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO REASSENTAMENTO (HA, M² E KG)*

Gleba	Titular	Milho	Feijão	Arroz	Mandioca	Amendoim	Inhame	Batata	Cana	Capineira	Café
01	Cláudio Roberto Merique	1 ha	1 Kg	Consumo	Consumo	-	-	Consumo	8 ha	500m ²	100
02	Cristina A. Borges de Abreu	10 Kg	5 Kg	9 Kg	1.250 m ²	5 kg	3 Kg	50 m ²	0,5 ha	0,5 ha	50
03	Júlio de Freitas										
04	Juventina Gomes de Freitas	30 Kg	30 Kg	20 Kg	Consumo	Consumo	Consumo	Consumo	200m ²	150m ²	-
05	Carmelita do Espírito Santo Mendes	10 Kg	12 Kg	18 Kg	200m ²	3 Kg	30m ²	30m ²	400m ²	400m ²	400m ²
06	Vicente Pedro	18 Kg	17 Kg	17 Kg	200m ²	-	Consumo	Consumo	300m ²	200m ²	-
07	Antônio Nelsino Pires	15 Kg	15 Kg	15 Kg	Consumo	Consumo	Consumo	Consumo	Sub.	60m ²	-
08	Vicente Paulino Beato	10 Kg	8 Kg	8 Kg	200 m ²	8 Kg	10 Kg	50 m ²	50 m ²	60 m ²	-
09	José Beato	15 Kg	8 Kg	20 Kg	400m ²	3 Kg	4 Kg	Consumo	1 ha	60m ²	-
10	Joaquim Constantino	20 Kg	5 Kg	10 Kg	100m ²	100m ²	50m ²	50m ²	100m ²	100m ²	50
11	Marta Caetana do Espírito Santo	20 Kg	10 Kg	8 Kg	1ha	2 Kg	10m ²	20m ²	0,5 ha	0,5 ha	-
11A	José Pedro do Espírito Santo	20 Kg	6 Kg	23 Kg	2.500 m ²	6 Kg	5 Kg	50m ²	0,5 ha	0,5 ha	40
12	Milton de Oliveira Cezário										
13	Antônio Martins de Paula	15 Kg	15 Kg	10 Kg	800m ²	5 Kg	Consumo	Consumo	800m ²	-	50
14	Dalva Félix Pires da Silva	25 Kg	16 Kg	20 Kg	200m ²	8 Kg	15 Kg	10 m ²	0,5 ha	-	-
15	Maria do Nascimento	45 Kg	35 Kg	7 Kg	-	-	-	-	-	-	-
15A	Paulo Maurício Drumond										

Fonte: DRP, agosto de 2004.

* É muito comum na região os agricultores utilizarem como mediada de área o litro e o quilograma. Um litro de sementes tem aproximadamente um quilograma. Assim, na tabela acima o que era litro foi convertido para quilograma mantendo o mesmo valor numérico. Uma outra medida muito comum é a tarefa (2.500 m²), área em que é utilizada a relação de um homem/um dia de serviço. Para a realidade camponesa, não há necessidade de precisão nestas medidas, por isso estas áreas são referentes a aproximações.

Anexo 3

Produção Pecuária do Reassentamento

TABELA 3A. PRODUÇÃO PECUÁRIA DO REASSENTAMENTO

Gleba	Titular	Galinha caipira	Gado leiteiro	Touro	Bezerros	Suíno (F)	Suíno (M)	Cavalo	Abelha
01	Cláudio Roberto Merique	20	02	01	01	02	-	-	-
02	Cristina A. Borges de Abreu	30	02	-	02	01	-	01	Sim
03	Júlio de Freitas	30	01	-	01	01	-	01	Sim
04	Juventina Gomes de Freitas	30	01	-	01	01	-	01	Sim
05	Carmelita do Espírito Santo Mendes	30	01	-	01	01	-	01	-
06	Vicente Pedro	30	02	-	02	02	-	01	-
07	Antônio Nelsino Pires	30	01	-	01	01	-	01	-
08	Vicente Paulino Beato	15	05	01	05	01	-	01	Sim
09	José Beato	50	03	-	03	01	-	01	-
10	Joaquim Constantino	40	06	-	-	01	-	02	-
11	Marta Caetana do Espírito Santo	60	02	-	03	02	-	02	Sim
11A	José Pedro do Espírito Santo	40	04	1	03	02	-	03	-
12	Milton de Oliveira Cezário	25	02	-	06	03	-	03	-
13	Antônio Martins de Paula	30	05	01	-	01	-	01	-
14	Dalva Félix Pires da Silva	40	-	-	-	02	-	01	Sim
15	Maria do Nascimento	100	04	01	10	01	04	03	-
15A	Paulo Maurício Drumond								

Anexo 4
Especificação das Benfeitorias

4.1. Galinheiro

Estrutura em alvenaria de tijolo cerâmico, com duas divisões internas, considerando que galinheiro para aves caipiras, deve conter área para poleiros, ninhos e criação de pintinhos. Um dos lados deve ser telado, para possibilitar aeração e luminosidade natural. Piso em concreto rústico, cobertura em duas águas com estrutura de madeira e telhas cerâmicas, tipo plan capa/canal. A área ao redor da estrutura coberta deve ser cercada com tela com o objetivo de conter as aves na época do plantio de determinadas culturas. Considerando a média de animais a serem criados pelas famílias, a área coberta deve apresentar, no mínimo 10m^2 ($2,50 \times 4,00\text{m}$) e área do entorno de 20m^2 .

4.2. Curral

Área de 36m^2 ($6,00 \times 6,00\text{m}$), em cordoalha, com seis fios de aço, cancelas móveis em madeira serrada com quatro réguas na horizontal e duas na vertical. Apresentando 20m^2 de área coberta, com estrutura de madeira e telhado cerâmico, executado em quatro águas. Essa área coberta deve ser dividida em uma área para ordenha de 6m^2 com piso em concreto rústico e outra para apartação de bezerros em chão de terra batida, de 10m^2 . Recomenda-se também a instalação de um cocho coberto para fornecimento de sal mineral aos animais.

4.3. Chiqueiro

Área construída de 12m^2 ($4,00 \times 3,00\text{m}$) em alvenaria de tijolo cerâmico, apresentando cobertura em uma água, com telhas cerâmicas, tipo plan capa/canal e piso em concreto rústico, com leve declividade. Estrutura executada em madeira, sendo metade da área total coberta, contendo cocho para alimentação e bebedouro. Sugere-se que seja construído o bebedouro na área descoberta, evitando assim umidade excessiva na instalação. Em caso de instalações para criação de animais melhorados, com objetivo comercial, considera-se área de aproximadamente $0,7\text{m}^2$ por animal. Na realidade da pequena produção familiar, considerando manejo diferenciado, esta referência não se aplica. Recomenda-se área, de no mínimo, $1,2\text{m}^2$ por animal adulto, para as futuras instalações no reassentamento.

4.4.Depósito

Área de 12m² (4,00 x 3,00m), com o objetivo de guardar materiais diversos. Estrutura executada em madeira, sustentada por pilares de concreto, em duas águas, com telhas de fibro-cimento ondulado, espessura 8mm e piso em concreto rústico.

Anexo 5

Projetos: Apicultura e Casa de Farinha

PROJETO DE APICULTURA

Técnicos responsáveis:

Flávio Marques C. Barrero
Cláudia A. Romeiro d'Ávila

RESUMO

Este projeto fundamenta-se nas informações obtidas através do Diagnóstico Rápido Participativo, utilizado para elaboração do Plano de Desenvolvimento do Reassentamento, antiga “Fazenda Guaiana”, em agosto de 2004.

Criar alternativas de produção que permitam geração de renda às famílias do reassentamento, além de otimizar o uso da área, respeitando a legislação ambiental, constitui um dos principais objetivos desse projeto. Para operacionalização do mesmo, pretende-se capacitar as famílias na criação de abelhas *Apis mellifera*, instalar dois apiários visando produção de derivados apícolas, além de equipar a infra-estrutura já existente com instrumentos de processamento de mel e própolis.

Os investimentos aqui descritos se restringem à compra de todos os insumos e serviços necessários à implantação segura da atividade apícola no reassentamento, totalizando R\$ 20.870,60 (vinte mil, oitocentos e setenta reais, sessenta centavos).

INTRODUÇÃO

Pode-se dizer, a partir de observações de campo, que o reassentamento localiza-se em ambiente vulnerável devido à grande quantidade de Áreas de Preservação Permanente, especialmente nascentes e cursos d'água.

Discussões realizadas com a comunidade a esse respeito, durante o diagnóstico e o planejamento participativos, retratam a importância dada pelas famílias à preservação e, quando necessário, à recuperação do potencial hídrico da área do reassentamento. Entretanto, a cultura tradicional da região traz consigo o desmatamento para implantação de lavouras de milho, feijão, arroz etc, como observado durante o diagnóstico. Porém, não é possível que as famílias continuem adotando práticas tradicionais para implantação dessas lavouras na área do reassentamento.

Nesse sentido, informações foram obtidas junto à comunidade sobre atividades alternativas, com potencial de complementar a produção agropecuária exercida por estes camponeses.

Muitos dos participantes consideraram a apicultura adequada. Alguns já praticam a apicultura a algum tempo, de forma extrativista ou semi-razional, e outros demonstraram interesse em iniciar a prática da atividade.

Tecnicamente pode-se dizer que a apicultura se adequa à realidade das famílias atingidas, pois, além de não se tratar de atividade estranha, pois já vem sendo praticada por algumas famílias, apresenta outras vantagens:

1. Se adequa às características da realidade camponesa de diversificação da produção e utilização da força de trabalho exclusivamente familiar, ocupando jovens, homens e mulheres;
2. Trata-se de uma atividade que depende da abundância de vegetação, por este motivo, o não desmatamento é incentivado pelo aumento de produção;
3. Proporciona rápido retorno econômico;
4. Custo de implantação é relativamente baixo⁶;
5. Aproveitamento de áreas de preservação para instalação das colméias de abelhas;
6. A polinização feita pelas abelhas auxilia de forma significativa o aumento da produção de culturas anuais e perenes, bem como a recuperação de áreas degradadas.

OBJETIVOS

Geral

Criar alternativas de produção que permitam às famílias do reassentamento gerar renda e otimizar o uso da área, respeitando a legislação ambiental.

Específicos:

- Capacitar as famílias na atividade apícola;
- Instalar dois apiários no reassentamento visando produção de derivados apícolas;
- Equipar a infra-estrutura existente com instrumentos de processamento de mel e própolis;
- Monitorar o grupo de apicultores por dois anos consecutivos.

⁶ É importante ressaltar que o maior gasto em um empreendimento apícola ocorre em infra-estrutura, com a unidade de beneficiamento. Entretanto, já existe na sede da fazenda uma instalação (infra-estrutura social, p.20, foto 02) adequada para tal fim, o que significa que não demandará qualquer investimento, exceto na rede hidráulica.

METAS

Pretende-se atingir as seguintes metas, após os dois primeiros anos de atividades:

1. Todas as famílias capacitadas, em todas as etapas do processo ou em parte dele;
2. Dois apiários coletivos em pleno funcionamento com 25 colméias cada;
3. Casa de mel equipada e em plena atividade;
4. Retorno econômico para as famílias.

RESULTADOS PREVISTOS

Os retorno econômico previsto com este empreendimento pode ser observado na Tabela 1:

TABELA 1. RECEITAS ANUAIS PREVISTAS DO EMPREENDIMENTO

	Mel	Própolis	Total
Produção por colméia/ano (Kg)	25	2	-
Produção anual total (Kg)	1.250	100	-
Retorno econômico (R \$) ⁷	4.500	8.500	13.000

Fonte: Tabela de preços CONAP, Belo Horizonte, setembro de 2004.

⁷ Considerando R\$ 90,00 o balde de 25 Kg de mel e R\$ 85,00 o Kg da própolis verde.

CRONOGRAMA FÍSICO

TABELA 2. CRONOGRAMA FÍSICO PARA IMPLANTAÇÃO DE DOIS APIÁRIOS NO REASSENTAMENTO

Atividades	2005												2006
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	
Compra dos equipamentos ⁸	x												
Capacitação (primeira parte) ⁹	x	x											
Instalação do apiário experimental ¹⁰		x											
Visitas a entrepostos da região (Acaiaca e S. Bárbara)			x	x									
Capacitação (segunda parte)					x	x							
Preparo da área e instalação dos apiários comunitários							x						
Assistência técnica específica ¹¹	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

⁸ É importante ressaltar que a execução de todas as outras atividades depende da compra dos insumos discriminados no orçamento;

⁹ A primeira parte da capacitação se refere à etapa onde será ministrado curso sobre instalação e manejo das colméias. A segunda parte tem como principal objetivo discutir procedimentos de produção e processamento depois da familiarização dos apicultores com as colônias de abelhas. É importante ressaltar que a escolha dos instrutores fica a critério das famílias reassentadas;

¹⁰ Finalizando a primeira parte da capacitação, será realizada a instalação de um apiário experimental, que será monitorado, a partir desta etapa, pelos próprios agricultores. Neste apiário serão instaladas 10 colméias de abelhas;

¹¹ É importante ressaltar a necessidade de contratação de técnico com conhecimento aprofundado no assunto e que se comprometa em continuar com o processo participativo por meio do qual se construiu o presente projeto. Como sugestão da equipe técnica à comunidade, têm condições de contribuir nesta etapa, profissionais da Universidade Federal de Viçosa e da Associação Viçosa de Apicultores (APIVIÇOSA).

ORÇAMENTO

Nas Tabelas 3, 4 e 5 encontram-se orçamento de materiais, equipamentos específicos ao processamento e assistência técnica, respectivamente. Na Tabela 6 encontra-se o total do investimento necessário para implementação dos apiários no reassentamento.

É importante lembrar que foi realizada pesquisa de mercado, sendo consultadas as empresas “Companhia da Abelha LTDA” e “Apis & Indígenas” e a Associação Viçosa de Apicultores (APIVIÇOSA). Desde que se mantenham as especificações do projeto, como quantidade, dimensão e material (aço inox 304), outras empresas de equipamentos poderão ser consultadas.

TABELA 3. ORÇAMENTO DOS MATERIAIS DE INSTALAÇÃO DAS COLMÉIAS

Item	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor acumulado (R\$)
Enxames ¹²	10	65,00 ¹²	650,00
Caixas de eucalipto ¹³	50 un	46,20 ¹²	2.310,00
Vestimenta ¹⁴	5 un	65,00 ¹⁵	325,00
Formão galvanizado	4 un	3,50 ¹⁶	14,00
Fumigador	3 un	34,00 ¹¹	102,00
Cera alveolada	50 Kg	25,00 ¹⁷	1.250,00
Baldes	50 un	14,20 ¹¹	710,00
Arame galv. nº 22	8 rolos	8,00 ¹⁰	64,00
Esticador de arame	2 un	8,00 ¹⁰	16,00
Incrustador de cera elétrico	2 un	37,65 ¹¹	75,30
Telhas de fibro-cimento ondulado	20 un	7,00	140,00
Vergalhão	20 un	21,00	420,00
Caibro (carvalho)	80 m	2,00	160,00
Outros (10 %)	-	-	623,60
Total	-	-	6.859,90

¹² Enxames de abelhas *Apis* com cinco favos, rainha nova e fecundada (sem caixa);

¹³ Cada caixa é composta por um ninho com 10 quadros, uma melgueira com 10 quadros, tampa e fundo;

¹⁴ A vestimenta de um apicultor é composta por macacão, luvas de borracha e botas de cor clara;

¹⁵ “Companhia da Abelha LTDA”, fone (31) 3911- 8228;

¹⁶ “Apis & Indígenas”, fone (31) 3371-1776;

¹⁷ APIVIÇOSA, Geraldo Ferreira, fone (31) 3899-2531.

TABELA 4. ORÇAMENTO DOS EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE MEL E PRÓPOLIS

Equipamentos em aço inoxidável 304	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor acumulado (R\$)
Centrífuga ¹⁸	1	1.416,80	1.416,80
Mesa desoperculadora ¹⁹	1	985,60	985,60
Garfo desoperculador	6	6,70	40,20
Decantador (200 Kg)	1	795,20	795,20
Balde (25 Kg)	3	106,40	319,20
Peneira	1	60,00	60,00
Formão própolis	2 un	14,55	29,10
Outros (10 %)			364,60
Total	-	-	4.010,70

TABELA 5. ORÇAMENTO, CAPACITAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Serviços	Número de horas	Número de técnicos	Valor (R \$)
Capacitação	100	3	6.000,00
Visitas técnicas	200	1	1.000,00
Gastos			3.000,00
Total			10.000,00

Observações

- A capacitação envolve duas etapas (iniciação em apicultura e apicultura avançada), além de duas viagens técnicas aos entrepostos de Acaiaca e Santa Bárbara;
- Hora de capacitação corresponde ao valor de R\$ 20,00/instrutor. A referência utilizada foi o valor médio da capacitação de um instrutor do SEBRAE;
- Estão sendo incluídos gastos com estadia, alimentação, transporte e material didático;
- Visitas técnicas mensais, por um período de dois anos, a partir da compra do material e instalação dos apiários.

¹⁸ Centrífuga para 12 quadros de ninho ou 32 de melgueira, radial, manual, rotor liso em inox, sem torneira;

¹⁹ Mesa desoperculadora para 32 quadros, sem torneira.

- Os gastos são referentes a transporte, estadia e alimentação dos instrutores no período da capacitação e do técnico no período de dois anos a partir da compra do material.

TABELA 6. ORÇAMENTO FINAL

Item	Valor (R \$)
Materiais	6.859,90
Equipamentos	4.010,70
Assistência técnica e capacitação	10.000,00
Total	20.870,60

PROJETO DE CASA DE FARINHA

Técnicos responsáveis:

Daniel Mancio²⁰
Cláudia A. Romeiro d'Ávila
Flávio Marques C. Barrero

RESUMO

Este projeto fundamenta-se nas informações obtidas através do Diagnóstico Rápido Participativo, utilizado para elaboração do Plano de Desenvolvimento do Reassentamento, antiga “Fazenda Guaiana”, em agosto de 2004.

Criar alternativas de produção que permitam geração de renda às famílias do reassentamento constitui um dos principais objetivos desse projeto. Para operacionalização do mesmo, pretende-se capacitar as famílias na produção de farinha de mandioca seca e instalar uma unidade de beneficiamento na área do reassentamento.

Os investimentos aqui descritos se restringem à compra de todos os insumos e serviços necessários a implantação da farinheira no reassentamento, totalizando R\$ 15.447,40 (quinze mil, quatrocentos e quarenta e sete reais, quarenta centavos).

INTRODUÇÃO

A mandioca é uma cultura bastante plantada e consumida pelas famílias reassentadas, sendo consumida *in natura*, tanto na alimentação humana, quanto animal. Mas, apesar disso, poderia estar sendo melhor aproveitada, pois o consumo da mandioca de mesa implica em elevadas perdas por danos fisiológicos ou microbianos, aproximadamente 23%, nas operações pós-colheita. A industrialização da mandioca é uma das formas de minimizar essas perdas após a colheita, além de eliminar a toxidez da mandioca fresca. A farinha de mandioca constitui a forma mais ampla de aproveitamento da mandioca para uso na alimentação humana. É consumida em todo o país, sendo uma das principais fontes de energia alimentar nas regiões Norte e Nordeste.

O projeto visa a implantação de uma pequena indústria de mandioca para produção de farinha seca, suprimindo a demanda nutricional e alimentar da comunidade, aumentando o consumo de farinha e outros subprodutos da mandioca, com um melhor

²⁰ Engenheiro Agrônomo, técnico da Associação Estadual de Cooperação Agrícola de Minas Gerais (AESCA)

valor nutricional. Os resíduos do beneficiamento (manipueira) serão incorporados e aproveitados através da compostagem.

Também se obterá a raspa, para utilização na alimentação do gado, quando isto se fizer necessário. Como sub-produto, obterá o amido, comumente denominado polvilho, doce ou azedo, ingrediente que permite a produção de uma série de iguarias, como biscoitos, bolos, pão-de-queijo, etc., para consumo da família ou venda diretamente ao consumidor, nas feiras livres ou pequenos mercados nos município vizinhos.

Portanto, o beneficiamento da mandioca no reassentamento, para produção de farinha e derivados é importante estratégia de segurança alimentar e nutricional das famílias, a baixo custo. Os resíduos do beneficiamento (manipueira) serão aproveitados como adubo, após passarem pelo processo de compostagem, podendo ser utilizados nas próprias lavouras de mandioca.

OBJETIVOS

Geral

Criar alternativas de produção que permitam às famílias do reassentamento gerar renda através do processamento da mandioca e sua transformação em farinha seca.

Específicos:

- Produzir farinha de mandioca e outros derivados;
- Utilizar os subprodutos na alimentação animal;
- Estimular a cooperação entre as famílias através da solidariedade;
- Preservar a cultura camponesa;
- Inserir mulheres e jovens no processo produtivo;
- Proporcionar possibilidade de comercialização dos excedentes no mercado local, agregando valor à produção.

Atividades a serem realizadas para atingir os objetivos específicos:

- Aprovação do projeto;
- Aquisição dos equipamentos e materiais para a construção;
- Construção da estrutura física e instalação dos equipamentos;
- Capacitação e formação dos agricultores;
- Formação de lavoura de mandioca.

CRONOGRAMA FÍSICO

TABELA 1. CRONOGRAMA FÍSICO PARA IMPLANTAÇÃO DA CASA DE FARINHA NO REASSENTAMENTO

Atividades	2004		2005												2006
	Out.	Nov.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Mar.
Aprovação do projeto	x	x													
Plantio das lavouras de mandioca					x										
Compra dos equipamentos e material de construção			x	x											
Construção e instalação da casa de farinha					x	x									
Capacitação (primeira parte)							x								
Visitas a outras farinheiras								x							
Capacitação (segunda parte)									x						
Fabricação com produção própria ²¹															x
Assistência técnica	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

²¹ A colheita poderá ser realizada após 12 meses de plantio, dependendo da variedade da mandioca.

ORÇAMENTO

Nas Tabelas 2, 3 e 4 encontram-se orçamento de materiais, equipamentos específicos ao processamento e assistência técnica, respectivamente. Na Tabela 5 encontra-se o total do investimento necessário para implementação da casa de farinha no reassentamento.

É importante lembrar que foi realizada pesquisa de mercado, sendo consultada a empresa “Metalúrgica Barro Branco”²². Desde que se mantenham as especificações do projeto, como quantidade, dimensão e material outras empresas de equipamentos poderão ser consultadas.

TABELA 2. ORÇAMENTO DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO

Equipamentos e materiais de consumo	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor acumulado (R\$)
Tacho (250L)	01 unidade	1.870,00	1.870,00
Conjunto utensílios de cozinha (colheres, bacias, baldes, facas, ralador)	01 unidade	600,00	600,00
Embalagens para armazenamento (tonéis)	05 unidade	100,00	500,00
Prensa	01 unidade	2.500,00	2.500,00
<u>Total 1</u>	-	-	5.470,00

A casa de farinha deverá ser executada em alvenaria de tijolo cerâmico, com área construída de 26m² (4,00 x 6,50), com estrutura de madeira sustentada por pilares retangulares de concreto, telhado em duas águas, com telhas de fibro-cimento ondulado, espessura 8mm e piso em concreto rústico. Dos pilares, num total de oito, dois se localizam na frente e três nas laterais, sendo a área total circundada por uma mureta de 01 m de altura, construída em blocos, e totalmente telada. Sobre a mureta recomenda-se aplicar camadas de reboco, externo e interno, sendo o externo chapiscado. O prédio deverá possuir instalação hidráulica e elétrica. Também será necessário construir as fornalhas em alvenaria.

²² Equipamento para agroindústria integrada da cana-de-açúcar. Rua Antônio Xavier Maia, 293, Penha, São Fidélis - RJ. Telefax: (22) 2758 - 2198. Vendas@barrobranco.com.br - <http://www.barrobranco.com.br>

TABELA 3. ORÇAMENTO DOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Materiais de Construção (fornalha e galpão)	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor acumulado (R\$)
Cimento	20 sacos	20,00	400,00
Tijolo cerâmico	02 milheiros	220,00	440,00
Bloco	600 unidades	0,60	360,00
Areia	10 metros	25,00	250,00
Brita	05 m ³	46,00	230,00
Madeira	10 m ³	20,00	200,00
Tela (1,80)	20 m	7,80	156,00
Telhas de fibro-cimento ondulado	20 un	7,00	140,00
Prego	03 Kg	3,80	11,40
Tela	20 m	4,50	90,00
Total	-	-	2.277,40

TABELA 4. SERVIÇOS, CAPACITAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Serviços	Número de horas	Número de técnicos	Valor (R \$)
Pedreiro	(empreitada)	01	700,00
Servente	(empreitada)	01	200,00
Capacitação	100	03	6.000,00
Visitas técnicas	200	01	1.000,00
Total	-	-	7.700,00

Observações

- A capacitação envolve duas etapas (iniciação e beneficiamento), além de duas viagens técnicas a assentamentos rurais no Sul de Minas;
- Hora de capacitação corresponde ao valor de R\$ 20,00/instrutor. A referência utilizada foi o valor médio da capacitação de um instrutor do SEBRAE;
- Estão sendo incluídos gastos com estadia, alimentação, transporte e material didático;
- Os gastos são referentes a transporte, estadia e alimentação dos instrutores no período da capacitação e do técnico no período de dois anos a partir da compra do material.

TABELA 5. ORÇAMENTO FINAL

Item	Valor (R \$)
Materiais	5.470,00
Equipamentos	2.277,40
Assistência técnica e capacitação	7.700,00
Total	15.447,40

Anexo 6
Capacitação: Curso de Permacultura

CURSO BÁSICO SOBRE PERMACULTURA

Técnicos responsáveis:

Fernanda de Queiroz Miranda
Marcos Fróes Nachtergaele

INTRODUÇÃO

A Permacultura é um sistema de desenho e planejamento de assentamentos humanos, rurais ou urbanos, sustentáveis. De acordo com a filosofia da permacultura, criada na década de 70 pelo australiano Bill Molison, todos temos direito à moradia, agricultura, trabalho, educação e convívio saudável e digno, respeitando os princípios dos homens e da natureza. A permacultura diz respeito à cultura permanente, ou seja, aquela que se utiliza de materiais e conhecimentos locais para o planejamento e funcionamento de assentamentos humanos sustentáveis.

Para se planejar um sistema de auto-sustento, é preciso clareza nos princípios de base que norteiam o trabalho. Na Permacultura, um dos princípios é a cooperação, princípio fundamental para projetar um sistema sustentável. Outro é o princípio de respeito pela sabedoria da Natureza, que desenvolveu um sistema perfeito para cada lugar. Assim, do princípio (respeito pela sabedoria da Natureza), surge a estratégia (observar e copiar a Natureza), do qual surgirão as inúmeras técnicas, que podem ser emprestadas de outras situações similares, ou criadas no local.

OBJETIVO

Capacitar trabalhadores(as) rurais para o planejamento e desenho de assentamentos humanos rurais sustentáveis.

CARGA HORÁRIA

36 horas (módulos I e II)

METODOLOGIA

As aulas serão distribuídas em teóricas e práticas e seguirá uma metodologia participativa e construtivista, proporcionando uma atuação efetiva de todos os participantes através de dinâmicas e trabalhos de grupo. As aulas teóricas serão ministradas com apoio de

material pedagógico apropriado (apostilas) e será utilizado material audio-visual (retroprojeção). As aulas práticas serão realizadas em local escolhido pelos participantes, de acordo com a necessidade e os materiais disponíveis no local.

INSTRUTORES

Fernanda de Queiroz Miranda, engenheira agrônoma (UFV/MG); permacultora, formada pelo Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica (Ubatuba/SP) onde trabalhou, de julho de 2003 a julho de 2004, com comunidades tradicionais caiçaras, participou e ministrou cursos sobre Permacultura, Agroflorestas e Jardins Comestíveis. Atualmente trabalha no Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST em Belo Horizonte - MG.

Marcos Fróes Nachtergaele, engenheiro florestal (USP-Esalq/SP); permacultor, formado pelo Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica (Ubatuba/SP) onde trabalhou, de agosto de 2003 a agosto de 2004, com Sistemas Agroflorestais na comunidade caiçara de Ubatumirim no mesmo município, participou e ministrou cursos sobre Permacultura, Agroflorestas, Jardins Comestíveis e Ecoconstruções. Atualmente trabalha com Manejo Comunitário e Sustentável da Floresta Amazônica na ONG Lazart, em Marabá - PA.

CRONOGRAMA

Módulo I	
Sexta Duração: 4 horas	Abertura e Apresentação Introdução à Permacultura: 1. Definição; 2. História; 3. Permacultura hoje; Desenvolvimento Sustentável, saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.
Sábado Duração: 8 horas	Ética e Princípios da Permacultura; Princípios Naturais do desenho; Planejamento permacultural (zonas e setores); Consórcios, Sucessão e Evolução do Sistema; Padrões da natureza. Solos, Água e Clima; Prática: planejamento e desenho de um lote. Jardins Comestíveis e Agroflorestas
Domingo Duração: 6 horas	Prática: implantação de jardim comestível. Prática: implantação de um módulo de agrofloresta. Avaliação e encerramento.

*As práticas serão simultâneas, os participantes se distribuirão em dois grupos.

Módulo II	
Sexta Duração: 4 horas	Abertura e Apresentação. Introdução sobre as ecoconstruções ou construções sustentáveis na permacultura. Questões globais e sistemas de energia renovável.
Sábado Duração: 8 horas	Água e saneamento básico. Materiais ecológicos e suas aplicações. Prática: Construção de tijolos de Adobe* Prática: Construção de um Sistema de captação de água da chuva. *
Domingo Duração: 6 horas	Prática: Construção de um filtro biológico. Avaliação e encerramento

* As práticas serão simultâneas, os participantes se distribuirão em dois grupos.

ORCAMENTO PREVISTO

Módulo I

Duração: 18 horas/aula

Despesa	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Total (R\$)
Diária (dois instrutores)	Hora aula	18	25,00	450,00
Transporte:				
BH - Guaiana/ Guaiana - BH	Passagem	2	40,00	80,00
SP- Guaiana/ Guaiana - SP	Passagem	2	80,00	160,00
Material de consumo: papelógrafo, pincel atômico, papel sulfite, giz de cera, giz , barbante*				100,00
Material didático: apostila, caderno, caneta*				150,00
Sementes de adubo verde**	Kg	10	10,00	100,00
Sementes de olerícolas**	Kg	8	10,00	80,00
Mudas de arbóreas**	Muda	30	5,00	150,00
Mudas de medicinais e aromáticas**	Muda	50	1,00	50,00
Mudas de olerícolas**	Muda	25	2,00	50,00
Total				1.370,00

* Valores estimados, pois dependem do número de participantes no evento;

** Valores estimados, pois dependem da área a ser implantada.

Módulo II

Duração: 18 horas/aula

Despesa	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Total (R\$)
Diária (dois instrutores)	Hora aula	18	25,00	450,00
Transporte:				
BH - Guaiana/ Guaiana - BH	Passagem	2	40,00	80,00
SP- Guaiana/ Guaiana - SP	Passagem	2	80,00	160,00
Material de consumo: papelógrafo, pincel atômico, papel sulfite, giz de cera, giz , barbante*	-	-	-	100,00
Material Didático: apostila, caderno, caneta*	-	-	-	150,00
Material para aulas práticas: areia, brita, cimento, tubos de esgoto, calhas, galões etc.**	-	-	-	600,00
Total	-	-	145,00	1.540,00

* Valores estimados, pois dependem do número de participantes no evento;

** Valores estimados, pois dependem da área a ser implantada.

Valor total requerido para a realização do curso: R\$ 2.910,00

Contatos:

Fernanda de Queiroz Miranda
E-mail: fernandaqmiranda@yahoo.com.br
Tel. : (031) 3222 3879

Marcos F. Nachtergaele
E-mail: patudo@hotmail.com

Anexo 6
Cópias das Listas de Presença